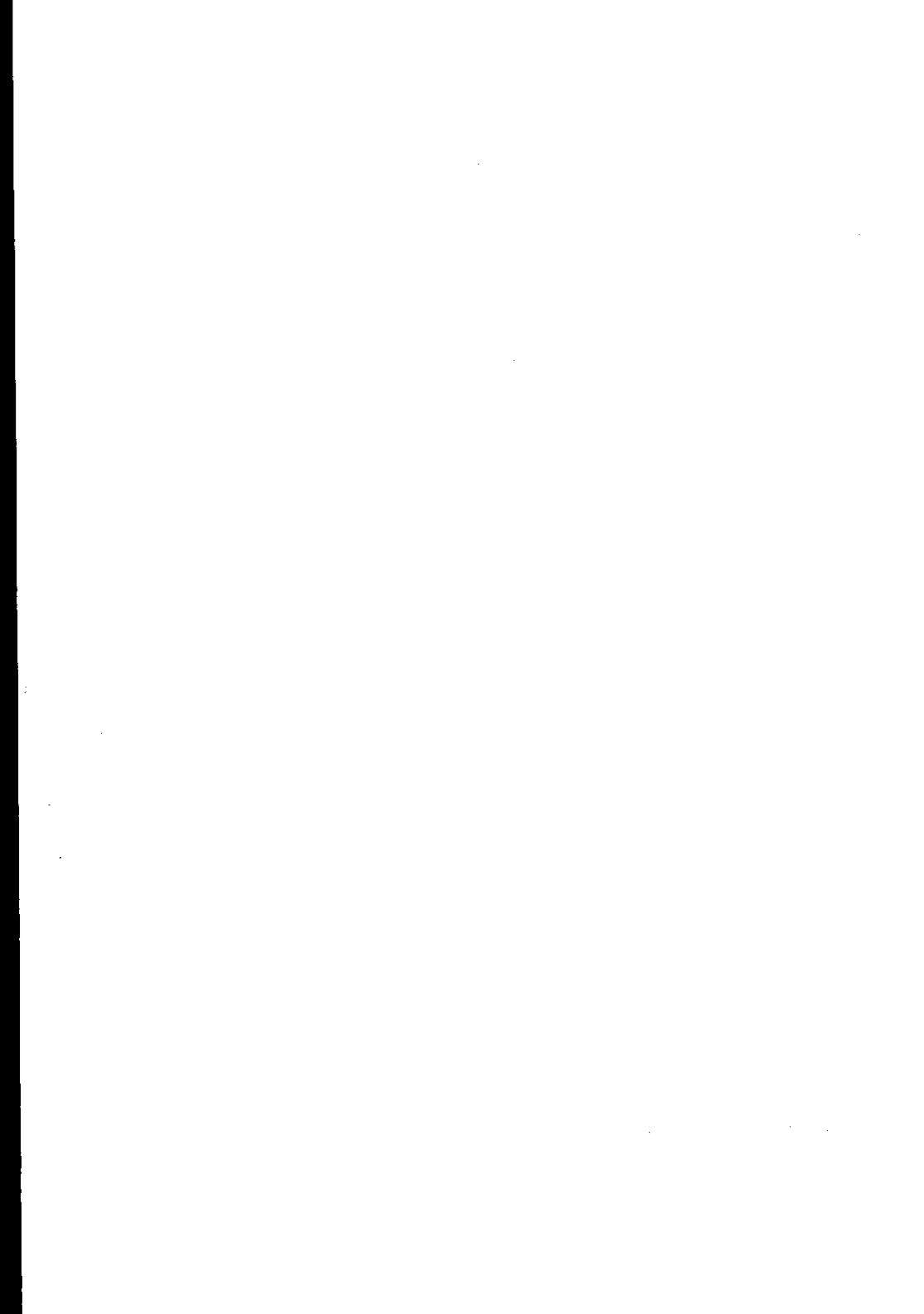


Adélia Aparecida de Souza Haracenko

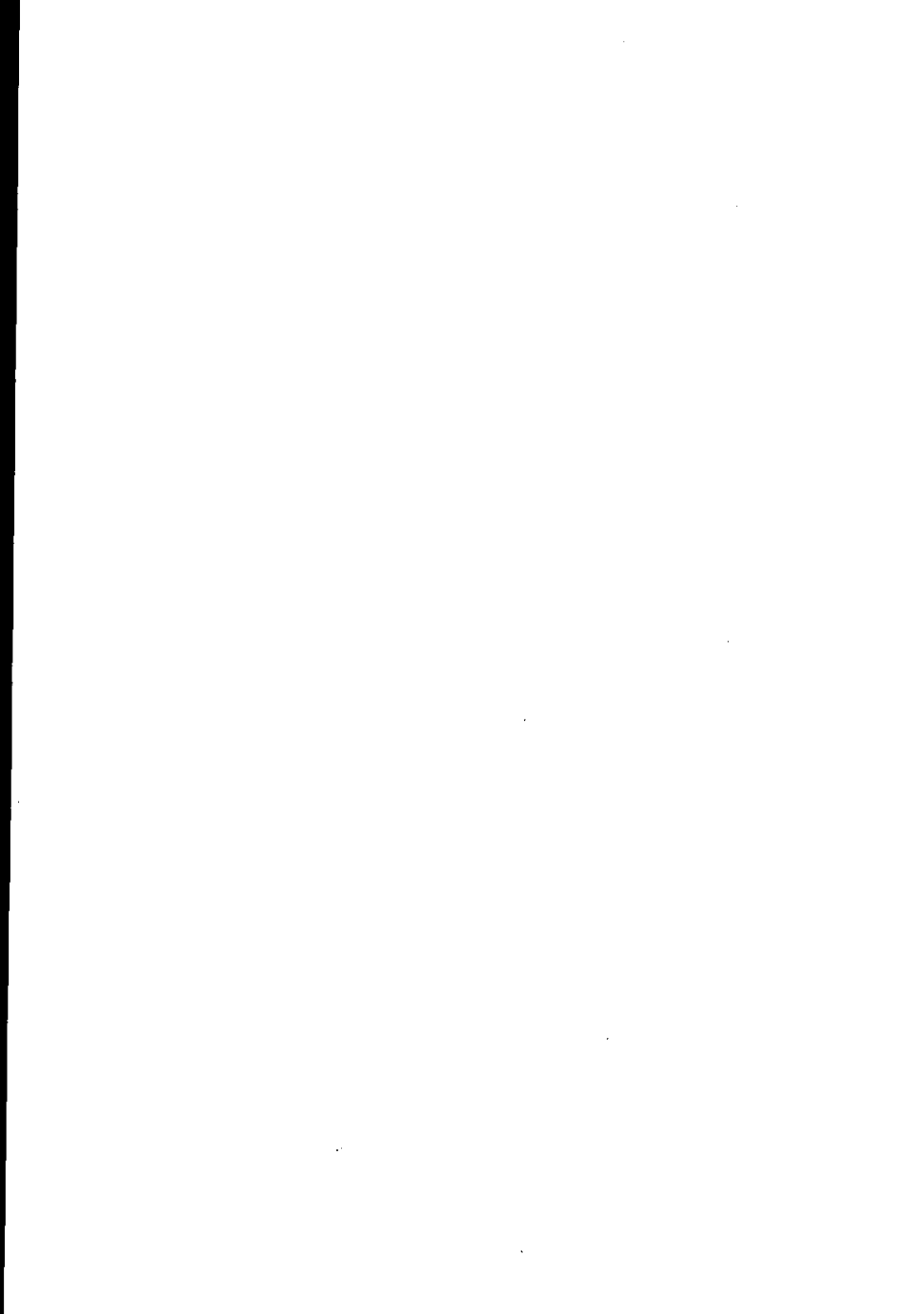
QUERÊNCIA DO NORTE

Uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste Paranaense

Maringá
Editora Massoni
2002



QUERÊNCIA DO NORTE



ADÉLIA APARECIDA DE SOUZA HARACENKO

QUERÊNCIA DO NORTE

Uma experiência de colonização e reforma agrária
no Noroeste Paranaense

MARINGÁ
2002

© 2002 para Adélia Aparecida de Souza Haracenko
Direitos desta edição reservados à autora.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico, mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da autora.

Projeto de capa: Adélia Aparecida de Souza Haracenko

Projeto gráfico e editoração de capa: Ednilsom Haracenko

Revisão de texto: Raul Pimenta

Normalização: Marlene Gonçalves Curty

Diagramação: Solange Inês Engelmann

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Haracenko, Adélia Aparecida de Souza

Querência do Norte: Uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste do Paraná / Adélia Aparecida de Souza Haracenko. --. Maringá: Editora Massoni, 2002.

218 p. : il. ; 22 x 16 cm.

Bibliografia: p. 206 - 218

ISBN 85-88905-04-3

1. Aspectos físicos regionais - Noroeste do Paraná. 2. Colonização - Querência do Norte - Pr. 3. Reforma agrária - Querência do Norte - Pr. 4. Assentamentos rurais - Querência do Norte - Pr. I. Título.

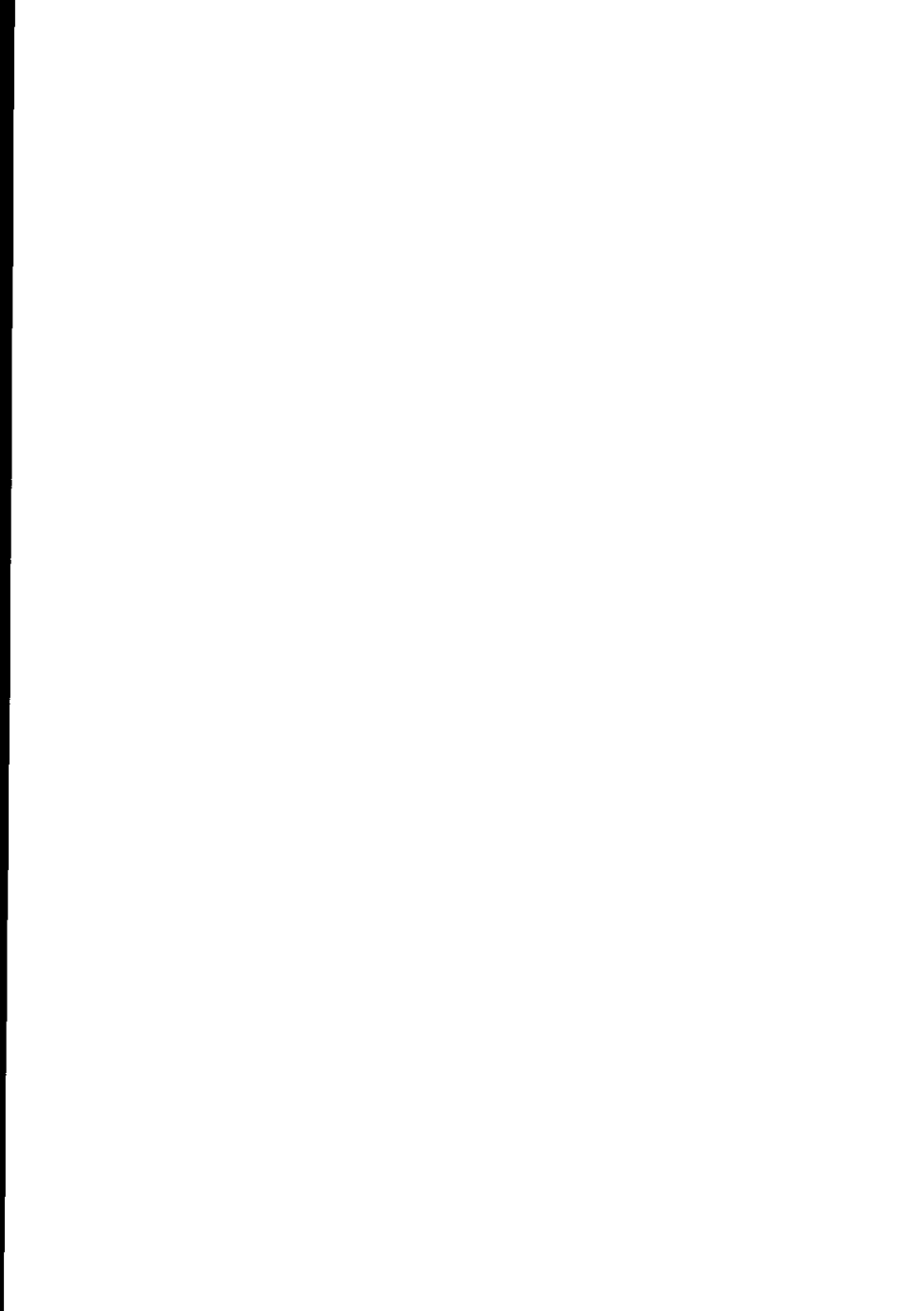
CDD 307. 2612098162

Até o presente, Querência do Norte não contava com uma obra específica que nos contasse a sua história. Que nos contasse as alegrias, as tristezas, as derrotas e as glórias de seu povo. Este fato sempre nos intrigava. Porém, acho que por obra da Divina Providência surgiu a mestrandia da Universidade Estadual de Maringá Adélia Aparecida de Souza Haracenko, que nos apresentou este trabalho maravilhoso sobre Querência do Norte, o qual, por bondade da autora, teremos o prazer e a felicidade de oferecer ao povo querenciano, na data em que nosso município completa 47 (quarenta e sete) anos.

Obrigado, Senhor!
Obrigado, Adélia!

Vlaumir Rodrigues
Prefeito Municipal

Querência do Norte, 5/12/2002



Dedico esta obra, de maneira muito especial, à pessoa mais importante da minha vida, minha filha Stephane Haracenko, pelo bem do amor. E ao meu esposo Ednilsom Haracenko pelo apoio durante a realização dessa pesquisa, principalmente por estarmos juntos em todos os momentos.



AGRADECIMENTOS

Se em um trabalho de pesquisa há possibilidade de falhas pelas lacunas deixadas. No momento de agradecer aos que tornaram possível a sua realização, de maneira direta ou indireta, pretendemos fazer o possível para não correr tal risco. Nessa tentativa, segue uma lista de colaboradores:

À Força Divina, na qual encontramos apoio nos momentos de dificuldades.

Ao Prof. Dr. Elpídio Serra, pela orientação, cuja capacidade transcende o que ora é apresentado.

À minha família Stephane e Ednilsom, pelo apoio incondicional em todos os momentos.

Ao meu esposo Ednilsom, pela paciência e o capricho no auxílio gráfico do trabalho.

A todos os pioneiros do município de Querência do Norte, arquivos vivos de sua história, que contribuíram de maneira direta e indireta, e que através de suas histórias vividas foram fontes de inspiração para este trabalho.

À pioneira e amiga Ursula Brondani Pivetta e ao seu esposo Henrique Pivetta, que além de fornecerem um grande acervo fotográfico, deram-me a honra de privar de sua amizade.

À Sr.^a Roni Konrath e Wilson Zago, pelo empréstimo de acervo fotográfico e materiais sobre o município de Querência do Norte, respectivamente.

Ao Sr. Carlos Antônio Franchello, pelo depoimento concedido.

À Sandra Soares, que tornou possível o primeiro contato com os coordenadores dos assentamentos.

Ao Sr. Ademiro Mingore, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pelo fornecimento de materiais.

A todos os coordenadores dos assentamentos rurais do município de Querência do Norte, em especial, Seu Dito, Peixoto, Ereci e Geovani Braun, que na roda da prosa inteligente discutem sobre justiça social.

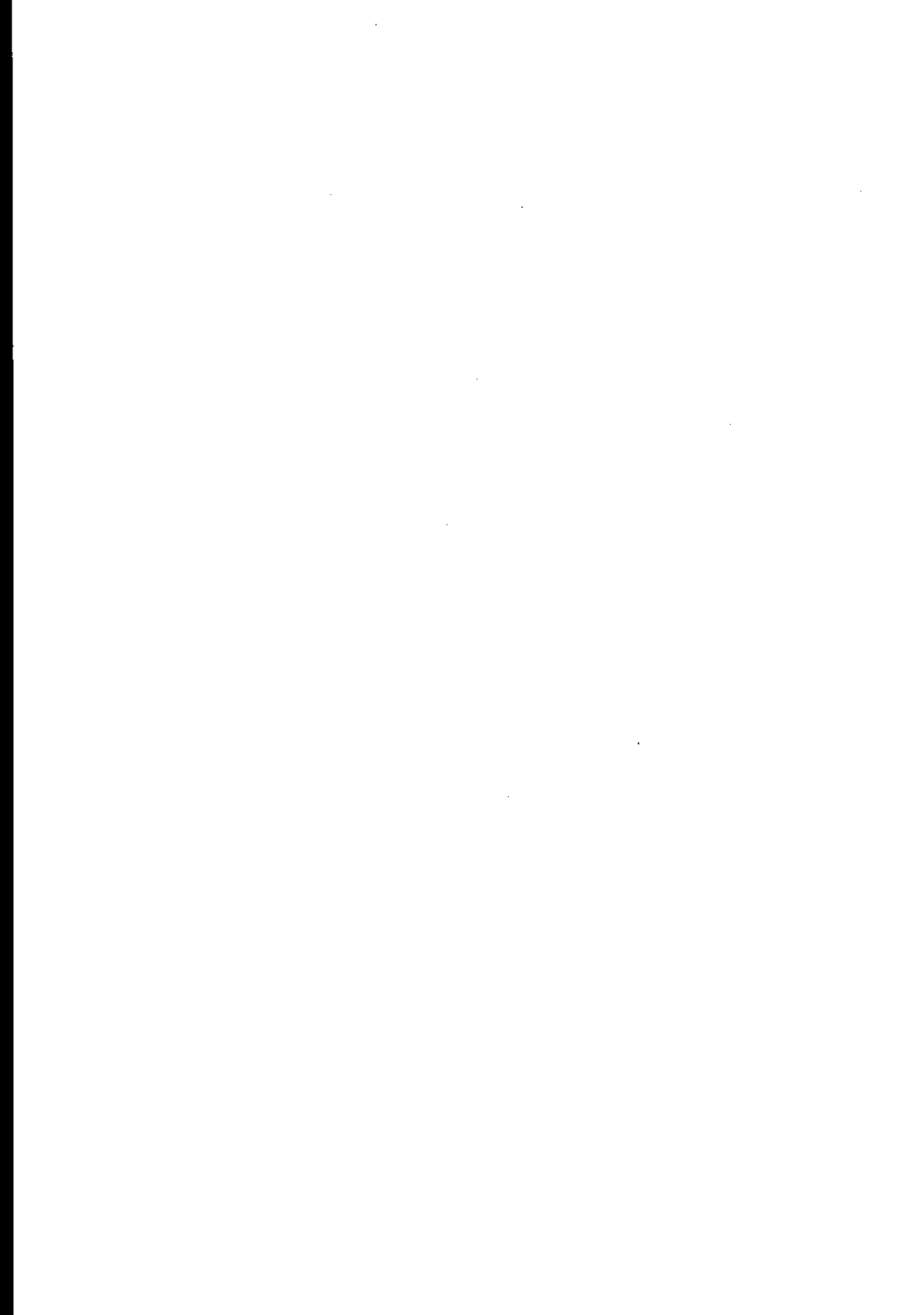
Às pessoas que trabalharam conosco na busca da veracidade das datas e dos fatos ocorridos na história do município, para que este trabalho tivesse o mínimo de falhas.

À Prefeitura Municipal de Querência do Norte.

A tantos quantos lutam por um Brasil sem desigualdade social.

[...] talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito [...]. Não somos o que deveríamos ser, mas somos o que iremos ser. Mas graças à Deus, não somos o que éramos.

(Martim Luther King)



QUERÊNCIA

Pampa infinito, paz infinita,

horizonte largo.

Melancolia na tarde morna.

Quero-quero quebra, vez por outra,

A solene quietude da planície.

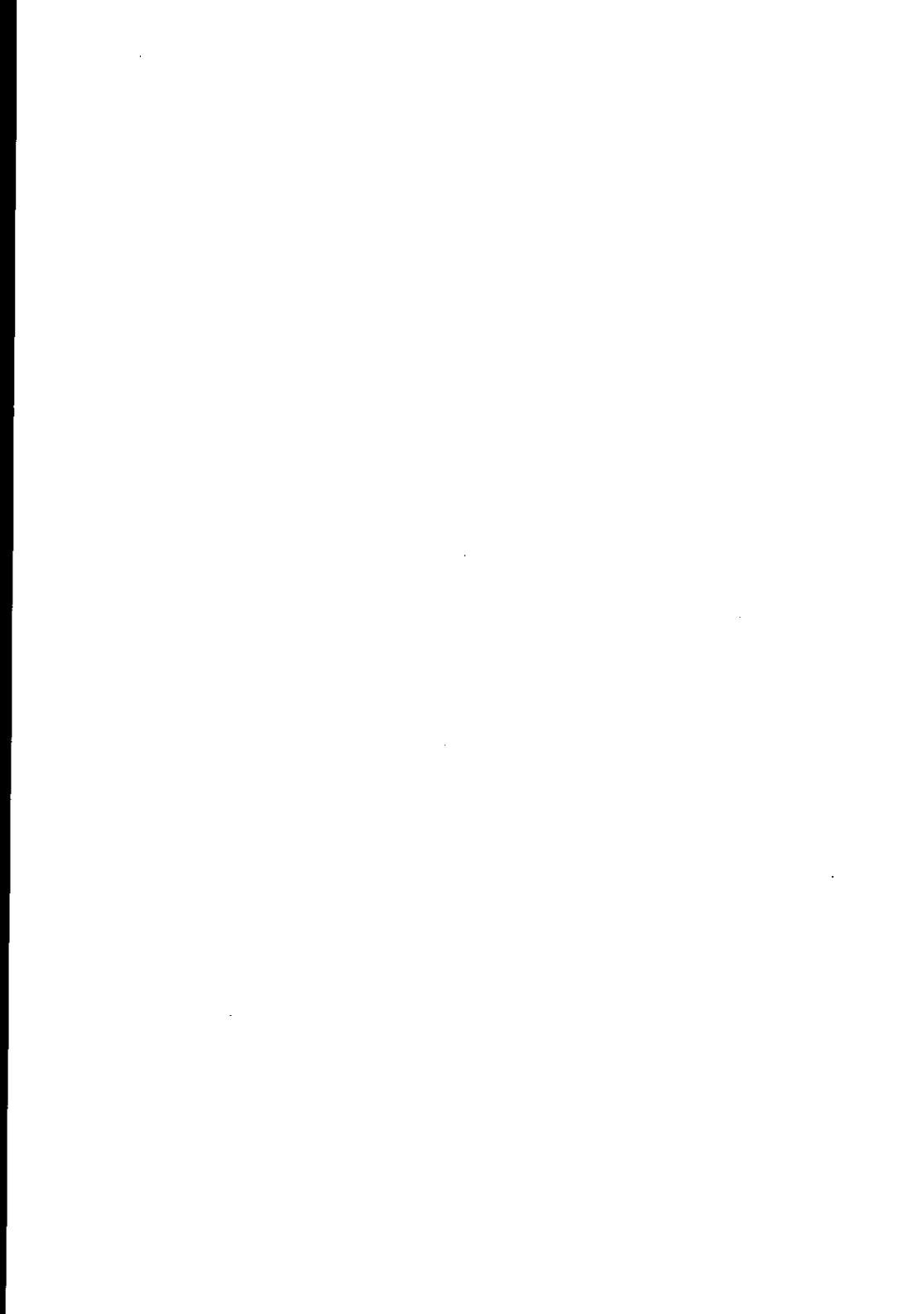
Rio Grande, querência amada

Que não vejo há tanto,

fecho os olhos e vens como uma bênção

acalmar a febre das ausências,

a saudade do meu pago! (BRANCO, 1973)



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização de Querência do Norte.....	33
Figura 2 – Bacia hidrográfica do município de Querência do Norte.....	39
Figura 3 – Classificação dos solos da área de Querência do Norte no Noroeste do Paraná	42
Figura 4 – Distribuição das reduções jesuíticas no Paraná.....	47
Figura 5 – Sítio arqueológico de Querência do Norte.....	50
Figura 6 – Sítio arqueológico de Querência do Norte.....	50
Figura 7 – Conjunto das colônias de faixa de fronteira.....	60
Figura 8 – Material de propaganda da colonizadora Brasil-Paraná.....	64
Figura 9 – Foto de propaganda da colonizadora Brasil-Paraná.....	67
Figura 10 – Foto de propaganda da colonizadora Brasil-Paraná	69
Figura 11 – Foto da chegada de pioneiros com a mudança.....	76
Figura 12 – Foto da construção das primeiras casas.....	76
Figura 13 – Cafezal em flor.....	78

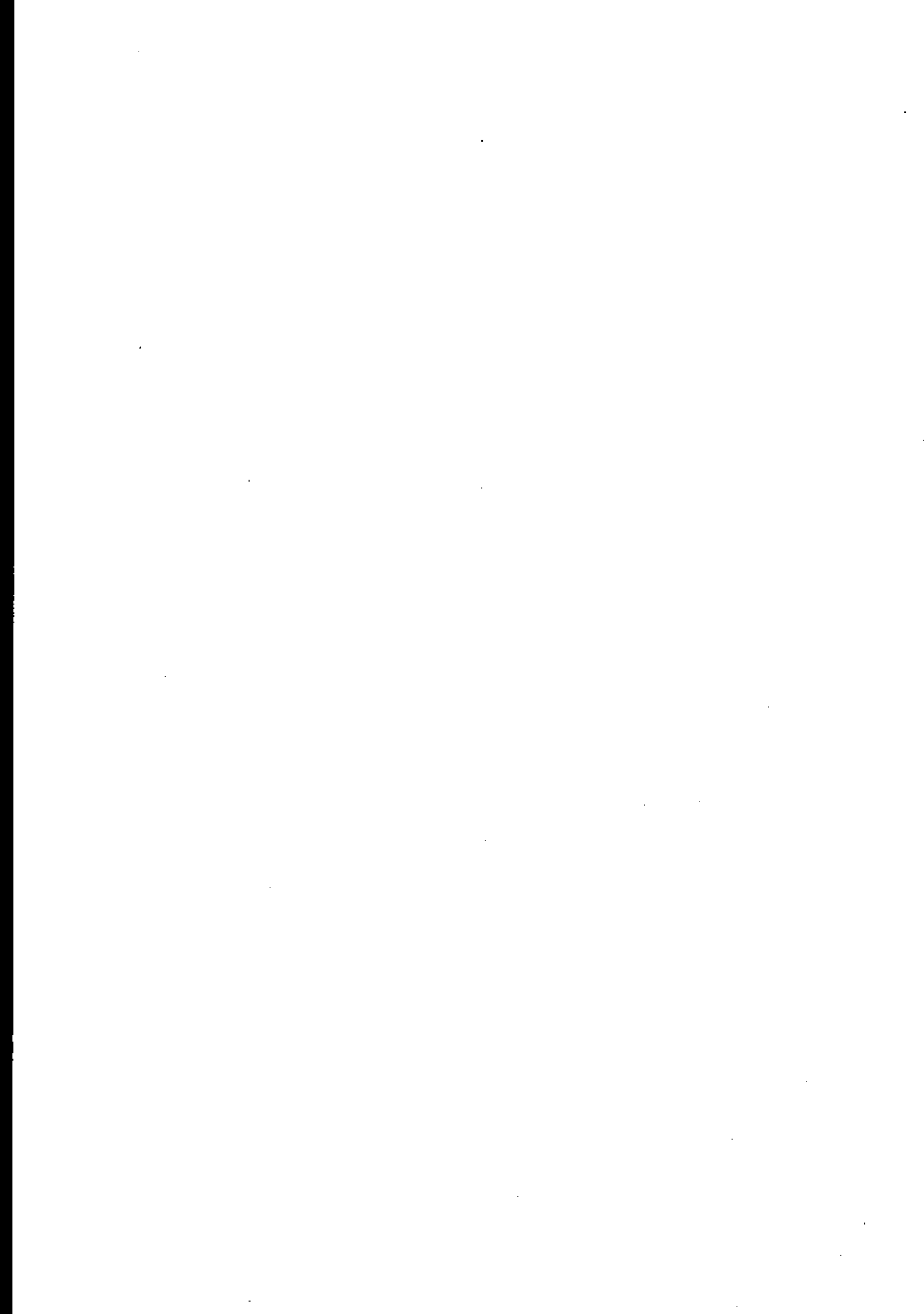
Figura 14 – Lavoura de café.....	78
Figura 15 – Primeiro hotel de Querência do Norte.....	80
Figura 16 – Segundo hotel de Querência do Norte.....	80
Figura 17 – Interior do segundo hotel de Querência do Norte...	81
Figura 18 – Estrada do Queixada. Porta de entrada para o município.....	82
Figura 19 – Vista parcial da cidade de Querência do Norte.....	86
Figura 20 – Vista parcial da cidade de Querência do Norte.....	86
Figura 21 – Mapa genealógico da região Noroeste do Paraná..	87
Figura 22 – Primeira igreja católica de Querência do Norte.....	89
Figura 23 – Primeira igreja evangélica “Luterana do Brasil” de Querência do Norte.....	90
Figura 24 – Foto de Noé Brondani.....	93
Figura 25 – Foto de Noé Brondani.....	93
Figura 26 – Foto de Noé Brondani.....	93
Figura 27 – Foto de Noé Brondani.....	94
Figura 28 – Pioneira de Querência.....	95
Figura 29 – Casa! Pioneiro de Querência	95

Figura 30 – Foto de crianças em idade escolar.....	97
Figura 31 – Casal pioneiro.....	98
Figura 32 – Foto de trabalhadores.....	99
Figura 33 – Foto de árvore centenária.....	100
Figura 34 – Cobra Sucuri.....	101
Figura 35 – Cobra Sucuri.....	101
Figura 36 – O troféu.....	102
Figura 37 – Primeiras construções nas colônias em Querência..	103
Figura 38 – Área desmatada.....	103
Figura 39 – Safra de café.....	107
Figura 40 – Foto do pé de café.....	108
Figura 41 – Grandes grilos de terra no Paraná.....	117
Figura 42 – Casa de Felício Jorge na fazenda Pontal do Tigre...	126
Figura 43 – Morador da Gleba 29.....	129
Figura 44 – Morador da Gleba 29.....	131
Figura 45 – Moradora da Gleba 29.....	133

Figura 46 – Reportagem sobre a prisão de acampados na fazenda Pontal do Tigre.....	145
Figura 47 – Reportagem sobre a desapropriação da fazenda Porangaba.....	148
Figura 48 – Croqui do Projeto de Assentamento Pontal do Tigre.....	159
Figura 49 – Croqui do Projeto de Assentamento Chico Mendes.....	160
Figura 50 – Croqui do Projeto de Assentamento Che Guevara.....	161
Figura 51 – Croqui do Projeto de Assentamento Margarida Alves.....	162
Figura 52 – Croqui do Projeto de Assentamento Luiz Carlos Prestes.....	163
Figura 53 – Croqui do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares.....	164
Figura 54 – Croqui do Projeto de Assentamento Santana.....	165
Figura 55 – Mapa do município de Querência do Norte com localização dos assentamentos.....	167
Quadro 1 – Elementos do clima de Querência do Norte.....	35
Quadro 2 – Grandes grilos de terras no Paraná.....	116
Quadro 3 – Projetos de assentamentos rurais de Querência do Norte.....	166

LISTA DE ABREVIATURAS

- BRAPA** – Colonizadora Brasil-Paraná
- CMPN** – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
- COANA** – Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante
- COMAFEN** – Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- GERCA** – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
- IAPAR** – Instituto Agrônômico do Paraná
- IBC** – Instituto Brasileiro do Café
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPARDES** – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- ITCF** – Instituto de Terras Cartografia e Florestas
- MASTRO** – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
- MST** – Movimento dos Sem Terra



SUMÁRIO

	PREFÁCIO	23
1	INTRODUÇÃO	26
2	ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE QUERÊNCIA DO NORTE	33
2.1	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	33
2.2	ASPECTOS FÍSICOS DO NOROESTE PARANAENSE.....	34
2.3	OCUPAÇÃO HUMANA DO NOROESTE PARANAENSE.....	44
3	A COLONIZAÇÃO E SUAS MARCAS SOCIOECONÔMICAS	52
3.1	O SIGNIFICADO, O SENTIDO E OS OBJETIVOS DA COLONIZAÇÃO.....	52
3.2	AS ESTRATÉGIAS DA COLONIZAÇÃO EM QUERÊNCIA DO NORTE NO DISCURSO DO COLONIZADOR.....	57
3.3	A COLONIZAÇÃO E AS TRAJETÓRIAS DA TERRA.....	67
3.3.1	Do Estado para os “amigos do governador”; dos “amigos” para os colonizadores.....	71

3.3.2	Dos colonizadores para quem produz na terra....	75
3.3.2.1	O ilustre pioneiro.....	91
3.3.2.2	O papel da mulher no processo de colonização em Querência do Norte.....	94
3.4	TERRA DE CAFÉ VIRA TERRA DE PASTAGEM.....	99
4	OS CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	113
4.1	O LATIFÚNDIO ATRAI E ACONTECEM AS OCUPAÇÕES.....	113
4.2	OS DESPEJOS E A VIOLÊNCIA NO CAMPO.	120
4.3	UM BREVE HISTÓRICO DA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ.....	134
4.4	O PROCESSO HISTÓRICO DA REFORMA AGRÁRIA EM QUERÊNCIA DO NORTE.....	141
4.5	OS ASSENTAMENTOS E A NOVA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM QUERÊNCIA DO NORTE.....	151
5	A HISTÓRIA ATRAVÉS DA ICONOGRAFIA...	169
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
	REFERÊNCIAS.....	206

PREFÁCIO

Quando a Adélia me convidou para prefaciar este livro, produto direto da dissertação de mestrado em Geografia que defendeu na Universidade Estadual de Maringá, confesso que senti uma mistura de satisfação com segurança, temperada com boa pitada de preocupação. Satisfação pelo privilégio de abrir as primeiras páginas de um livro que vai ajudar a entender um pouco mais da complicada história agrária do Paraná e também (ou principalmente) pelo fato do trabalho da Adélia não ter acabado, como centenas ou milhares de outros, no fundo de alguma gaveta ou escondido nas gôndulas de alguma biblioteca como uma mercadoria de pouco consumo popular. Segurança porque na condição de orientador da dissertação de mestrado da Adélia, acompanhei todo o desenvolvimento de sua pesquisa bibliográfica e de campo, discuti com ela os mínimos detalhes de cada detalhe e por isso estou seguro e posso assegurar da responsabilidade com que a dissertação, que vira livro, foi elaborada. A autora foi rigorosa na seleção das fontes, soube filtrar cada informação colhida, conseguiu ser fiel no tratamento dos dados. Juntando os qualificativos, teve condições de produzir um trabalho que consegue registrar o passado e o presente de Querência do Norte com a autoridade de quem foi personagem da história viva, uma testemunha ocular das violências, das falcatruas que marcaram a história desse polêmico município do Noroeste do Paraná. É aí que entra meu sentimento de preocupação. Como a Adélia, tão criteriosa na seleção e no tratamento dos dados, ser tão relapsa na escolha do nome que assinaria estas primeiras páginas? Sou levado a reconhecer que existem no mercado muitos geógrafos, historiadores, sociólogos, antropólogos e pesquisadores de outras linhagens científicas em melhores condições de prefaciar o livro da Adélia e que o fato de ter sido o orientador da dissertação de mestrado não me confere este privilégio. Cheguei a insistir nesta

linha de raciocínio, mas não consegui ser convincente. Passo, portanto, a desempenhar uma tarefa para a qual, tenho consciência, não sou a pessoa adequada.

Feitas essas observações iniciais, importantes para descarregar a consciência, reforço a afirmativa de que o trabalho da Adélia se resume a duas formas de abordagem, uma relacionada ao passado e outra ao presente ou à atualidade de Querência do Norte.

No que se refere à primeira parte, a autora resgata com propriedade o processo histórico do município, envolvendo os mecanismos legais e ilegais, éticos e anti-éticos de acesso à posse da terra. Chama atenção o polêmico papel desempenhado pelo Sr. Moisés Lupion, o homem que governou o Paraná primeiramente no período 1946-1950 e depois no período 1956-60, nas duas oportunidades tumultuando bastante o processo de repartição da terra agrícola no Estado. Na região de Querência do Norte, Lupion distribuiu terras aos amigos, invariavelmente correligionários políticos. Como não tinha controle dos presentes que dava, aconteciam casos da mesma área ser dada a dois ou mais “amigos” e aí não fica difícil imaginar a confusão que acabava acontecendo. Adélia levantou casos que retratam essa forma de distribuição de terras na sua área de estudo. Paralelamente, procurou mostrar como foi a colonização, tomando como referência o trabalho pioneiro do colonizador Carlos Antônio Franchello, figura por demais conhecida no Norte do Paraná nos anos 1960, tendo seu nome ligado ao setor imobiliário e ao setor de compra e venda de café. Ficou devendo sua fama também ao futebol, como presidente eleito e diversas vezes reeleito do Londrina Futebol Clube, o principal time londrinense.

Nesta primeira parte do trabalho, a autora procura costurar o pano de fundo dos problemas que passariam a tumultuar o cotidiano de Querência do Norte a partir do final dos anos 1980. Os “presentes” sem “nota fiscal” distribuídos pelo Sr. Lupion, somados a outras falcatuas praticadas para desviar imensas áreas de terras,

vão criar espaço para a atuação dos movimentos sociais organizados, principalmente o MST, nos tempos mais recentes.

É a luta organizada que começa a “tirar o sono” nos novos tempos. De um lado, terra que tinha dono que não era dono. De outro lado, terra que tinha dono mas que não produzia. Em outras palavras: sobre a mesa, dois pratos preferidos pelos movimentos sociais: a posse fraudulenta e a terra improdutiva. Querência do Norte passa então a ser o banquete da luta pela terra desencadeada por esses movimentos, com destaque todo especial para o MST. Transforma-se no espaço número um da luta pela Reforma Agrária no Paraná graças, frise-se, aos dois pratos colocados sobre a mesa dos movimentos sociais: a fraude e o latifúndio.

Adélia soube explorar o novo quadro com o mesmo nível de conhecimento com que explorou o quadro anterior. As duas partes, juntas, vão com certeza, provocar muitas discussões e polêmicas. Mas em nenhum momento vai ser colocada em dúvida a competência da autora.

Elpídio Serra

1 INTRODUÇÃO

Trabalhar com a história de vida das pessoas exerceu sobre nós enorme fascínio, por isso o presente trabalho tem como eixo temático aspectos geográficos e históricos, desde as primeiras ocupações indígenas, a colonização e os conflitos pela posse da terra no município de Querência do Norte, localizado no Noroeste do Estado do Paraná. Os temas abordados ao longo deste texto são partes do resultado de nossa dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá em junho de 2002.

Antes de conhecer Querência do Norte, fomos a Curitiba em busca de informações sobre o município. Procurando nos arquivos públicos da biblioteca municipal e em outros órgãos, não conseguimos encontrar material suficiente para subsidiar um trabalho de pesquisa. Aleatoriamente, fotocopiamos alguns jornais, que a princípio não pareciam ter tanta importância. Só constatamos sua importância com o decorrer das investigações.

A partir de uma segunda visita, ainda com intuito de reconhecimento, tentando “encontrar” o fio condutor do objeto de pesquisa, por acaso, tivemos a oportunidade de conversar com um pioneiro, um dos primeiros que haviam chegado ao município, na época da colonização. Este começou a detalhar histórias que envolviam tanto a colonização, quanto a luta pela posse da terra dos antigos moradores do município.

Quando a conversa com o pioneiro tomou um nível de detalhamento que só quem tinha vivido o processo histórico poderia oferecer, percebemos que tínhamos achado o fio condutor do trabalho de pesquisa. Todo o material que esperávamos encontrar em Curitiba, ou em qualquer outra fonte em algum outro lugar, estava no próprio município, nas mentes e nas histórias de vida dos pioneiros. E, “por sorte”, encontramos vários deles que nos rela-

taram suas memórias.

Tomamos conhecimento de que a história do município ainda não havia sido escrita. A curiosidade foi aguçada.

Em contato com outros pioneiros, verificamos que estes tinham um grande acervo fotográfico que, embora estivessem dentro de caixas e amarelados pelo tempo, não poderiam continuar ali “escondidos” e conseqüentemente escondendo a história do município.

Decidimos, então, trabalhar com a colonização, resgatando, através de fontes orais, juntamente com o acervo fotográfico, um rico material. A cada entrevista descobríamos fatos novos, o que nos fez perceber a importância das histórias de vida.

O pesquisador que trabalha com depoimentos e resgate da história oral, ao fazer com que as pessoas relatem suas próprias lembranças e interpretações do passado, possibilita que os entrevistados, em particular aqueles frequentemente ignorados e fragilizados economicamente, adquiram dignidade e sentido de finalidade ao rememorarem a própria vida, fornecendo informações valiosas à um processo de investigação. Entregando-se a tais reminiscências, recuperam o sentimento de sua identidade, um sentimento de pertencer a um determinado lugar e a uma determinada época, em um mundo caracterizado por mudanças aceleradas e vertiginosas (THOMPSON apud MAROTTI; SANTOS, 2001, p. 197).

Essa citação resume o que percebíamos quando os pioneiros falavam de seu passado.

Como os fatos não acontecem de forma estanque mas estão atrelados entre si, ao longo das entrevistas descobrimos existirem pioneiros que no passado haviam sido expulsos de suas residências. A problemática também nos interessou.

O jornal que aleatoriamente fotocopiamos, em Curitiba, que é

da década de 1970, traz uma reportagem a qual destaca os problemas de despejo que estavam acontecendo com agricultores naquela época. E estávamos tendo a oportunidade de entrevistar pessoas que tinham sido vítimas desse episódio. Então optamos por também estudar os conflitos pela posse da terra.

Definido o eixo temático, e com a preocupação de estudar as transformações ocorridas no município de Querência do Norte, envolvendo o processo de colonização e a luta pela terra, procuramos reunir estudos empíricos para estruturar as reflexões teóricas que viriam num segundo plano, valorizando a partir de então as fontes orais. Essas reflexões foram desenvolvidas a partir dos estudos baseados na fala dos pioneiros e dos coordenadores dos assentamentos. A análise que fazemos é que esses depoimentos, embora empíricos, possuem uma riqueza científica extraordinária.

Portanto, adotamos critérios metodológicos para a coleta de dados baseados em entrevistas, onde o pioneiro relatou sua vida desde a chegada ao município. Lançávamos a primeira questão e deixávamos o entrevistado falar abertamente, pois, desta forma, não tornávamos a entrevista direcionada e o entrevistado relatava os fatos minuciosamente.

Tais entrevistas serviram de fonte primária, aliadas às fotografias da época da colonização.

A memória é o dispositivo essencial gerador do relato de vida, sendo a atividade da mente humana que trabalha reconstruindo o passado vivido. Através das recordações de coisas vistas e ouvidas a memória reconstitui, reinterpreta e preserva – com as idéias, a aprendizagem, afeto e identidades – os sucessos, as experiências e as relações com as individualidades e coletividades do passado (MASSOLO apud MAROTTI; SANTOS, 2001, p. 197).

Quanto à análise da luta pela terra utilizamos a mesma técnica: a

entrevista com os coordenadores dos assentamentos, e com pessoas que atualmente estão assentadas, mas que no passado foram personagens do processo de luta.

Essas técnicas de coleta de dados baseadas nas fontes orais, juntamente com documentos obtidos em órgãos públicos, aliadas às referências bibliográficas, constituem a base teórico-metodológica de investigação desta pesquisa.

Como o trabalho é, em sua maior parte, desenvolvido com base em fontes primárias, ficamos diante de um impasse: será um trabalho que se completa pelo mérito das fontes primárias ou terá certa deficiência na escrita, o que nos faz refletir sobre o que afirmou Mao Tsé Tung:

A teoria materialista-dialética do conhecimento põe a prática em primeiro lugar, sustentando que o conhecimento humano não pode estar, em nenhum grau, desligado da prática. Lenin dizia: 'A prática é superior ao conhecimento (teórico), pois ela tem não somente a dignidade do geral, mas também a do real imediato' (MAO TSÉ TUNG, 1999, p. 15).

Procuramos apresentar o resultado desse trabalho em seis partes. A primeira é a Introdução. A segunda, denominada Aspectos Históricos e Geográficos de Querência do Norte, a princípio trata das características físicas do Noroeste Paranaense e, em linhas gerais, resgata o processo de ocupação dessa região, dentro de um contexto histórico-geográfico que começou com as reduções jesuíticas no século XVII. Após a dizimação das reduções pelos bandeirantes paulistas, a região permaneceu por longos períodos sem o uso da terra estar vinculado ao processo econômico produtivo, mas continuou habitada por algumas tribos indígenas.

No início do século XX, a região começa a ser povoada novamente, e aliados a esse povoamento estão os conflitos pela posse

da terra, não ficando fora desses conflitos o local que posteriormente se tornou o município ao qual está direcionada a pesquisa.

A terceira parte, intitulada A Colonização e Suas Marcas Socioeconômicas, retrata, dentro do contexto histórico regional do Noroeste Paranaense, o município de Querência do Norte, que a partir de 1950 começa a ser colonizado pela colonizadora Brasil-Paraná, de propriedade de Carlos Antônio Franchello e sócios, responsáveis pelo loteamento de parte do município, porque a outra parte eram grandes latifúndios de propriedade duvidosa e conflituosa, sendo na maioria terras de concessão. Os focos principais para atração dos compradores dos lotes vendidos pela colonizadora eram: a riqueza da cafeicultura e o ideário das famosas terras roxas do Norte do Paraná, aliados ao relevo plano. Esses motivos foram a base para a colonização do município.

No processo de ocupação e exploração das terras em Querência do Norte, há pioneiros vindos do Sul e do Nordeste do País, uns para comprar a terra, outros para trabalhar nela, respectivamente, como mão-de-obra necessária.

Toda a história do município foi retirada da memória daqueles que se tornaram os primeiros moradores, vindos de outros lugares do Brasil, com destaque para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e alguns estados do Nordeste.

Cabe ressaltar que nesta parte denominamos colonizador o proprietário da Companhia que loteou o município, e pioneiros, as pessoas que chegaram para trabalhar a terra para o plantio de café, como também os que trabalhavam como mão-de-obra nas lavouras dessa cultura.

Procuramos enfatizar as diferentes trajetórias da propriedade no município, desde a doação de grandes extensões, feita pelo governador Moisés Lupion a seus “amigos”, até chegar ao colonizador, proprietário da empresa colonizadora, e deste, aos primeiros moradores. Toda essa passagem histórica, aliada a conflitos gerados nesse processo de “transferência”. Também é abordada a pro-

blemática da passagem da terra de café para terra de pastagem.

Na quarta parte, denominada Os Conflitos pela Posse da Terra e os Assentamentos Rurais, procuramos expor, através das diferentes formas de acesso à terra - intrusão, grilagem e a posse - os conflitos que existiram no município e as suas consequências, em que o latifúndio atraía as populações despossuídas de capital, as quais dele procuravam retirar sua sobrevivência através das culturas de subsistência.

O resultado dessa forma precária de posse da terra foram os despejos e a violência no campo, cometidos pelos proprietários das fazendas contra pequenos agricultores. Motivos estes que foram destaque na imprensa estadual na época, início da década de 1970.

Esses conflitos levaram a uma nova conjuntura, com o passar dos anos, que foi a luta pela reforma agrária, e que no município acontece com a ocupação da fazenda Pontal do Tigre, e posteriormente de outros latifúndios.

A luta dos trabalhadores rurais resultou nos assentamentos, sendo sete implementados durante o desenvolvimento deste trabalho. Esses assentamentos estão distribuídos espacialmente pelo município, organizados de uma forma que todos os assentados trabalhem e contribuam para o bem comum (dos assentamentos). Apesar das dificuldades ainda enfrentadas pelos agricultores, estes dão a entender que valeu o esforço despendido na luta pela reforma agrária.

Na quinta parte, A História através da Iconografia, reunimos o material iconográfico numa sequência que permite ao leitor acompanhar através da imagem os processos de modificação paisagística ocorridos no município de Querência do Norte, a partir da chegada dos novos moradores na década de 1950.

Na sexta parte, Considerações Finais, emitimos opiniões sobre o trabalho dentro de um contexto geral.

Com a discussão desses temas procuramos contribuir com uma

pequena parcela para o conhecimento dos assuntos mencionados sobre o município. E, por se tratar de um trabalho que abrange uma temática multifacetada, eventuais falhas podem ter ocorrido. Mas que elas sirvam de motivo para novas contribuições nesse campo de pesquisa e sobre Querência do Norte.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE QUERÊNCIA DO NORTE

“O saber se aprende com os mestres;
mas a sabedoria,
só com o corriqueiro da vida.”
Cora Coralina

2.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Querência do Norte está localizada no Extremo Noroeste do Estado do Paraná, dentro da Microrregião Geográfica de Paranavaí, limitando-se com os municípios de Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo, Ivaté e Icaraíma. Possui uma área de 1.021,8639 Km², e a sede encontra-se a uma altitude de 490 metros (PARANÁ, 2000, p. 53).



Figura 1 – Localização de Querência do Norte na microrregião geográfica de Paranavaí

Fonte da base cartográfica: Paraná (2000, p. 6).

Organização: HARACENKO, Adélia.

¹ Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959), as coordenadas geográficas de 22° 59' de Latitude Sul e 53° 25' de longitude Oeste, determinam a localização do município.

2.2 ASPECTOS FÍSICOS DO NOROESTE PARANAENSE

Para uma melhor compreensão do espaço geográfico estudado procuramos apresentar, de maneira geral, as características físicas do município, porque estas têm influenciado diretamente a sua organização espacial. Algumas sofreram mudanças drásticas ao longo do tempo, como é o caso da cobertura vegetal com o desmatamento e o solo com o problema de erosão.

No que se refere ao relevo e ao solo, foram fatores preponderantes para a colonização do município; daí a importância em ser destacado o quadro natural da região, mesmo que não seja tão aprofundado, torna-se necessário. Procuramos organizar a análise em uma forma sequencial, partindo do clima, indo para a parte geológica, depois o relevo, e por último o solo, que seria a junção de alguns elementos físicos e químicos interagindo para sua formação.

O clima no Noroeste Paranaense contrasta com o regime climático mesotérmico superúmido sem estações secas, tipo temperado, o qual é característico de toda Região Sul do Brasil. Isto se deve à influência sobre o clima regional da massa Tropical Atlântica, que penetra pelo Nordeste do Paraná vindo do Oceano Atlântico (SANTOS et al., 1991, p. 4).

O Noroeste do Paraná, segundo o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR, 1994), seguindo a classificação climática de Köppen, é definido pelo clima Cfa, que é um clima Subtropical, sendo a temperatura média no mês mais frio inferior a 18°C (mesotérmico), e a temperatura média no mês mais quente acima de 22°C. Os verões são quentes, as geadas pouco frequentes, e com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. O município de Querência do Norte enquadra-se nestas características climáticas, identificadas no quadro 1.

Conforme cartas climáticas do Iapar (1994), as medidas dos elementos do clima de Querência do Norte são as seguintes:

PRECIPITAÇÃO (mm)		TEMPERATURA DO AR (°C)		UMIDADE RELATIVA DO AR (%)	
Janeiro	150	Janeiro	25	Media anual	70
Fevereiro	150	Fevereiro	25		
Março	100	Março	25		
Abril	100	Abril	22		
Maiο	100	Maiο	20		
Junho	100	Junho	18		
Julho	50	Julho	18		
Agosto	50	Agosto	20		
Setembro	100	Setembro	20		
Outubro	150	Outubro	23		
Novembro	150	Novembro	24		
Dezembro	150	Dezembro	25		
Media anual	1400	Media anual	22		
		Média anual das mínimas	17		
		Média anual das máximas	28		
EVAPOTRANSPIRAÇÃO POTENCIAL (mm)			INSOLAÇÃO (Horas)		
Media anual		1400	Total anual		2600
GEADAS (Dias por Ano)			DIREÇÃO DOS VENTOS (Frequência média anual)		
Total anual		02	NE	a	SW

Quadro 1 – Elementos do clima de Querência do Norte

Fonte: Instituto Agrônomico do Paraná (1994).

Organização: HARACENKO, Adélia.

A área em estudo está localizada no terceiro planalto paranaense, que é caracterizado pela presença de extensos e espessos lençóis de lavas básicas que provavelmente no período Jurássico, na era Mesozóica, cobriam mais da metade do Estado. A Serra da Boa Esperança é o limite entre o terceiro planalto e os sedimentos paleozóicos do segundo planalto.

No Paraná, a camada de arenito Caiuá se desenvolve a partir dos últimos derrames de lava e representa a continuidade do processo de sedimentação eólica terrestre iniciada no Triássico Superior com a deposição do arenito botucatu no deserto mesozóico, que perdurou até o Eo-Cretáceo (MAACK, 1981, p. 421).

Na parte Noroeste do Paraná, ocupando uma área de aproximadamente 25.000 Km², ocorre o arenito Caiuá (BRASIL, 1970, p. 17).

Sobre as características do arenito o autor supracitado destaca:

O arenito Caiuá caracteriza por apresentar sedimentação entrecruzada (eólica) e pela sua coloração violácea com manchas e pontos claros. Neste arenito a percentagem de areia grossa é quase sempre superior à de areia fina. O arenito Caiuá ocupa a parte superior da série São Bento, tendo sido sedimentado diretamente sobre as rochas básicas, evidenciando um clima árido semelhante ao ambiente desértico ocorrido durante a sedimentação do arenito Botucatu e durante a deposição de arenitos eólicos entre os vários lençóis magmáticos. A série São Bento é constituída, portanto pelo arenito Botucatu na base, seguido pelo Trapp com arenitos intercalados, e como último componente da série o arenito Caiuá (BRASIL, 1970, p. 19).

As rochas eruptivas básicas e o arenito Caiuá formam os solos

dessa região; as primeiras originam solos argilosos, as segundas originam solos com baixos a médios teores de argila. “As principais rochas do derrame de Trapp no Paraná, são os diabásios, os meláfios, vitrófios, andesitos, espelitos e diabásios porfíricos” (BRASIL, 1970, p. 17). Ainda segundo o mesmo autor, cita que: “Os derrames do Trapp são constituídos por basaltos e meláfios, enquanto nos diques e sills ocorrem diabásios” (BRASIL, 1970, p. 17).

Esses materiais, de constituição diversa, vão influenciar diretamente a formação do solo, que apresenta variações, especialmente nas propriedades químicas.

Querência do Norte enquadra-se nestas características geológicas.

O terceiro planalto paranaense pode ser considerado como uma região levemente ondulada, com chapadas de encostas suaves:

Os divisores dos grandes rios são geralmente arredondados e designados impropriamente como serras. Na realidade, estas ‘serras’ não têm expressão orográfica alguma; constituem unicamente um espigão, como é o caso do divisor Ivaí-Paranapanema, onde se localiza o fluxo principal da colonização do Norte do Paraná. É freqüente nesse planalto a presença de mesas (BIGARELLA; BECKER; SANTOS, 1994, p. 77).

No Noroeste do Estado do Paraná, a parte coberta pelo arenito apresenta um relevo pouco movimentado, praticamente plano a suave ondulado, com poucas elevações:

...como é o caso do morro dos Três Irmãos nas proximidades de Terra Rica. Ainda nesta parte do arenito encontramos a Serra dos Dourados, com um relevo que vai do suave ondulado a ondulado (BRASIL, 1970, p. 20).

No município de Querência do Norte o relevo é caracterizado como plano, com poucas exceções de relevo suave ondulado.

Querência do Norte é um dos municípios privilegiados hidrograficamente, sendo banhado pelo rio Paraná em suas extensões Norte, Oeste e Sudoeste.

Os rios que compõem a bacia hidrográfica do rio Paraná formam o maior complexo hidrográfico do Estado do Paraná, com 186.321 Km². Segundo Wons (1994), o rio Paraná é o maior do sistema hidrográfico da bacia do Prata, possuindo um percurso total de 4.695 Km, dos quais 400 Km percorridos em território paranaense, desde a foz do rio Paranapanema até a foz do rio Iguaçu. Destaca-se pelo seu grande potencial hidráulico, que é um dos maiores do País. Forma inúmeras ilhas na divisa com o Mato Grosso. Dentro do espaço municipal, no rio Paraná encontram-se alguns portos como: Porto Pontal do Tigre, Porto Felício, Porto Natal, Porto Querência do Norte², Porto Brasília e Porto Belo.

Seus principais afluentes no Estado são os rios Paranapanema, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, todos em sua margem esquerda. Um de seus afluentes, o rio Ivaí, tem o seu curso inferior passando pelo município, e o separa dos municípios de Icaraíma e Ivaté.

A bacia hidrográfica do rio Ivaí possui uma área de 35.845 Km². Seu percurso total é de 685 Km, sendo o rio paranaense mais extenso. Nasce no município de Prudentópolis, próximo da cidade de Inácio Martins. É formado pela junção do rio dos Patos com o rio São João, e a partir daí passa a ser chamado de Ivaí (WONS, 1994, p. 57).

No município, encontram-se outros pequenos cursos d'água, que deságuam tanto no rio Paraná quanto no rio Ivaí, sendo eles: córrego Caveira, córrego Juriti, córrego Água do Quati, Ipoi, das Antas, do Patrão e córrego Quatorze, como demonstra a figura 2.

²O Porto Querência do Norte é conhecido no município como Porto 18.

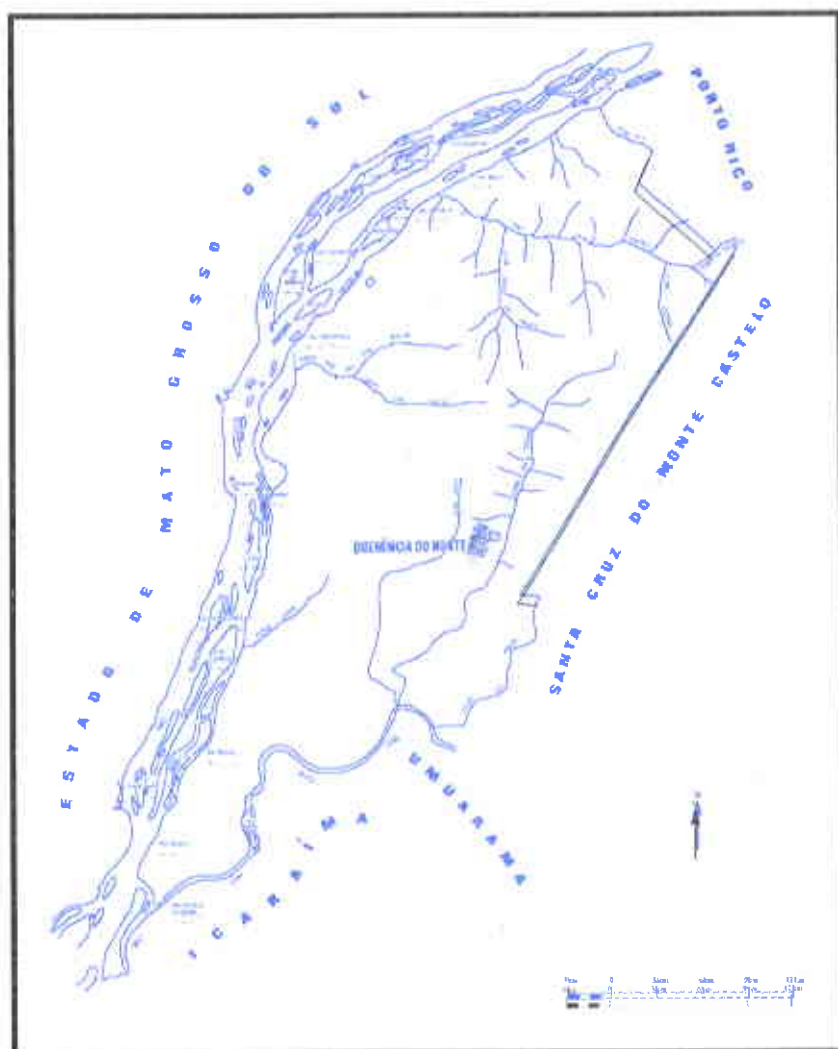


Figura 2 – Bacia hidrográfica do município de Querência do Norte
 Fonte da base cartográfica: Mapa Rodoviário (1981).
 Organização: HARACENKO, Adélia.

A vegetação primitiva do Noroeste do Paraná era a Mata Pluvial Tropical.

Esta mata apresenta dois aspectos distintos: O primeiro, mais rico em espécies vegetais (peroba, pau d' alho, figueira branca e palmito), ocupava a região de 'terra roxa'. O segundo, mais pobre em espécies vegetais, ocupava a região arenosa do arenito Caiuá (WONS, 1994, p. 79).

Essa floresta exuberante foi substituída pela cultura cafeeira e pela pastagem.

A destruição das matas pluviais no norte e oeste do Paraná e sua substituição por cafezais, sem deixar reservas de matas ou florestas de proteção das nascentes, aumentou em dois decênios o coeficiente de variação das precipitações (MAACK, 1981, p. 266).

Em Querência do Norte, conforme depoimentos de pioneiros, todo o município era coberto pela mata primitiva, e não fugindo à regra do Noroeste, também foi queimada para o cultivo do café. Em entrevista, o pioneiro José Zago³ relata:

Quando nós chegamos aqui a mata era virgem, e quem derrubava o mato era os empreiteiros com motor-serra e machado, não havia nessa época nenhum tipo de preservação ambiental não. Antes de derrubar as árvores eram feitas as roçadas, e após a derrubada eram queimadas para limpar o terreno, aqui existia muitas espécies como: peroba, cedro, coração-de-negro, marfim, louro, pau-d' alho, timbaúva e outras mais.

Atualmente, o município conta com algumas pequenas reservas florestais, com resquícios da mata primitiva, mas visualmente, além

³ Entrevista realizada com o senhor José Zago, no dia 12-04-2001, na cidade de Curitiba, onde reside atualmente.

das plantações de subsistência, o que predomina é a pecuária. “O criador de gado, ou o fazendeiro já está percebendo as consequências drásticas produzidas através de quase 200 anos de constantes queimas” (MAACK, 1981, p. 259).

A cobertura pedológica do Noroeste Paranaense está diretamente relacionada com o relevo (declividade) e a rocha (características físicas, químicas e mineralógicas). Sendo

caracterizada por perfis de solos espessos e maduros nos interflúvios, nos espigões longos e aplainados e nas vertentes de baixa declividade [...]. A medida que aumenta a declividade das vertentes, diminui a espessura dos perfis de solos,[...]. As unidades dos solos jovens e espessos aparecem com frequência nas proximidades dos rios (SANTOS et al., 1991, p. 13).

Com base na carta de Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Noroeste do Paraná desenvolvida pelo Ministério da Agricultura em 1971 (figura 3), associada às informações do boletim informativo de 1970⁴, procuramos organizar uma seqüência dos tipos de solo do município.

⁴Para um conhecimento mais aprofundado sobre os tipos de solo aqui descritos, verificar o boletim técnico nº 14 de 1970 do Ministério da Agricultura, o qual caracteriza cada tipo de solo, suas potencialidades e sugere condições para melhor uso. Verificar também o livro, Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (1999), publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) o qual contém a nova nomenclatura dos solos.



Figura 3 – Classificação de solos da área de Querência do Norte no Noroeste do Paraná
 Fonte: Brasil (1971).

~~~~~ : divisão aproximada do limite do município na região.

## **SOLOS COM B LATOSSÓLICO NÃO HIDROMÓRFICOS**

**LEd 3 - LATOSOL VERMELHO ESCURO DISTRÓFICO - (LATOSSOLO VERMELHO-1999)** \_ orto textura média fase floresta subperenifólia relevo suave ondulado e praticamente plano.

**LEe 1 - LATOSOL VERMELHO ESCURO EUTRÓFICO – (LATOSSOLO VERMELHO-1999)** \_ orto textura argilosa fase floresta subperenifólia relevo ondulado e praticamente plano.

## **SOLOS COM B TEXTURAL, ARGILA DE ATIVIDADE BAIXA NÃO HIDROMÓRFICOS**

**PE 4 – PODZÓLICO VERMELHO AMARELO EQUIVALENTE**

**EUTRÓFICO** – (ARGISSOLO VERMELHO AMARELO-1999)  
– abrupto textura média fase floresta subperenifólia relevo ondulado e suave ondulado.

**PV 3** – **PODZÓLICO VERMELHO AMARELO** – (ARGISSOLO VERMELHO AMARELO-1999) - orto textura média fase floresta subperenifólia relevo suave ondulado.

**PE 3** – **PODZÓLICO VERMELHO AMARELO EQUIVALENTE EUTRÓFICO** – (ARGISSOLO VERMELHO AMARELO-1999)  
– orto textura média floresta subperenifólia relevo suave ondulado.

**PE (c)** – **PODZÓLICO VERMELHO AMARELO EQUIVALENTE EUTRÓFICO** – (ARGISSOLO VERMELHO AMARELO-1999) – orto textura argilosa fase floresta perenifólia relevo praticamente plano.

### **SOLOS POUCO DESENVOLVIDOS**

**Ae 1** – **SOLOS ALUVIAIS EUTRÓFICOS** – (NEOSSOLO FLÚVICO EUTRÓFICO-1999) – textura argilosa fase floresta de várzea relevo plano.

**Ad 2** – **SOLOS ALUVIAIS DISTRÓFICOS** – (NEOSSOLO FLÚVICO DISTRÓFICO-1999) - textura arenosa fase floresta de várzea relevo plano.

### **SOLOS HIDROMÓRFICOS**

**HG** – **SOLOS HIDROMÓRFICOS GLEYZADOS INDISCRIMINADOS** (incluem AREIAS HIDROMÓRFICAS INDISCRIMINADAS) – (GLEISSOLOS-1999).

**HO** – **SOLOS ORGÂNICOS INDISCRIMINADOS** – (ORGANOSSOLOS-1999)

### 2.3 A OCUPAÇÃO HUMANA DO NOROESTE PARANAENSE

A história da Região Noroeste do Estado do Paraná, sob o ponto de vista da ocupação do território, tem início por volta do ano de 1501, através da disputa pela posse do território brasileiro ocorrida entre os portugueses, castelhanos e bandeirantes paulistas. Datam deste período as primeiras investidas européias na região, através dos caminhos fluviais e das clareiras abertas na floresta, termo este que muitos autores utilizam como picada, ou seja, um caminho estreito aberto na mata a golpes de facão para acesso a um determinado local. Trilhas pré-colombianas que cruzavam de leste a oeste já eram, porém, utilizadas pelos primeiros habitantes (índios), como o Caminho do Peabiru ou de São Tomé, e o primeiro europeu a percorrer tal caminho do Atlântico até o rio Paraná, atravessando-o até atingir o Paraguai, foi Aleixo Garcia, português que chegou na América do Sul com a frota de João Dias de Solis, descobridor do Rio da Prata em 1512. Vítima de um naufrágio na costa brasileira, Aleixo Garcia chegou ao litoral catarinense em 1516, tornando-se a partir de então amigo dos índios e conhecedor de seus costumes. Em 1522 parte em expedição pelo interior do Sul do Brasil, expedição que durou aproximadamente 3 anos. Porém de sua aventura na direção oeste, a qual tinha a finalidade de encontrar o 'el-dorado' do Potosí, não voltou, porque sua expedição foi dizimada por índios de regiões paraguaias.

Outro aventureiro, que veio para a América do Sul em 1540, encarregado pelo rei da Espanha de governar as colônias espanholas do Rio da Prata, foi Alvar Núñez Cabeza de Vaca, que chegou à Ilha de Santa Catarina em 1541. Logo fez amizades com os índios da região e, guiado por seu espírito aventureiro praticado em outras terras, procurou seguir o rumo do mesmo caminho que Aleixo Garcia percorreu, e em setembro de 1541 partiu de Santa Catarina, chegando 19 dias depois à região dos campos no Paraná. Neste

território, seguiu em direção a Ponta Grossa, passou pelas cabeceiras do Rio Tibagi, numa difícil tarefa, entrando pelas matas até as cabeceiras dos rios Ivaí e Corumbataí. Tomando a direção norte-sudoeste, atravessou os rios Cantu e Piquiri até atingir o Iguaçu (DORFMUND, [1972?], p. 95).

Outros aventureiros trilharam os caminhos paranaenses, como: Hans Staden (1550), Cristobal Saavedra (1551), Hernando Salazar (1552), Ulrich Schmidel (1553) e outros. Registros indicam que os dois primeiros europeus, Aleixo Garcia e Alvar Núñez Cabeza de Vaca, se destacaram, pela travessia do oceano Atlântico ao rio da Prata.

Nesse período, baseados no Tratado de Tordesilhas, os espanhóis procuravam estender suas posses no Oeste paranaense, e fundaram as primeiras povoações. Uma delas foi Ontiveiros, em 1555, pouco acima da foz do rio Iguaçu, a qual em 1557, devido à precariedade a vila foi mudada para a foz do rio Piquiri com a denominação de Ciudad Real del Guairá. Em 1576 foi fundado na confluência do rio Corumbataí com o Ivaí outro povoamento, que seria Villa Rica del Espiritu Santu (DORFMUND, [1972?], p. 99).

Esses povoamentos não eram feitos aleatoriamente. O então governador do Paraguai Martinez de Irala tinha como objetivos:

Subordinar o grande número de indígenas ali encontrados; assegurar o Caminho do Peabiru e deter as contínuas penetrações para oeste da linha de Tordesilhas; conseguir um porto marítimo para Assuncion, no Atlântico, aparecendo a baía de Paranaguá como o local mais indicado para tanto (WACHOWICZ, 1968, p. 12).

Mas os índios não se adaptaram ao sistema implantado. Se-

gundo a coroa espanhola:

...a população indígena deveria ser catequizada, defendida contra os inimigos e iniciada num ofício, em troca disto os índios pagariam uma taxa, ou prestariam serviços (WACHOWICZ, 1968, p. 13).

Esse sistema, denominado “encomiendas”, não prosperou como devia, porque passaram os indígenas à condição de escravos, o que provocou a não-aceitação de suas condições de domínio.

Diante dessa dificuldade em conseguir a submissão indígena, o governador do Paraguai, Hernando Arias de Saavedra, propôs ao rei espanhol Filipe III que a pacificação indígena fosse feita pelos padres jesuítas. O rei aceitou, e em 1608 foi criada a Província del Guairá, abrangendo exatamente as terras do Ocidente paranaense.

Ali seriam estabelecidas as Reduções Jesuíticas do Guairá, chegando, a leste, até o rio Tibagi, ao norte, ao rio Paranapanema, ao sul, ao rio Iguaçu e, a oeste, ao rio Paraná (PARANÁ, 1987, p. 30).

Os jesuítas, contrariando os interesses da Espanha, e opondo-se à escravidão do índio, fundam as reduções, em torno de 13 a 15, conforme figura 4. As duas primeiras foram Santo Inácio e Loreto, ambas na margem esquerda do Paranapanema.



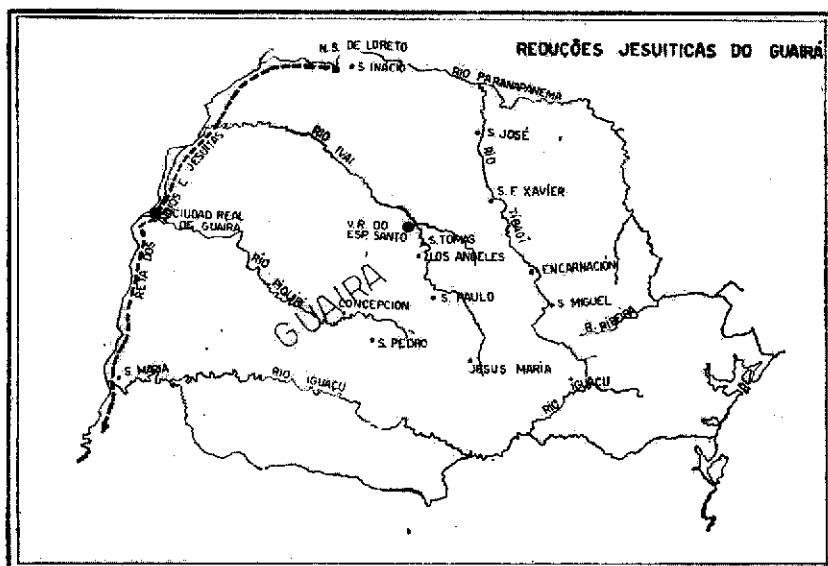


Figura 4 – Distribuição das reduções jesuíticas no Paraná  
 Fonte: Wachowicz (1968, p. 18).

Estas reduções tinham vários objetivos: proteger os índios contra os espanhóis que tentavam escravizá-los, protegê-los das investidas dos bandeirantes, torná-los cristãos e com isso “humanizá-los”.

A partir de 1600, os portugueses, juntamente com os bandeirantes paulistas, temerosos da expansão do domínio espanhol, investiram contra as reduções numa guerra sem tréguas, considerada justa. Os bandeirantes colocavam-se no direito de escravizar os índios. Como precisavam de mão-de-obra se encontravam grandes grupos de índios reunidos, incorporados à “civilização”, as reduções supririam suas necessidades.

As bandeiras que dizimaram o trabalho de “civilização” dos jesuítas para com os índios e, conseqüentemente, os próprios índios, foram chefiadas por Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto. Em 1629 estava completamente destruída a obra jesuítica no território do Guairá, e as duas últimas, Loreto e Santo Inácio, não fo-

ram destruídas porque os padres receberam ordens superiores para abandoná-las juntamente com os 12.000 índios que sobraram dos 100.000 que conseguiram aldear. Os bandeirantes, quando lá chegaram, encontraram-nas vazias; os jesuítas haviam conduzido os índios para o Rio Grande do Sul, destacando-se nessa aventura o nome do padre Antônio Ruiz Montoya. Os bandeirantes, porém, atacaram também as reduções no Rio Grande do sul, onde eram chamadas de Tapes (DORFMUND, [1972?], p. 100).

Os bandeirantes contiveram desta forma a expansão espanhola rumo ao Atlântico e ao mesmo tempo dizimaram as etnias indígenas brasileiras.

Já em fins do século XVII, estavam as missões inteiramente aniquiladas pelas incursões dos bandeirantes paulistas, que expulsaram para a margem direita do Paraná índios e jesuítas. Dessa primeira tentativa de colonização restam hoje apenas ruínas: no vale do Ivaí, as de Vila Rica e de Jesus Maria e no vale do Paranapanema as de Loreto e de Santo Inácio (MULLER; FRANÇA apud SERRA, 1991, p. 27).

Antes de analisar a fase de colonização do município de Querência do Norte pós 1950, cabe ressaltar que toda a Região Norte do Paraná foi habitada pelos índios muito antes do início do século XVI, tendo como marco o Descobrimento do Brasil, e antes do século XVII, tendo como marco as reduções jesuíticas.

Uma retrospectiva da presença do índio no Norte Paranaense, mesmo que sintética, tem sua importância, considerando-se que foi o indígena o primeiro habitante do espaço estudado. Foi a partir do extermínio dessa primeira forma de ocupação regional que vieram a surgir os projetos de colonização, estes redirecionando a concepção de paisagem.

Podem parecer estranho que ao procurar analisar o discurso 'Norte do Paraná' e o processo de ocupação e (re)ocupação da região em estudo, inicie o estudo de como viviam os povos indígenas. Optei por fazer isso, em primeiro lugar porque acredito que é o maior de todos os silêncios presentes no discurso 'Norte do Paraná' e, em segundo lugar por uma questão puramente cronológica, isto é, os povos indígenas viviam na região em estudo há pelo menos 7000 anos. Portanto pelo menos por isso, eles devem ter primazia na análise (TOMAZI, 1997, p. 64).

Sob este ponto de vista ideológico, o autor supracitado, procura analisar o processo de ocupação dessa região ocorrido milhares de anos atrás, como também a organização das populações indígenas que ali viviam. Partindo da compreensão da história dos homens que viveram nessa região, onde ainda vivem seus poucos descendentes, como é o caso dos Xetás, na região de Umuarama, e da maneira como esses homens se organizavam em sociedade, quando se vai estudar o processo de ocupação desta região, a história dos povos indígenas deve ser integrada na análise, para que se tenha uma visão da ocupação antes, e depois que ela passou a ser incorporada sob a ótica do capital, o que ele chamou então de (re)ocupação.

Marcando a primeira fase de povoamento regional, a figura 4 na página 47 ilustra uma rota dos índios e jesuítas, partindo da redução de Nossa Senhora do Loreto, passando pela foz do rio Ivaí, pela Vila del Guairá, na foz do Piquiri, ultrapassando a redução de Santa Maria e seguindo na direção sul. Tal caminho corta todo o Oeste do Estado do Paraná, inclusive passando pelo município de Querência do Norte. As evidências de populações indígenas podem ser vistas através de sítios arqueológicos<sup>5</sup> encontrados no município por pesquisadores de arqueologia, como demonstram as figuras ilustrativas 5 e 6.

---

<sup>5</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre esse assunto ver Mota (2000).



Figura 5 – Sítio arqueológico de Querência do Norte

Fonte: Mota (2000, p. 6).

Aeroporto construído sobre um sítio cerâmico Guarani no município de Querência do Norte.



Figura 6 – Sítio arqueológico de Querência do Norte

Fonte: Mota (2000, p. 6).

Vasilha cerâmica Guarani exposta devido à construção de aeroporto no município de Querência do Norte.

Na segunda fase, essa ocupação volta acompanhada da conjuntura do processo histórico, já comandada pela entrada do capital. As terras pertencentes ao Estado, através dos projetos de colonização privados, passam então a pertencer a uma empresa colonizadora, a qual cabe a venda de pequenos lotes para pequenos agricultores, o que, por uma ótica lógica, é uma reocupação, caracterizada por colonização.

A colonização vai marcar a fase mais recente de apropriação do espaço através do capital empresarial privado. De acordo com os interesses do Estado, voltados a criar mecanismos de acesso à terra e desenvolvimento de processo econômico, extensas áreas são repassadas a empresas colonizadoras, tendo em vista tais objetivos. De posse das áreas, as empresas repartem e comercializam os lotes em sintonia com os interesses do Estado, estabelecendo-se assim um processo de ocupação planejada.

---

<sup>6</sup> Para uma explanação mais detalhada sobre o assunto Ocupação Humana do Noroeste do Paraná ver Noelli e Mota (1999), Mota e Noelli (1999) e Mota (1994).

### 3 A COLONIZAÇÃO E SUAS MARCAS SOCIOECONÔMICAS

“Um pouco da geografia se faz na realidade do  
barro e do pó colorido  
das estradas.”  
Adélia Haracenko.

#### 3.1 O SIGNIFICADO, O SENTIDO E OS OBJETIVOS DA COLONIZAÇÃO

Durante o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, sempre houve a necessidade de incorporar novos espaços ao processo produtivo. Considerando-se que no Paraná a colonização terminou com o esgotamento das frentes pioneiras, não se pode dizer que este processo persiste no território paranaense. Para o nível de Brasil, contudo, a colonização ainda se desenvolve e com ela as diversas formas de conflito.

O fato, conduz-nos a duas alternativas de raciocínio: ou é tão grande este país, muito mais do que estávamos supondo; ou são roneiros os seus dirigentes, que não conseguiram, até agora, em meio milênio, preencher os espaços de nossas terras (LARANJEIRA, 1983, p. 3).

Para falar sobre a colonização do município estudado e melhor compreender o processo histórico regional, torna-se necessário conceituar o referido termo.

Colonização é toda atividade oficial ou particular, destinada a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em lotes ou parcelas de tamanho equivalente no mínimo, ao de uma propriedade familiar, para serem explorados por unidades familiares (de colonos ou parceleiros) ou sob a forma de cooperativa (ASSUMPÇÃO, 1996, p. 51).

Há várias outras definições para explicar a colonização, onde os autores procuram associar outras dimensões que estão diretamente interligadas, como é o caso das relações sociais, dos aspectos geográficos e da nacionalidade dos colonizadores.

O processo da colonização agrícola constitui um processo social complexo, de uma dupla dimensão, espacial e temporal, que faz interagir forças sociais em conflito e deste modo, produz relações sociais (SANTOS, 1989, p. 112).

A dimensão espacial está relacionada com a região de origem do colonizador e com a nova região onde ele pretende se estabelecer; e a dimensão temporal é caracterizada pela duração na qual ela se realiza, sabendo-se que está acontecendo dentro de um processo histórico caracterizado numa determinada época.

O termo colonizar traz, basicamente, o sentido de ocupação territorial, combinado com a idéia de desenvolvimento de uma atividade econômica. Por isso, há que pressupor o esforço de estabelecer em algumas áreas certos grupos de pessoas, quando, então, duas espécies de contingentes distinguem dois tipos de ocupação: 1) ocupação do território por imigrantes, pessoas físicas estrangeiras; 2) ocupação do território por nacionais, que instalam em regiões onde não nasceram, mas que permanecem em seu próprio país (LARANJEIRA, 1983, p. 3).

Ainda na visão do mesmo autor, a palavra colônia pode ter vários sentidos, passando pelo campo penal (colônia penal agrícola), indo para o biológico com o sentido colônias de bactérias, e até para o lazer no sentido de colônia de férias; mas no ponto de vista agrário, as palavras colonizar, colonização e colônia assumem seu significado:

Assim, colonizar é o ato de ocupar o território, de modo racional. Colonização é o processo correspondente de povoamento com seletividade, para exploração econômica do solo. Colônia é o resultado desse procedimento, como um conjunto de glebas, onde as pessoas possam desenvolver suas atividades (LARANJEIRA, 1983, p. 4).

Nessa mesma linha de raciocínio, Santos afirma:

...podemos entender a política de colonização enquanto uma política agrária que objetiva ocupar, econômica e socialmente novas terras, através do estabelecimento de unidades produtivas familiares (SANTOS, 1989, p. 105).

A colonização sempre esteve à mercê do poder do Estado, e sempre acompanhou a estratégia para expandir o capital sobre os novos territórios. Trata-se de uma forma de produção do social sobre um determinado meio natural, e se tratando de um processo social, a colonização agrícola define um espaço social de conflitos, porque no interior deste estão os grupos, as classes e as forças sociais que entram em contradições. Então,

O processo da colonização agrícola, em suas múltiplas dimen-



sões (econômicas, sociais, políticas e ideológicas), percebido enquanto uma expressão da atividade de determinados grupos, classes e forças sociais: tais agentes são o Estado, as classes sociais dominantes (capitalistas e proprietários fundiários) e os camponeses (SANTOS, 1989, p. 105).

Diante da compreensão dessas conceituações, a história da colonização brasileira no século XX é assim organizada:

O processo da colonização tem se realizado segundo um certo tipo de continuidade que nos permite falar em ciclos de colonização agrícola. O primeiro desses ciclos nós denominamos de 'a colonização para os trabalhadores nacionais' entre os anos de 1940 e 1945, durante o período do Estado Novo, que partia da constatação de que havia um excedente populacional de 'nacionais pobres' e, portanto, uma situação potencial de 'tensão social', frente a qual cabia ao Estado propor soluções. O ciclo seguinte, nós o denominamos de 'a colonização contra as lutas sociais no campo', tendo se desenrolado entre 1951 e 1960. Desta vez, a forma social proposta pela política de colonização então implantada visava a atingir os habitantes das 'zonas empobrecidas' e aqueles 'sem emprego', com a finalidade de orientar os fluxos migratórios para os núcleos de colonização, públicos e privados. Este período da história foi marcado por lutas sociais no campo. O início da década de 1960 foi marcado pela introdução na cena política brasileira da reivindicação pela reforma agrária, [...] em consequência, a partir de 1970, desencadeou-se o ciclo de colonização que viria marcar todo o restante do período autoritário-militar da história brasileira. Podemos denominá-lo de 'ciclo da colonização contra a Reforma Agrária' efetivado durante os anos de 1970 e 1984 (SANTOS, 1989, p. 106).

Em todo processo de colonização há um controle político do espaço a ser colonizado e dos homens que irão colonizar por parte de quem está promovendo a colonização, seja ela de forma oficial

ou privada. É o que Santos (1989) chama de controle do espaço e dos homens, e isto reproduz a dominação das classes hegemônicas sobre as populações rurais brasileiras. O Estado sempre usou a expressão “vazio demográfico”, aliado à idéia de um “vazio social” esquecendo que esses “vazios” não estavam tão vazios, porque ou estavam ocupados por populações indígenas, ou por caboclos que se apossavam das “terras de ninguém” para plantar. Tais fatos ocorreram, principalmente, na Região Norte do Brasil.

Esta afirmação esclarece o que também ocorreu no território paranaense.

Nas regiões de origem, seja nos estados meridionais ou em outros, trata-se de romper os laços sociais estabelecidos e de afastar os agricultores de seu ambiente ecológico. O resultado é um fenômeno de dessocialização das populações envolvidas, por um desenraizamento de seu meio natural e social. Nas regiões de chegada, as agências de colonização se encarregavam da organização da vida social em vários níveis: o plano das agrovilas que será criador de relações de vizinhança; as associações locais, organizadas por funcionários de organismos públicos; o sistema agrícola, imposto sem consulta aos colonos, assim como o processo de trabalho, orientado pelas agências de colonização (SANTOS, 1989, p. 108).

Tal controle aparece aliado a “promessas” de uma abertura de possibilidades econômicas e sociais que na maioria das vezes não são cumpridas. É o que veremos no decorrer do trabalho nos de-

---

<sup>7</sup> Mota (1994, p. 17-43), faz uma análise sobre vários autores que escreveram sobre o Norte do Paraná, nos anos de 1950 e 1960. Afirma que eles se referem a essa região como sendo um vazio demográfico, e os termos utilizados pelos autores são: sertão, terras devolutas, boca de sertão, mata virgem, mas o sentido geral dessas expressões é de uma região desabitada. O autor conclui que esses termos são reproduzidos nas escolas, livros didáticos e trabalhos acadêmicos, passando a ser aceitos como um pressuposto que elimina da história social paranaense a presença indígena, presença que resistiu e continua resistindo, à ocupação de suas terras e à sua destruição enquanto uma comunidade diferenciada da sociedade nacional.

poimentos sobre a propaganda ideal e a realidade enfrentada pelos pioneiros no município de Querência do Norte.

Outro fator marcante é a característica do que o autor supracitado define como “colono modelo”: as empresas colonizadoras montam uma espécie de estereótipo para o colono. Nos modelos que estudou em projetos de colonização feitos pelas empresas colonizadoras de algumas regiões do Mato Grosso, o colono, de acordo com as recomendações do Estado, teria que atender a determinados quesitos, por exemplo, ter entre 21 e 60 anos, ser casado, provar boa conduta, possuir tradição agrícola etc. No caso de Querência do Norte não se chegou a tanto, mas fica a questão: qual é o estereótipo das populações do Sul do Brasil? Na sua grande maioria são descendentes de imigrantes, é um povo instruído, cheio de valores, trabalhador e que necessariamente faz o local se desenvolver.

O ‘colono modelo’ será, portanto, tecnicamente moderno e politicamente conformista, e símbolo de um grupo social que o Poder desejaria ser portador de uma ordem moderna nas novas terras (SANTOS, 1989, p. 109).

### 3.2 AS ESTRATÉGIAS DA COLONIZAÇÃO EM QUERÊNCIA DO NORTE NO DISCURSO DO COLONIZADOR

O Noroeste do Estado do Paraná é uma região rica em informações históricas, porém, são poucos os registros documentais a respeito. A história regional fica, assim, dependendo dos relatos de quem a viveu. A falta da história documentada, e de como se deu a apropriação da terra, dificulta o conhecimento integrado do espaço como um todo. Embora existam trabalhos minuciosos sobre a Região Noroeste em determinados aspectos, principalmente no

que se refere à parte física, a parte histórica, especificamente quanto à colonização dos municípios do extremo Noroeste paranaense, ainda está por fazer, com exceção do Município de Paranavaí, que é o centro polarizador regional.

Seguindo de Paranavaí em direção ao Extremo Noroeste, surgem vários núcleos populacionais, e embora o processo de colonização desenvolvido pelas companhias privadas tenha sido praticamente do mesmo modelo, as colonizadoras eram de proprietários diferentes. Como parte do Norte do Estado do Paraná estava sendo colonizado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), o modelo adotado por essas outras companhias seguiu a mesma estratégia para atrair seus compradores, que já estavam com o ideário das famosas terras roxas do Norte do Paraná.

No modelo utilizado pela Brapa, conforme depoimentos dos pioneiros de Querência do Norte, os lotes eram vendidos a prazo, com um período estimado de 2 anos para o pagamento. Em média os lotes continham 10 alqueires paulistas<sup>8</sup>, tendo na parte superior, também chamada de cabeceira pelos compradores, uma estrada de rodagem, e ao fundo um curso d'água.

Até meados de 1950 a história de Querência era a de Paranavaí, considerando-se que Querência do Norte pertencia a Paranavaí.

Do povoamento comandado pela Companhia, nessa fase, a partir de Nova Esperança, vão surgindo novos núcleos ao norte e ao oeste, dos limites da colônia oficial de Paranavaí. É interessante observar que nessa área a Cia. Melhoramentos cedeu glebas de terras para outros colonizadores particulares; na verdade parece ter havido um certo desinteresse em planejar em tais formações arenosas (SOARES, 1973, p. 8).

---

<sup>8</sup> 1 alqueire paulista corresponde a 24,200 m<sup>2</sup>.

Da passagem histórica da Fazenda Brasileira<sup>9</sup> até chegar Paranavaí, existem registros que envolvem posseiros, grileiros e jagunços e muita gente simples que perdeu a vida pela violência que ocorreu na região. Grande parte dessa história regional, como podemos perceber ao longo do nosso trabalho, ainda se encontra na memória daqueles que construíram a região vindos de outros lugares do Brasil.

Quando Paranavaí passou à categoria de município, em 14 de dezembro de 1952, as terras que estavam situadas dentro de sua jurisdição passaram a ter uma grande procura, com uma maior valorização, e Querência do Norte fazia parte desse contexto, segundo a Lei Municipal Número 13, que trata da criação dos Distritos Administrativos de Paranavaí.

Artigo 1º) - O Município de Paranavaí, fica dividido nos seguintes Distritos Administrativos: - Graciosa, Guairaçá, Guaritá (ou Suruquá), Loanda, Marilena, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Porto São José, Paranavaí, Querência do Norte, São Carlos do Ivaí, Santa Isabel do Ivaí, Tamboara, Terra Rica e Porto Rico, com suas respectivas sedes situadas nas cidades dos mesmos nomes. Artigo 2º) - As divisas e confrontações dos distritos ora criados, serão as seguintes: Querência do Norte: Partindo da foz de um afluente do Rio Ivaí, que serve de divisa das glebas 25 e 29; sobem por este até a sua cabeceira; daí seguem em reta e em seco até um outro afluente do mesmo rio, pela divisa do lote 18 da gleba 28; sobem por este até o marco de divisa dos lotes, 16 e 18 da gleba 28, e 17 da gleba 25; deste marco sobem pelas divisas das glebas 25, 28, 23 e 27 até o lote 27 da gleba 20; daí seguem em reta até o Ribeirão do Patrão em frente ao lote 26 da gleba 20; descem por este até a sua foz no rio Paraná; descem por este até a foz do rio Ivaí; sobem por este até o afluente que serve de divisa das glebas 25 e 29; ponto de partida desta descrição (SILVA, 1988, p. 146-149).

---

<sup>9</sup> Sobre a história da Fazenda Brasileira, onde se localiza o município de Paranavaí, consultar Serra (1991) e Silva (1988).

A figura 7 do Conjunto das Colônias de Faixa de Fronteira identifica essas divisões administrativas da antiga Colônia Paranavaí.

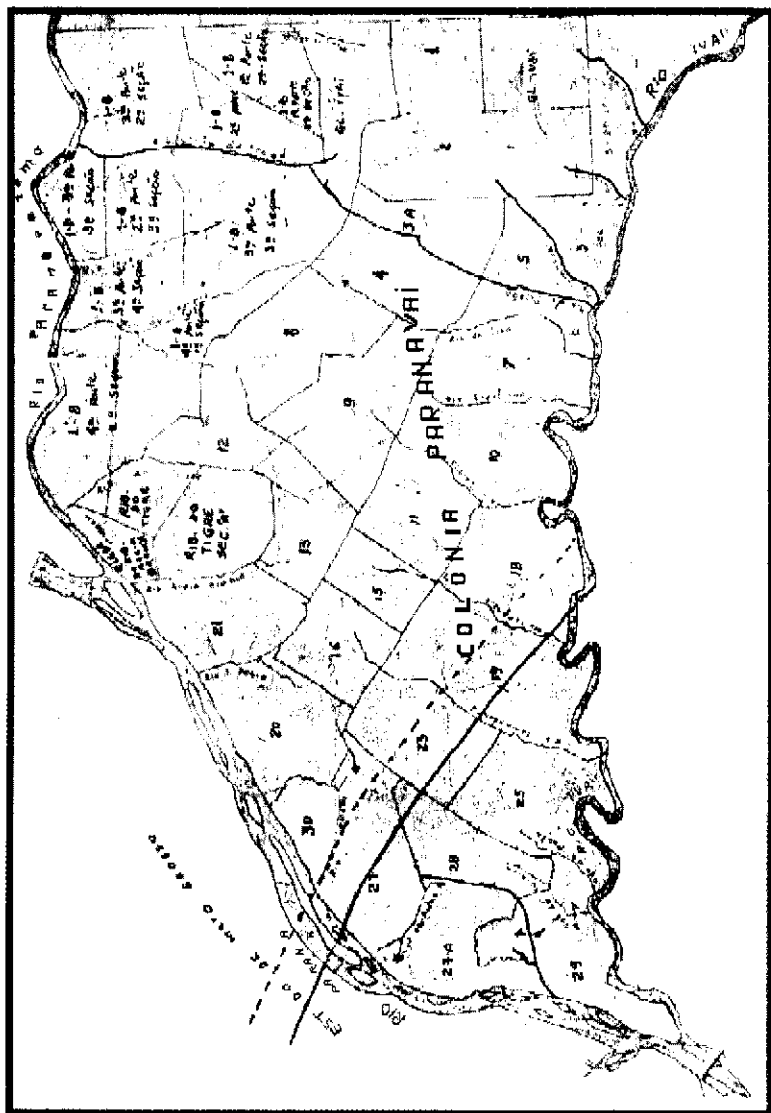


Figura 7 – Conjunto das colônias de faixa de fronteira  
Fonte: Incra (1984).

Cabe ressaltar que o Extremo Noroeste fecha o círculo das frentes pioneiras, oriundas do Paraná Tradicional, do Norte e Sudoeste do Paraná, e Querência do Norte foi povoada por sulistas e nordestinos. Serra (1991) considera que se o empreendimento Fazenda Brasileira tivesse progredido, devido à importância econômica e social de que dispunha na época, (1929), teria desencadeado uma nova frente pioneira em direção ao Noroeste, concluindo então o processo de ocupação desse espaço paranaense.

Embora autores que se destacam na história do Paraná afirmem que com o desaparecimento das frentes pioneiras, desaparecem os grandes problemas da terra, Serra (1991, p. 19) afirma que:

Na década de 1960, todo o território paranaense estava ocupado com o encontro das frentes pioneiras. Esgotada a fronteira interna e não tendo para onde avançar, as frentes desapareceram deixando como herança uma série de problemas, produto de distorções ocorridas nas diferentes etapas dos processos de repartição e de apropriação da terra. Tais distorções é que vão na fase mais recente da história do Paraná alimentar crises agrárias e contribuir para justificar a Reforma Agrária no espaço ocupado.

Nesse contexto histórico de organização espacial, antes da chegada do pioneiro, quando se planejou a trajetória do desenvolvimento de Querência do Norte, tornou-se importante ouvir a versão do colonizador do município, Sr. Carlos Antônio Franchello<sup>10</sup>, na época da ocupação pioneira.

---

<sup>10</sup>O proprietário da empresa que colonizou o município de Querência do Norte nos recebeu em seu escritório imobiliário, na cidade de Londrina no dia 17-7-2001, onde nos concedeu uma entrevista, relatando sobre sua vida pessoal, e empresarial, no ramo de loteamentos. Deu ênfase à sua chegada ao Norte do Paraná e à colonização de Querência do Norte. Seu discurso abrange um nível regional, caracterizando não só o município, mas como era a região Noroeste do Paraná após 1950, e como ocorreu a colonização desse espaço.

O Senhor Franchello, sócio proprietário da Companhia Brasil-Paraná (Brapa), que loteou Querência do Norte, veio para o Norte do Paraná em 1943, ficando em Londrina com o pai, que era proprietário de uma máquina de beneficiamento de café. Antes era bancário em São Paulo. Em 1942, Franchello enviou para seu pai umas economias para montar a máquina de beneficiamento de café em Londrina. Remetendo-se ao pai, disse:

Ele estava muito entusiasmado, e ouvia dizer que aqui você colhia o dinheiro das folhas das árvores, as folhas transformavam-se em dinheiro, e eu era muito irrequieto, é a mocidade própria (FRANCHELLO, 2001).

Em 1943 veio para o Norte do Paraná juntar-se ao pai para tocar o “barracão” de café situado na rua Duque de Caxias em Londrina. Lembrou, na entrevista, que Londrina era toda sem calçamento, e nos dias de chuva o barro vermelho era muito escorregadio, mas caracterizava a fertilidade do solo. Então se montavam pedaços de barra de ferro com as extremidades presas a pedaços de caibro fixos no chão junto à entrada da residência para limpar o barro dos pés, - forma até hoje utilizada pelos sitiantes. Na época colocaram nesses limpadores de pés o nome de “chora-paulista”, porque até o paulista adaptar-se à nova situação, da saída do seu Estado para enfrentar as dificuldades do Norte do Paraná, que ainda era considerado sertão, ele chorava, nem sempre de escorrer lágrimas, mais era uma forma de desabafar suas angústias.

Após montada a máquina de café, inicialmente tinham lucro, mas era preciso ter cuidado porque “o café te dá uma camisa, mas se você descuida, você perde a camisa que você ganhou, as que você trouxe e mais três”, comentou Franchello.

A partir desse momento o Sr. Franchello e o seu pai começaram a investir na área de loteamentos. Em Londrina, lotearam a Vila



Uruguai, e foram vender nos estados do Sul, montando lá escritórios da empresa. Posteriormente lotearam Querência. O *slogan* da firma era “Trabalhamos para o Progresso do Brasil”.

Lotear Querência do Norte foi um desafio, na opinião do agente colonizador. A Colonizadora Brasil-Paraná foi formada por cinco membros: Carlos Antônio Franchello e João Cândido Monteiro de Andrade, que era de São Paulo; Ângelo José Bertoglio, que era de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul; Jayme Pereira Borba, que era dentista em Londrina, e Waldemiro Elias. O fato de a colonizadora trazer compradores de terras dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul apenas, era devido ao grande conhecimento que alguns sócios da companhia tinham nesses estados. Lá contratavam corretores, que mandavam para Londrina os compradores que se interessavam em ver a terra, e de Londrina o Sr. Franchello e o Sr. Waldemiro se encarregavam de levá-los até Querência do Norte<sup>11</sup>. Dessa forma tornava-se mais fácil a venda das propriedades, principalmente porque foram montados os escritórios nas melhores cidades.

Primeiro, o gaúcho e o catarinense vinham ver a região, isto é, as glebas que seriam talvez a sua colônia. “Essa gente era muito desconfiada e procurava não comprar nada no escuro. A venda dos lotes era feita nos escritórios montados no Sul, e em Londrina no prédio Sahão” (FRANCHELLO, 2001).

Segundo Franchello, o termo colônia era utilizado pelos gaúchos e catarinenses para designar uma área de 10 alqueires.

No discurso do proprietário, é destacada a importância de que a Companhia não tinha nenhum lucro com a venda dos lotes rurais. Nesses foi empregado o capital, e eles eram o chamariz para trazer os compradores. O lucro da empresa era obtido com a venda de

---

<sup>11</sup> Franchello afirma que em épocas de chuva, era quase um mês de ida e volta, de Londrina a Querência do Norte. A Companhia era proprietária de uma frota de 10 jipes Land Rover, e de caminhonetes, utilizados pelos proprietários, e pelos corretores, para trazer os clientes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para ver a terra em Querência.

datas na cidade, pois a cada 10 alqueires, ou uma colônia, o proprietário era obrigado a comprar uma data para construir na cidade, onde pudesse ter o colégio para seus filhos a igreja e o local onde seriam feitas as compras. A propósito, anúncios de propaganda da colonizadora diziam:

Com apenas 145 cruzeiros por mês, você pode tornar-se proprietário de um lote na cidade de Querência do Norte - água e luz- a única no Norte do Paraná que passou a distrito com apenas dez meses de existência (SILVA, 1988, p. 67).

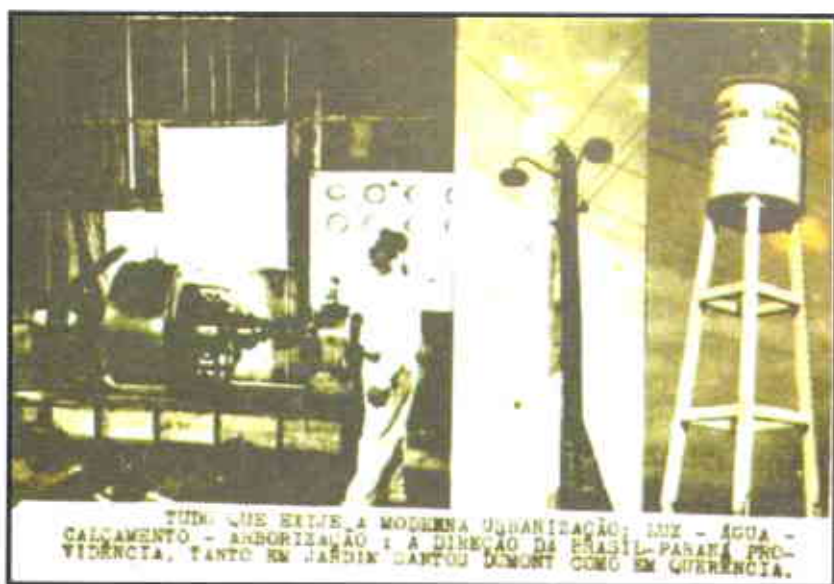


Figura 8 - Material de propaganda da colonizadora Brasil-Paraná

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.

No material de propaganda, a colonizadora apresentava fotos indicando que havia sistema de distribuição de água, energia elétrica e uma infra-estrutura industrial, na área de colonização. A foto é uma montagem, e as informações não eram verdadeiras. De acordo com depoimentos de pioneiros, em Querência do Norte nessa época só havia a demarcação das quadras da futura cidade e a mata fechada.

Direcionando sua fala para o contexto regional, afirma que nessa época a região não havia sido desbravada, era uma região vir-

gem, e muitos empregados da Companhia chegaram a falecer por picada de cobras venenosas. Segundo Franchello, em época de chuva a viagem de Querência até Paranavaí demorava aproximadamente 10 dias, porque as pontes eram carregadas pela água, e então até construir outras, que muitas vezes eram feitas por eles mesmos, a pessoa ficava sem assistência médica e falecia.

A cidade de Querência foi construída sobre uma planície, fato este, que, segundo os pioneiros, além do café, foi um fator determinante para a compra dos lotes, visto que onde moravam, no Rio Grande e Santa Catarina, eram regiões de terreno muito “quebrado” e pedregoso, difícil para a agricultura.

Um fato curioso lembrado pelo Sr. Franchello é que, quando ele ia levar as caravanas para conhecer as glebas em Querência do Norte, paravam em um local para almoçar e pernoitar dependendo da hora em que a caravana chegava. Nesse local havia uma pensão com aproximadamente 50 quartos, e a proprietária costumava sempre fazer o feijão mal cozido.

Sempre que servia o almoço o feijão estava meio cru, e os corretores, como tinham o costume de nomear os lugares pelos fatos curiosos que aconteciam na época, denominaram o lugar de “Feijão Cru (FRANCHELLO, 2001).

Local este que se tornou a cidade de Loanda.

No Noroeste, a Brapa loteou somente Querência do Norte, mas a região sofreu influência de várias iniciativas privadas de colonização.

À colonização oficial, seguiram-se outras de iniciativa privada a cargo do engenheiro Francisco Beltrão, Carlos Antônio Franchello e Ênio Pipino. Em 1960, o Noroeste de Paranavaí perdia apenas para o Norte Novo de Londrina em população. A consolidação da Colônia Paranavaí, em glebas destacadas

dos 317 mil alqueires retomados pelo governo à Braviaco no início dos anos 30, estimulou a iniciativa privada a promover colonizações paralelas já em 1946, quando foi constatado que a região não se constituía apenas de terras devolutas: ali era proprietário, também, o engenheiro Francisco Beltrão. Naquele ano Beltrão obtinha autorização para colonizar 17 mil hectares compreendendo as seções Tamboara, Seara, Suruquá e Anhumá; e na década de 50, foi seguido por Carlos Antônio Franchello, fundador de Querência do Norte (Gleba 27-A); e Ênio Pípino, que abriu Terra Rica. Por essas quatro iniciativas, o Noroeste ou Norte Novíssimo de Paranavaí foi rapidamente povoado sob o signo do café, chegando aos 307.277 habitantes em 1960, superando as microregiões de Maringá e Umuarama – 237.383 e 253.151 respectivamente – e só perdendo para a de Londrina (599.373) naquele ano (SILVA, 1988, p. 66).

Quando o colono já havia adquirido seus lotes e já estava com o café quase formado começaram as geadas; e para que eles não desanimassem, a Companhia não cobrava deles o vencimento das compras, até eles plantarem novamente, ganharem dinheiro e pagar a Companhia. De acordo com informações do entrevistado.

O colonizador Carlos Antônio Franchello conclui sua fala:

Enfim nós colonizamos Querência, uma cidade linda, bonita. Inicialmente o nosso aeroporto, era a própria avenida central em Querência do Norte. Colonizamos tudo aquilo. Nós abrimos estradas e hoje é um município espetacular do nosso Estado, e lá está o gaúcho, o catarinense, paulistas que nós levamos para que eles colonizassem e plantassem o que eles queriam de melhor. A cidade só não progrediu mais porque nós fomos infelizes com a geada (FRANCHELLO, 2001).



Figura 9 – Foto de propaganda da colonizadora Brasil-Paraná

Fonte: acervo particular da Srª Ursula Brondani Pivetta.

A foto refere-se a uma das propagandas da colonizadora, mostrando o campo de pouso de aviões na rua principal da vila, ainda com uma vegetação exuberante. Aparecem alguns dos primeiros pioneiros.

### 3.3 A COLONIZAÇÃO E AS TRAJETÓRIAS DA TERRA

O nome Querência vem de uma expressão gaúcha que significa “lugar querido, onde se pretende viver”. Como a maioria dos pioneiros eram de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fica justificada a escolha para o nome do município.

O processo de colonização do município de Querência do Norte, embora tenha sido desenvolvido pela iniciativa privada, se aproxima, em termos de características, com aos projetos de colonização desenvolvidos no Norte Novo do Paraná, na mesma época, por iniciativa do Estado, a chamada colonização oficial.

Diferentemente da colonização planejada no Norte Novo, onde as companhias particulares além do loteamento das terras promoveram a instalação de núcleos urbanos e a construção de pontes, ferrovias e rodovias, criando a infra-estrutura necessária ao escoamento da produção dos sítios e fazendas, nas áreas de colonização oficial (Paranavaí e Umuarama) o mais comum era a abertura de picadões, ou caminhos estreitos, feitos pelos próprios interessados que adquiriram lotes do Estado, pretendendo formar fazendas; eventualmente esses pioneiros, com algum prestígio nos meios políticos, conseguiam que o Estado abrisse caminho até suas terra (ROSA, 1990, p. 23).

Tal procedimento de organização da infra-estrutura na região do Norte Novíssimo não ocorreu somente nas colonizações oficiais, mas também com as colonizadoras privadas. Estas tinham um tipo de promessa nas suas propagandas, porém quando o colono chegava para instalar-se enfrentava a dura realidade, que não constava nos anúncios de propaganda, como ocorreu em Querência do Norte. Em conversa com pioneiros, muitas das promessas da Colonizadora não foram cumpridas, uma coisa era a propaganda, outra era a realidade. Como afirma o pioneiro Santo José Borsatto<sup>12</sup>:

Na época a colonizadora Brasil-Paraná nas suas fotos, jornais, revista, que a cidade já estava aberta e já tendo no mapa um porto que era o rio Paraná coligando São Paulo, Mato Grosso e o Paraguai, mais nada disso tinha, que a primeira casa dentro do patrimônio de Querência do Norte era o escritório de colonização da Brasil-Paraná. A água constava no

---

<sup>12</sup> O Sr. Santo José Borsatto chegou a Quercência do Norte em maio de 1952, com 9 anos de idade. Membro da família Borsatto, vinda do Rio Grande do Sul, e uma das primeiras que chegaram em Querência do Norte. Possui um amplo conhecimento da problemática do município, em relação à colonização e a propriedade da terra. Atualmente é comerciante, e nos concedeu a entrevista no dia 19-4-2001, em sua residência.

contrato de compra, água encanada, e quando nós chegamo aqui fomo completamente enganados, aí que surgiu o poço artesiano, nas margens do Juriti. Aí trouxeram todos os encanamentos da Brasil-Paraná de Londrina pra colocá água encanada que hoje tá a caixa d' água na praça matriz, que só tem água lá dentro hoje que é da chuva, mais não água que foi furado poço artesiano, sendo que os canos desapareceram.



Figura 10 – Foto de propaganda da colonizadora Brasil-Paraná  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.

Nas casas recém-construídas, a caixa d'água representava a água encanada. O poço artesiano foi construído, mas a água através de encanamento não chegou até a residência do pioneiro, como promete a propaganda.

A Sr<sup>a</sup> Lourdes Maria de Souza<sup>13</sup> expõe sua opinião:  
“Querência infelizmente foi muito abandonada pela Companhia

<sup>13</sup> A Sr<sup>a</sup> Lourdes Maria de Souza, chegou a 21 abril de 1955 a Querência, vinda do Rio Grande, ano da primeira geada que devastou os cafezais no município. Filha de Alexandre Róglio, pioneiro do município, e segunda professora municipal. Chegou quando o café já estava formado e sentiu o desespero do pai ao perder tudo. Realizamos a entrevista dia 20-4-2001, em sua residência.

que loteou. Ela, quando vendia os terrenos, prometeu demais e não cumpriu nada do que prometia, ela não cooperou em nada”.

Outro depoimento do pioneiro Ângelo Fortuna<sup>14</sup> confirma as opiniões: “Óia, a companhia foi uma traidora”.

Diante dessas afirmações, percebemos as frustrações do pioneiro diante das promessas não cumpridas, e junto com elas a vontade de retornar ao seu local de origem. O processo de colonização de determinado local resulta em um fenômeno de dessocialização das populações e um desenraizamento do seu meio natural. E juntamente com as dificuldades enfrentadas no novo local, isso se torna mais visível.

Na colonização do município estudado os pioneiros vieram atraídos pela riqueza do café e pelo relevo plano; mas mesmo sendo o seu lugar de origem, principalmente o dos riograndenses, um local difícil para a agricultura, devido ao tipo de solo aliado ao relevo, durante muito tempo a sua casa ainda era o Rio Grande do Sul, não era Querência.

O próprio nome do município é um neologismo: ali seria a nova querência. Embora as lembranças estivessem todas no lugar de onde saíram, o pioneiro permaneceu com idéia fixa de vencer os obstáculos que o novo local impôs. Até da forma de alimentação, que é preponderante, o pioneiro sentia falta. Então esse desenraizamento e essa dessocialização fica evidente nesses pequenos, porém grandes detalhes, como essa afirmação do pioneiro Paulo Konrath<sup>15</sup>:

---

<sup>14</sup> O pioneiro Sr. Ângelo Fortuna, chegou a Querência no dia 18 de fevereiro de 1952, vindo de Erxim, no RS. A princípio veio olhar o local, depois voltou ao Rio Grande, casou-se e retornou com a esposa, Sr<sup>a</sup> Terezinha Fortuna, no dia 05 de maio de 1953. O casal concedeu-nos a entrevista, no dia 19-4-2001, em sua residência.

<sup>15</sup> O Sr. Paulo Konrath saiu na época do distrito de São Leopoldo, RS e chegou a Querência nos primeiros dias do mês de julho de 1952, a princípio, para conhecer o local e analisar a fertilidade da terra. Voltou ao Rio Grande e 15 dias depois retornou à Querência. Somente no ano seguinte foi buscar a esposa, a Sr<sup>a</sup> Roni Konrath. Foi prefeito do município duas vezes, de 1963 a 1969 e de 1973 a 1977. O casal concedeu-nos a entrevista dia 20-4-2001 em sua residência.



No princípio quando nós estávamos em Querência do Norte, quando eu estive em Paranavaí, alguém perguntou, 'você vai pra casa?', eu nunca falava que vou pra casa, eu vou pra Querência do Norte, porque a minha terra natal não estavam aqui dentro, depois o que nos fez falar diferente foi os próprios filhos.

### **3.3.1 Do Estado para os “amigos do governador”; dos “amigos” para os colonizadores**

Até 1950, Querência do Norte estava ligada a Paranavaí, visto que a área do município ainda pertencia legalmente a essa colônia. Esse período é marcado por grandes conflitos, envolvendo grilos de terra, posses, duplas titulações de propriedades e violência no campo. Em 1950, termina o mandato do governador Moisés Lupion. Assume o poder Bento Munhoz da Rocha, e a violência no campo é mantida sob controle, mas apenas por algum tempo. O novo governador reinicia um trabalho de medição e demarcação dos lotes através de um levantamento aerofotogramétrico que envolveu todo o território do Paraná. Com isso, ele retirou das frentes pioneiras os pequenos posseiros, que eram as maiores vítimas das violências agrárias, transferindo-os para outras regiões como proprietários rurais. O período de calmaria durou apenas o tempo do seu mandato, porque em 1956 Lupion é reeleito, e começam as doações de grandes extensões de terras para seus amigos.

Sob o comando de Lupion, o governo reedita seu papel contraditório no contexto da organização do espaço agrário, ao contemplar amigos e correligionários do Governador com grandes áreas, muitas das quais produtivas e devidamente tituladas em nome de pequenos produtores rurais (SERRA, 1991, p. 87).

O autor ainda destaca que coincide com o segundo mandato de Moisés Lupion, entre 1956 e 1960, uma fase em que não se procurou dar seqüência a um planejamento na distribuição da terra agrícola no Estado, e o poder público manteve-se de costas para o que estava acontecendo no campo.

Querência do Norte é um município que retrata a conjuntura histórica do Paraná. Muitos casos polêmicos envolvem a propriedade da terra nesse município, desde as doações de grandes extensões para os “amigos do governador” até a terra chegar aos proprietários pioneiros, vindos, em sua grande maioria, dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Um dos casos principais é o da gleba 29, palco de histórias de violência, desde a década de 60 até a atualidade. A história da gleba 29 é assim contada pelo pioneiro Santo José Borsatto:

A gleba 29 tinha bastante posseiros, que era toda a margem do rio Paraná, do Ivaí até o município de Monte Castelo, era reserva do Estado. Sendo o povo de tudo quanto é nação, paulista, mineiro, sergipano, lagoano, chegava e se apossava na gleba 29, sabendo que era do Estado todo mundo entrando, terra boa tinha muita várzea, mais tinha muita seca, e sendo que ao lado era a gleba 27 A, era uma disputa entre a Pismel e o Bronquinha, sendo que na época o governador do Paraná se chamava Moisés Lupion, não sei por qual motivo, sabendo que as terras da barranca do rio era tudo do Estado começou a dá título pra um, título pra outro, onde teve a guerra, muita gente morreu. A 29 o Moisés Lupion deu título para o Felício Jorge, mais o Felício Jorge só pegava se tirasse todo mundo da gleba 29, trezentas e tantas famílias. Não sei a lãbia que tiveram, iludiram o povo que eles iam dá uma terra melhor que a 29, levaram pra Transamazônica em 68. O Felício Jorge começou transplantar o gado aí durando poucos anos pegô vendeu po grupo Atalla. Depois de certo tempo pra cá que a gente ficou sabendo que o grupo Atalla tinha tirado dinheiro do Banestado do Paraná pra comprá essa terra, na época falava em 36 milhões. Como o Grupo Atala diz que até hoje não

pagou essa dívida , sendo o governador do Paraná Álvaro Dias, foi o que trouxe os sem terra pra Querência do Norte (BORSATTO, 2001).

A violência no campo, em Querência, é simultânea à colonização, quando as famílias de posseiros eram despejadas de suas residências por grileiros que se diziam proprietários da terra. Essas famílias, sem ter como questionar, simplesmente abandonavam o local juntamente com a cultura que tinham plantado para subsistência, para não perderem seus pertences, que muitas vezes eram queimados. Em outros casos eram iludidos ideologicamente para serem levados a outros locais, onde teriam uma terra mais fértil, como ressalta um pioneiro nordestino<sup>16</sup>:

Alí hoje aonde tá a 29, alí tinha um patrão que era dono daquele meio de mundo todinho alí, era o Felício Jorge. Que é que ele fazia? O pessoal tocava roça, ele dava a roça pro pessoal prantá, quando o arroizão tava uma beleza ele exigia a renda ou expulsava o camarada e ficava com o arroiz.

Nesse cenário conturbado da história do latifúndio no município, dois personagens se destacaram por seus atos, em décadas anteriores, e ainda estão vivos na memória dos pioneiros. Eram Bronquinha e Dico Negreiro, grileiro e jagunço, respectivamente. Detalhe importante é que, segundo os pioneiros, o Bronquinha tinha uma escritura do bisavô dele, da época do Lupion, constando que ele era dono de grande parte do Noroeste, e o Dico Negreiro

---

<sup>16</sup> O pioneiro nordestino chegou a Querência no ano de 1953, vindo do estado de Alagoas. Ao contrário dos pioneiros que vieram para comprar a terra, ele veio para trabalhar como empregado nas fazendas de café. Nos concedeu a entrevista no dia 14-6-2001.

veio contratado pelos fazendeiros para defendê-los dos possíveis ataques do Bronquinha. Então cada um formou o seu bando de jagunços e daí havia as adversidades, conforme relata uma pioneira<sup>17</sup>:

Querência do Norte foi muito perseguida por grileiros, houve muitos conflitos, meu pai foi um também que entrou nesse conflito de grileiro. Ele defendia as terras dos fazendeiros, então ele se tornou inimigo do chefe dos grileiros, que era o Bronquinha. Meu pai era defensor da terra, e os grileiros é que foram expulsos pelos fazendeiros, houve muito combate, até por sinal queimaram casas. O maior grileiro era advogado, o Bronquinha, então tinha como se defender, mais ele não chegou a grilar terras, ele foi expulso.

Marcando o período em que a terra era repassada aos colonizadores, um bom exemplo foi a gleba 27 A, adquirida pela colonizadora Brasil-Paraná, da família Sahão, que conseguiu a área junto ao governador Moisés Lupion “pela amizade”. Para o loteamento de Querência do Norte, a Companhia Brasil-Paraná adquiriu os lotes da seguinte maneira, como afirma o proprietário Franchello:

[...] nós conseguimos a compra desses lotes, nunca foi ganho um palmo de terra do Estado do Paraná, nós compramos de Salim Sahão, Salim Saium, de vários....vários, como é que nós podíamos dizer, não era árabe, é turco mesmo, é essa família Sahão que tem aqui em Londrina. Os velhos ‘conseguiram’, eles eram muito amigos do governador Moisés Lupion e ‘conseguiram’ lotes formando as glebas 27, 27 A, 28 e 29,26,25 e

---

<sup>17</sup> A pioneira chegou a Querência aos 9 anos de idade, vinda da cidade de Ijuí RS, no ano de 1952. É filha de funcionário da empresa colonizadora a se estabelecer no município. A entrevista foi realizada, no dia 19-4-2001, em sua residência.

assim por diante, e os lotes que eles conseguiram lá nós compramos deles todas essas glebas, mais ou menos 6 mil alqueires (FRANCHELLO, 2001).

No depoimento, afirma ainda que a grande maioria das colonizadoras privadas que lotearam o Norte Novíssimo conseguiram a terra nas mesmas condições, ou seja, repassadas por pessoas que eram beneficiadas com grandes extensões de terras na região, doadas pelo governador. As empresas em seguida loteavam e vendiam para os compradores, que iam desbravar e fazer o local se desenvolver economicamente. Assim relata:

Quanto as outras colonizadoras da região tinha uma que os rapazes eram do Estado de São Paulo, eles fizeram Loanda e estavam implantando cidades, tinha outras, a de Monte Castelo”. O pessoal que vinha de São Paulo, loteadores, e faziam essas glebas, compravam os terrenos de outros amigos do governador Moisés Lupion, que vendiam para eles, eles requeriam as glebas, recortavam os lotes e iam desbravando esse Norte todo (FRANCHELLO, 2001).

### **3.3.2 Dos colonizadores para quem produz na terra**

Os primeiros funcionários da empresa colonizadora chegaram à localidade em 1950, sendo eles Otomar Eberhaldt e Eugênio Lange.

A partir de 1951, começaram a chegar os pioneiros<sup>18</sup>, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo que esses haviam comprado seus lotes através de corretores da Companhia Brasil-Paraná.

---

<sup>18</sup> Sobre o discurso envolvendo a palavra pioneiro no Norte do Paraná, ver Tomazi (1999).



Figura 11 – Foto da chegada de Pioneiros com a mudança

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Roni Konrath.

A foto destaca a chegada do pioneiro em Querência do Norte. A mudança sobre o caminhão e a floresta que seria desbravada.



Figura 12 – Foto da construção das primeiras casas

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Roni Konrath.

União das famílias para construção das primeiras casas de pau a pique em meio a floresta densa.

A venda dessas terras não raro ocorria no próprio local de procedência do comprador, mas na maioria das vezes os interessados se aventuravam para o conhecer a terra a ser adquirida, acabavam gostando e comprando, influenciados pelas propagandas que eram feitas pela Companhia. Muitos vinham primeiro sozinhos para olhar a terra; quando compravam, retornavam aos seus Estados de origem à procura de trabalhadores para ajudar a desbravar a mata e começar a plantar o café, e na maioria das vezes contratavam mão-de-obra nordestina que já se encontrava em Querência. Após alguns meses, enquanto esperavam o café brotar, os pioneiros voltavam novamente à sua terra natal (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e traziam consigo suas famílias. Outros já chegavam com a família, porém não contratavam mão-de-obra, em virtude das condições financeiras. Estes fatos ocorreram com a maioria dos entrevistados.

Outro fator que teve uma influência preponderante para atrair esses compradores era o discurso ideológico “Norte do Paraná”, formado na década de 30, tendo como pano de fundo a Companhia de Terras Norte do Paraná. Toda a Região Norte era um local de terra roxa, e de “pés vermelhos”, expressão utilizada para identificar os que dessa região tiravam seu sustento. O poder de influência desse discurso foi muito grande, porque essa região era sinônimo de uma colonização organizada, e conseqüentemente uma ocupação organizada, progresso aliado ao ideário de possuir pequenos lotes e com prazo para pagá-los.



Figura 13 – Cafezal em flor  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup>  
Ursula B. Pivetta.

A foto retrata a floração dos cafezais  
no município de Querência.



Figura 14 – Lavoura de café  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup>  
Ursula B. Pivetta.

A foto retrata uma lavoura de café  
com uma grande produtividade,  
pronta para colheita.



A viagem do local de origem do pioneiro até a chegada a Querência, em princípio para olhar o local, muitas vezes era feita com o veículo do corretor, Rural Willys ou Jipe Land Rover, veículos que fizeram antes da entrada das “jardineiras” os trajetos pela Região Noroeste do Paraná.

Quando compravam o terreno, os que tinham uma condição financeira melhor vinham de avião; os outros, de trem até a estação ferroviária mais próxima, e desta até Querência de ônibus, ou então direto com a mudança no caminhão. Essas viagens eram em média de 6 dias. Fato típico da mudança do migrante colonizador desse País que tinha a pequena mudança, a família, o cachorro e alguns animais domésticos, como porcos, vacas, galinhas etc., os quais garantiriam o sustento nos primeiros meses de vida no novo local.

Em 1952, para se chegar a Querência do Norte, segundo os pioneiros, precisava-se fazer uma volta no sentido norte, passando por outros municípios, através de picadões abertos na mata, porque não havia estrada, como relata o Sr. Ângelo Fortuna:

Naquela época fazia volta por Guaraçá, Terra Rica, Areia Branca, Nova Londrina, Marilena e vinha sair aqui. Loanda e Monte Castelo tinha só as placa: ‘aqui se constrói Loanda’, ‘aqui se constrói Monte Castelo’ (FORTUNA; FORTUNA, 2001).

Quando as primeiras famílias chegaram, ficaram acampadas nas margens do rio Queixada, córrego que corta o perímetro urbano. Algumas ficaram no primeiro hotel, construído de pau-a-pique e coberto de tabuinhas, de propriedade de Alexandre Róglio, que chegou a Querência em 23 de abril de 1951, trazendo consigo materiais para a construção deste e de um armazém de secos e molhados. Neste hotel também se hospedavam os corretores. Posteriormente foi construído pelo proprietário outro hotel, de madeira, com um pouco mais de conforto em relação ao primeiro, o qual serviu de propaganda para a empresa colonizadora.



Figura 15 -- Primeiro hotel de Querência do Norte

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Lourdes Maria de Souza.

No período de colonização, o primeiro hotel de Querência, de propriedade do Sr. Alendre Róglio, foi construído de pau-a-pique, em 1951, na margem do córrego Queixada. Neste, hospedavam-se algumas das primeiras famílias, e os corretores da empresa colonizadora.



Figura 16 – Segundo hotel de Querência do Norte

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.

O segundo hotel foi construído em 1952, sendo do mesmo proprietário do primeiro. Serviu como propaganda, para a empresa colonizadora atrair os compradores de lotes rurais em Querência.



Figura 17 – Interior do segundo hotel de Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Srª Ursula Brondani Pivetta.

Vista parcial do interior do segundo hotel de Querência.

Outras montavam barracos até construírem suas casas como foi o caso da família Borsatto que chegou em 1952 e permaneceu 75 dias no barraco até a construção de suas casas. Cabe ressaltar que na margem do rio Queixada, segundo os pioneiros encontravam-se acumulados cerca de 400 homens que eram chamados peões, todos nordestinos, sendo a maioria alagoanos e sergipanos, que eram responsáveis pelos serviços braçais como a derrubada da mata, no quadrante onde iria surgir a cidade. E a Estrada do Queixada ainda quase recoberta pela mata nativa era a porta de entrada para os colonizadores do município.



Figura 18 – Estrada do Queixada. Porta de entrada para o município  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.

A Estrada do córrego Queixada, ainda em meio à floresta densa, era a única via de acesso ao município no período de colonização.

Cabe ressaltar que o nome dado ao rio Queixada deveu-se à raça de porcos-do mato que existia próximo ao rio. Posteriormente, o mesmo rio passou a ter outra denominação, córrego Caveira, nome dado devido aos registros de violência no lugar.

Sobre o episódio da chegada da família Borsatto, o pioneiro Santo José Borsatto relata:

Chegando em Querência não tinha mais nada não, chegando em volta, às margens do rio Caveira em torno de uma hora da madrugada, cansados, frio. E no outro dia quando acordamos em volta das sete horas, aqueles pássaros cantando, olhando para baixo rumo ao corgo Caveira a estrada tinha terminado, aí os tio chamaro as pessoas, as tia. Levanta que vamo pra missa! Quando levantaram que olharam pra baixo elas falou - cadê a cidade? Tá pra cima, nada tinha mais, tava recém-

queimado o patrimônio, tava em lavaredas ainda (BORSATTO, 2001).

Entre as primeiras famílias<sup>19</sup> que chegaram à localidade estão as dos pioneiros: Otomal Eberhaldt, Eugênio Lange, Alexandre Róglio, Arcângelo Tonial, Albino Tonial, Aureliano Bispo de Mendonça, José Braga, Francisco Cearense, Saturnino Ferreira, Ernesto Ribeiro, Daniel Silveira, os irmãos Zago, família Borsatto, Herbert Franceslau, Henrique Barth, Ademar Ferreira da Silva, Giuseppe Capeletto, Antonio Paglia, Jair e Natalino Alves, Emílio Block, Leopoldo Friederch, Albino Verner, família Perotti, Lazaroto, Loreto, Vinaga, Pompermaier, Spenthof, etc. Posteriormente, foram chegando as demais famílias que foram entrevistadas para esse trabalho, como: família Pivetta, Fortuna, Parise, Konrath, Souza, Barth, Silva e Siqueira. Os nomes não estão por ordem de chegada: todas elas aqui nominadas chegaram entre 1950 e 1953.

Na fase de colonização, dois personagens estiveram envolvidos no processo de ocupação e exploração das terras em Querência do Norte: o migrante gaúcho e catarinense e o migrante nordestino. A diferença, no entanto, é que enquanto o gaúcho e o catarinense chegavam na expectativa de conquistar o acesso à terra, na condição de proprietário, o nordestino visava mais ao mercado de trabalho, procurando emprego junto aos proprietários sulistas. Ocorre desta forma a primeira divisão social do trabalho em Querência do Norte, envolvendo a categoria de proprietários de pequenas áreas (a condição econômica dos gaúchos e catarinenses só permitia o acesso a pequenas áreas) e a categoria de trabalhadores rurais que, a princípio, se empregavam na derrubada da mata para o plantio do café e, em seguida, no trato das lavouras, que eles

---

<sup>19</sup> No Arquivo Histórico da Secretaria Municipal de Querência do Norte, consta que essas famílias foram as primeiras a dar o nome ao município, mas nas propagandas de venda dos lotes rurais da colonizadora antes da chegada dos pioneiros, já constava o nome Querência do Norte.

próprios ajudaram a formar.

Chama a atenção o fato de que os nordestinos eram modestos, tanto nas suas aspirações quanto nos seus pertences que traziam para se manterem na região. Normalmente, chegavam em caminhões pau-de-arara, em grupos, e se empregavam junto aos primeiros empregadores que encontravam, oferecendo poucas resistências ou exigências na formulação de seus contratos de trabalho. Algumas vezes se contentavam em trocar trabalho por cama e comida, outras vezes eram convidados a fazerem parte da chamada “quebra-de-milho”, onde passariam a ganhar um pouco mais em seu salário, o que dificilmente conseguiam, porque trabalhavam e não recebiam. Como afirma o Sr. José Bruno da Silva:

Eu trabaiei pum patrão que quando acabava de acertá as conta, ele dizia assim ‘eu num tenho dinheiro.’ O camarada dizia assim ‘mais seu...eu precisava recebê hoje’, ele dizia assim ‘cê que recebê na marra, eu tô dizeno que eu num tenho dinheiro, se qué recebe na marra’. Um coitado que num tinha nada, num tinha nem o que tocá a demanda, que eu vi camarada tocá a demanda ali e perdê o que trabaio, num ganhava nada, ele ia tocá a demanda com o quê? Ia se embora e num ganhava nada (SILVA, 2001).

A expressão “quebra-de-milho” era utilizada para denominar as emboscadas feitas pelos jagunços de fazendeiros que retiravam pequenas famílias de posseiros, a maioria nordestinas, de seu precário local de moradia, onde tinham formado sua cultura de arroz para subsistência, e quando estava pronta para a colheita eram expulsas e obrigadas a entregá-la ao fazendeiro, sob ameaças de morte.

Esse depoimento do pioneiro José Bruno da Silva retrata a chegada do nordestino a Querência.

Quando eu cheguei aqui no Icatu, já tinha ali 3 jagunço, tinha um que era um tal de Pará, muito brabo, a gente discia ali eles já iam ispiculá o que que ia fazê. Se ocê chegasse armado, qualqué coisa ele queria vê o que que era, foi lá na minha mala, viu que o único armamento que eu trazia era uma pexera, sabia que eu precisava. Aí disci pa Fazenda Regina, ali na Fazenda Regina encontrei o administrador que tava aqui, e foi mais eu. No oto dia, eles falô pra mim assim – ‘o senhô que trabaiá’? - Eu disse quero, eu vim pá trabaiá, - ‘então vamo no café’- foi no café me mostra o modo de carpi (SILVA, 2001).

A trajetória do pioneiro em Querência, sendo ele sulista ou nordestino, foi a que todos os desbravadores enfrentaram no Estado, desde a derrubada da mata, o plantio do café, o cuidado com esse café, a distância que tinha que percorrer para fazer suas compras, a construção do patrimônio, e nele a escola para seus filhos e a igreja para suas orações.

O grande fluxo migratório contribuiu para um rápido desenvolvimento e uma melhor organização da vila, identificada nas figuras 19 e 20.



Figura 19 – Vista parcial da cidade de Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.

Vista parcial da cidade de Querência do Norte, no início da década de 50. Havia poucas casas de madeira. Ao fundo a floresta ainda está de pé.



Figura 20 – Vista parcial da cidade de Querência do Norte.  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.

Vista parcial da cidade de Querência do Norte, na época da colonização. Ao fundo, lado direito vê-se o hotel, o campo de pouso e a floresta exuberante.



De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE, 1959), pela Lei Municipal nº 13, de 5 de agosto de 1953, Querência do Norte foi elevada à categoria de distrito administrativo de Paranavaí, e nessa época, no povoado havia 3.000 habitantes. Decorrido pouco mais de um ano, pela Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, o distrito de Querência do Norte era elevado à categoria de município, após o desmembramento de Paranavaí. A 3 de outubro de 1955 realizaram-se as eleições municipais e a 05 de dezembro de 1955 efetuava-se a posse do primeiro prefeito municipal.

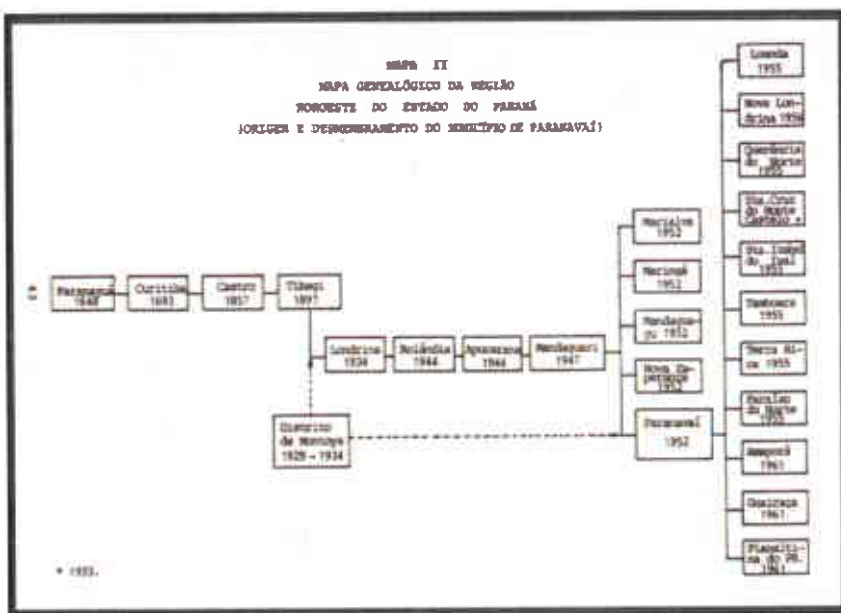


Figura 21 – Mapa genealógico da região Noroeste do Paraná  
 Fonte: Alcântara (1987, p. 43).

Sobre o resultado das primeiras eleições municipais, comenta a Srª Lourdes Maria de Souza:

Quando aconteceu a primeira eleição, eram 4 candidatos, e as

urnas foram levadas para Paranavaí, e como não havia outro meio de comunicação, passaram-se 4 dias para chegar o resultado do vencedor, e esse resultado veio através de um avião que sobrevoou a pista que na época ficava próximo da igreja, jogou um pacote contendo o tão esperado resultado, sendo o vencedor o primeiro prefeito, Osório Ferreira Lemos (SOUZA, 2001).

Segundo arquivos históricos do município, a primeira administração pública teve como prefeito Osório Ferreira Lemos de 5/12/1955 a 4/12/1959. Cabe ressaltar que em 1959 esse prefeito teve o seu mandato cassado e assumiu em seu lugar o presidente da Câmara Giuseppe Capeletto. A segunda administração foi de 5/12/1959 a 4/12/1963, sendo o prefeito Julio De Marchi Neto. A terceira foi de 5/12/1963 a 31/1/1969 e o prefeito foi Paulo Konrath. A quarta foi de 31/1/1969 a 31/1/1973, sendo o prefeito Osvaldo Bertozzi. A quinta administração foi de 1/2/1973 a 31/1/1977, tendo como prefeito Paulo Konrath. A sexta foi de 1/2/1977 a 31/1/1983 e o prefeito Setembrino Zago. A sétima foi de 1/2/1983 a 31/12/1988, tendo como prefeito Antenor Ferreira Canabarro. A oitava foi de 1989 a 1992 e o prefeito José Edegar Pereira. A nona administração foi de 1993 a 1996 e o prefeito Mário José Amadigi. A décima de 1997 a 2000 e o prefeito Wanderley Alves da Costa, e a décima primeira de 2001 a 2004, sendo o prefeito Vlaumir Rodrigues.

A primeira igreja católica foi construída em 1953, pelas primeiras famílias que chegaram à localidade. Um padre vinha de Paranavaí uma vez ao mês para celebrar a missa. O primeiro pároco de Querência foi o Pe. José Maria Manic. Essa igreja também funcionava como escola, sendo a primeira professora Norma Poutrich Borsatto e em seguida Lourdes Maria de Souza.



Figura 22 – Primeira igreja católica de Querência do Norte

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.

A igreja foi construída pelas primeiras famílias que chegaram em Querência do Norte. Nos finais de semana era rezada a missa, e durante a semana funcionava como escola.

A comunidade da Igreja “Luterana do Brasil” de Querência do Norte recebia o seu pastor, que vinha de Mandaguari, nas residência, onde era celebrado o culto. E a primeira igreja oficial foi inaugurada em 1957.



Figura 23 – Primeira igreja evangélica “Luterana do Brasil” de Querência do Norte

Fonte: acervo particular da Srª Edy Zimmer.

Com a organização da sociedade, as pessoas precisavam de algo como entretenimento. Então os bailes eram assim organizados, segundo o pioneiro José Zago:

Na parte social, havia um clube, na casa do senhor Argeu Simões Pires, com um grande salão. Era chamado Clube Ouro Verde, em homenagem ao auge do café. Discretamente, mais havia separação entre as classes sociais, ou rivalidades entre

gaúchos e nordestinos. Existia dois clubes, o Ouro Verde, diziam que era o clube dos gaúchos, e o outro, que era dos nordestinos, e nos bailes sociais do Ouro Verde, os homens só entravam se estivessem de terno. Nessa época os homens usavam terno de linho branco e as senhoras usavam seus melhores vestidos, e faziam penteados vistosos. A orquestra que tocava os bailes geralmente vinham de Bauru – SP (ZAGO, 2001).

A segurança nessa época ficava a cargo de apenas três ou quatro policiais, porque, em virtude de o povoado estar começando, não havia motivos para reforços policiais. Algumas pessoas se destacavam na sociedade querenciana por ter uma profissão considerada de prestígio na época, por exemplo, o médico, o professor etc. Dentre essas pessoas um pioneiro teve destaque, e ainda é lembrado atualmente pelos habitantes do município.

### 3.3.2.1 O ilustre pioneiro

No início da colonização do município, havia um pioneiro chamado Noé Brondani, também vindo do Rio Grande do Sul. Segundo seus familiares, Noé contribuiu muito para a história de Querência do Norte. Todo o acervo fotográfico hoje pertencente à Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta foi no passado obra dele, pois preocupava-se em documentar flagrantes e fatos que tivessem importância para as futuras gerações.

Noé chegou em Querência do Norte no ano de 1952, e em 1953 adquiriu lotes na vila e uma área para o plantio de café. Em 1954, junto com outros moradores, instituiu o Diretório Distrital do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nesse ano, Querência elevou-se a município, e conforme seus familiares, foi graças ao empenho de Noé junto aos poderes Legislativo e Executivo de Curitiba

que houve a emancipação política municipal. Também teve destaque nos trabalhos que desenvolveu no Rio Grande do Sul junto ao governador Leonel Brizola.

Noé era considerado um intelectual da época, e tinha grande influência na política. Era economista e falava vários idiomas, seus estudos e assuntos eram de cunho político, social, econômico e ambiental.

Em 1964, foi preso político, tendo de responder a Inquérito Policial Militar (IPM); porém, em 12/7/1968, foi absolvido. Adquiriu alguns bens, mas deles não tirava proveito para seu conforto. Isolou-se no meio da mata e vivia em um casebre, em condições precárias, por opção, não deixando de receber visitas e correspondências de pessoas influentes da política brasileira da época, que quando se dirigiam a Querência o procuravam; e também de médicos professores e alunos, para discussões dos mais variados assuntos.

Noé Brondani foi muito estimado pelo povo de Querência do Norte, e faleceu em 11/12/1986. Em sua homenagem a biblioteca pública municipal é denominada “Noé Brondani”. A Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta<sup>20</sup> afirma:

Noé Brondani foi meu irmão estimado. Ele queria fazer de Querência uma grande cidade, assim tinha uma visão pra muita coisa. Ele era uma pessoa muito versátil, todos adoravam e estimavam o Noé.

Existem muitas histórias a seu respeito no município, inclusive que ele previa nas suas falas tudo o que iria acontecer com o muni-

---

<sup>20</sup> A Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta e o esposo Henrique Pivetta chegaram a Querência do Norte no dia 15 de agosto de 1953, vindos de Erechim, RS. Possuem um grande acervo histórico do município, que gentilmente nos ofereceram para a pesquisa. O casal concedeu-nos a entrevista dia 18-4-2001, em sua residência.

cípio na atualidade, em relação à questão social e ambiental. Hoje, é considerado um intelectual do período da colonização, mas como ele costumava se definir, era apenas “uma célula do universo”.



Figura 24 – Foto de Noé Brondani  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula B. Pivetta.

Noé Brondani quando residia no Rio Grande do Sul, em 1942.



Figura 25 – Foto de Noé Brondani  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula B. Pivetta.

Noé Brondani na formatura de Contador em Novo Hamburgo, RS, 1944.



Figura 26 – Foto de Noé Brondani  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula B. Pivetta.

Noé Brondani residindo em Querência do Norte em 1955.



Figura 27 – Foto de Noé Brondani

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.

Noé Brondani em sua propriedade em Querência. Idoso e com estilo de profeta. Deixou como frase: “O consumismo asfixia o pensamento, entorpece o atuar e nos desconecta do universo”.

### 3.3.2.2 O papel da mulher no processo de colonização em Querência do Norte

Nos vários depoimentos que obtivemos, a mulher representou um esteio para que a família pudesse se manter e prosperar economicamente. Sem a ajuda da mulher a família não permaneceria em Querência.





Figura 28 – Pioneira de Querência

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula B. Pivetta.

Na foto está a Sr<sup>a</sup> Ursula B. Pivetta, com seu filho Luis Carlos Pivetta, indo ao trabalho em 1954.



Figura 29 – Casal pioneiro de Querência

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula B. Pivetta.

Na foto está a Sr<sup>a</sup> Ursula B. Pivetta, com seu filho Luis Carlos Pivetta, indo ao trabalho em 1954.

Algumas mulheres vinham com a família já constituída, outras recém-casadas, e ainda outras solteiras, casando-se depois de chegar no novo destino. Um pouco dessa realidade conta a Sr<sup>a</sup> Terezinha Fortuna:

A gente sofria muito, tudo os filho pequeno, era um atrás do outro, cada 11 mês um, depois foi melhorando um pouco. Em 9 ano foi 8 filho, e aquilo tem um sofrimento, a gente tinha que trabalhar em casa, tinha que ir pra roça, porque pagá pião não dava, então tinha que ajudá, e eu era acostumada em sempre trabalhar também, o trabalho era dobrado (FORTUNA; FORTUNA, 2001).

Ficavam a cargo da esposa as tarefas básicas: ajudar o marido a derrubar o mato e em seguida, no plantio e na colheita do café; cuidar das criações domésticas; ordenhar as vacas leiteiras; cuidar da casa e da família e da educação dos filhos. O Sr. Honório Parise<sup>21</sup> refere-se ao trabalho da esposa:

Nós derrubamo tudo no braço, tava eu e o irmão do Antônio, e a prima dela de machado, e ela de traçador. Os pau mais grosso, nós fazia a barriga do pau, e ela com o traçador, derrubava os pau, e ela de foice, roçando também.

E a esposa, Sr<sup>a</sup> Maria argumenta: “E eu gorda pra ganhar nenêm, e limpá cova de café. Ainda a sorte é que a gente ganhava os filho em casa e ia tudo bem” (PARISE; PARISE, 2001).

---

<sup>21</sup> O Sr. Honório Parise e esposa Maria Tonel Parise vieram de Erechim, RS, para Querência do Norte, em 1953. O casal concedeu-nos a entrevista no dia 19-4-2001, em sua residência.

Em outro depoimento a Sr<sup>a</sup> Roni Konrath conclui:

As primeiras dificuldades que a gente encontrou aqui, foi problema de saúde com criança pequena. Eu tava grávida de 5 meses do segundo filho, e a atendente foi uma senhora que por experiência já tinha 5 filhos (KONRATH; KONRATH, 2001).

A alfabetização das crianças em idade escolar ficava a cargo das professoras; e os alunos caminhavam grandes distâncias para aprender a ler e escrever.



Figura 30 – Foto de crianças em idade escolar

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.

As crianças na época da colonização eram alfabetizadas pela Sr<sup>a</sup> Norma Borsatto, que aparece em destaque na foto. O primeiro da esquerda para a direita é o Sr. Santo Borsatto, sobrinho da professora e que contribuiu com entrevista para a pesquisa.

Alguns perigos que pareciam sérios na época foram lembrados

com sorrisos pela Sr<sup>a</sup> Konrath:

“Uma vez eu corri da onça, com a menina. Tava lavando roupa e a onça quis me pegar a filha, eu corri, peguei a filha, e corri dela. Depois viram lá o tamanho do rasto da bichona” (KONRATH; KONRATH, 2001).

Muitas mulheres tiveram relevância no período de colonização, como as senhoras Maria Eugênia Davies, professora, Julia Lara, primeira vereadora, e Geralda de Marchi. Essas mulheres, além de seus afazeres, eram responsáveis pelos nascimentos, sendo denominadas de parteiras.



Figura 31 – Casal pioneiro  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup>  
Ursula Brondani Pivetta.

O casal Ursula e Henrique  
Pivetta com o filho Luis Carlos  
Pivetta, dirigindo-se ao trabalho  
em 1954.

### 3.4 TERRA DE CAFÉ VIRA TERRA DE PASTAGEM

Na terra que era destinada ao plantio do café, por parte dos pioneiros, havia uma grande riqueza, que era a mata natural, composta por várias espécies como: peroba, cedro, coração de negro, marfim, loro, pau-d' alho, timbaúva e outras mais.



Figura 32 – Foto de trabalhadores  
Fonte: acervo particular da Srª Roni Konrath.

A imagem revela uma época em que o desmatamento era sinal de progresso. Era necessário desmatar para plantar o café.



Figura 33 – Foto de árvore centenária

Fonte: acervo particular da Srª Roni Konrath.

O “progresso” de Querência do Norte na época da colonização levou ao chão árvores centenárias.

É uma grande biodiversidade da fauna, composta por: antas, porcos-do-mato, lagartos, quatis, onças-pintadas, jaguatiricas, jacutingas, mutum, jaós, perdizes, cigarras e borboletas de várias espécies.



Figura 34 – Cobra Sucuri

Fonte: acervo particular da Srª Roni Konrath.

A fauna da região era das mais variadas, indo de pequenos a grandes animais.



Figura 35 – Cobra Sucuri

Fonte: acervo particular da Srª Roni Konrath.

Animais que hoje estão em vias de extinção eram freqüentemente eliminados apenas para exibição.



Figura 36 – O troféu

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Roni Konrath.

A pele de uma onça pintada serviu apenas de troféu aos caçadores.

A ocupação do município, tanto no setor rural quanto no urbano, foi feita de maneira desordenada. O desmatamento sem nenhum critério levou o município a ficar apenas com 10% de sua reserva natural. Segundo depoimentos, o atual perímetro urbano de Querência do Norte foi todo desmatado e queimado de uma só vez.





Figura 37 – Primeiras construções nas colônias em Querência

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.

Vista parcial de algumas construções feitas na propriedade rural do Sr. Henrique Pivetta, tendo ao fundo a densa floresta.



Figura 38 – Área desmatada

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Roni Konrath.

Área desmatada para o plantio do café.

Nos rios Paraná e Ivaí, que passam pelo município, foram derrubadas as matas até de suas margens. Fato idêntico aconteceu também nas ilhas do rio Paraná. O pioneiro Honório Parise justificou:

Quanto ao mato na beira do rio foi derrubado tudo no começo, nada por lei, deixá 20% ou 10%, principalmente beira de corgo. Nós morava lá encostado do rio, derrubô tudo, tá o pasto até em cima do rio. E aonde hoje faz falta, aquelas reserva se tivesse, hoje eu acho que seria importante (PARISE; PARISE, 2001).

Em outro depoimento o Sr. Santo José Borsatto diz:

Aqui no município quanto à questão do meio ambiente, era a mesma coisa dos outros, o que mais funcionava na época era o tal de BHC. E o meu amigo Noé Brondani, sempre me dizia: ‘Borsatto, eu tenho medo não de agora, mais daqui 10, 15, 20 anos o povo vai lembrá das palavras do Seu Noé Brondani falou na época’. Ele sempre me falava com a ecologia. Cuidado com o veneno, cuidado com o desmatamento. Ele era contra desmatamento em beira de rio, mantém os 20% que era lei e sempre foi, e que até hoje não é respeitada. Únicas reservas de mato de Querência do Norte foi uma briga terrível pra segurá até hoje. Tinha uns que jogavam até capim dentro do mato pro gado entra, depois tacava o fogo e aí formava o pasto sem derrubá (BORSATTO, 2001).

Nesse período de ocupação, não só em Querência do Norte, mas nos outros lugares onde a mata ainda era fechada na época da colonização, o desmatamento era o símbolo do progresso. Desmatar estava vinculado à filosofia do colonizador, segundo a qual a mata deveria ser derrubada para a plantação do café, ou outra cultura. Alguns tinham uma consciência ecológica, e acabavam deixando

próximo aos cursos d'água alguns remanescentes de floresta; outros não.

Atribuímos as queimadas em Querência do Norte a dois fatores principais. O primeiro era a derrubada da mata nativa para o plantio do café. Essa floresta derrubada não era queimada de uma única vez, mas o fato se repetia por alguns anos consecutivos, até a liquidação dos restos da floresta; e o segundo era devido às geadas, que destruíam as plantações, e então a solução encontrada eram as queimadas, como afirma o pioneiro Ângelo Fortuna:

Aqui o povo queimava tudo, se você trabalhava no braço, plantava o algodão, tinha que arrancá de mão. Tombava as terras tudo com animal, aí que tinha que fazê? Pegá e levá tudinho e queimá, páia de amendoim se queimava tudo, não se pensava que a terra nunca ia acabá (FORTUNA; FORTUNA, 2001).

Conforme estudos feitos pelo Instituto Brasileiro do Café<sup>22</sup> (IBC), no ano de 1969, sobre o problema da produtividade na cafeicultura brasileira, para a formação dos grandes e antigos cafezais na época, procuravam-se as terras com matas virgens e de alta fertilidade do solo, nas quais eram formadas as lavouras. Mas com o decorrer dos anos, as safras iam decaindo, e em alguns lugares, como é o caso de Querência, existia o processo erosivo, fator que contribuía para o esgotamento do terreno, que se tornava insatisfatório para a sustentação de boas colheitas. Então os cafezais eram abandonados, porque era compensatório dedicar-se a outras culturas, como também procurar novas terras para novos cafezais. Essa degradação da cultura cafeeira, como também do solo que a sustentava, se tornou progressiva, visto que poucas culturas tinham os cuidados tecnológicos da época. A grande produ-

---

<sup>22</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre a racionalização da cafeicultura brasileira, ver o Instituto Brasileiro do Café (1969).

tividade, na maioria das vezes, estava ligada à fertilidade do solo, que em muitos locais e por muito tempo sustentou os cafezais sem precisar de ações tecnológicas para uma boa produção (INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, 1969, p. 3).

A colonização do município de Querência do Norte se deu em virtude do ideário do café e do grande discurso das famosas terras roxas do Norte do Paraná; porém não sabiam estes pioneiros que teriam no Norte Novíssimo a região do Arenito Caiuá, e não a terra roxa esperada, e que posteriormente teriam problemas em relação à produtividade da cultura do café relacionada ao solo. Durante as entrevistas que realizamos, percebemos que sem exceção todos os pioneiros vieram em busca da tão esperada riqueza que o café prometia; porém em 1955 aconteceu a primeira geada, que arrasou com as lavouras do município, e muitos agricultores chegaram a pensar em suicídio devido ao grande prejuízo. Para se manter até recuperar o café queimado pela geada, o pioneiro plantava entre as ruas dos cafezais as chamadas culturas de subsistência: arroz, feijão e milho. Cada um se mantinha como podia, criando porcos, galinhas etc.

Em 1963 houve outra geada, e daí em diante não havia mais condições para o agricultor continuar com o café; mas nesse período entre as duas geadas colheu-se muito café em Querência do Norte, como comenta o pioneiro Paulo Konrath:

Passou-se alguns anos e o café ficou velho, porque a terra aqui é muito boa, mas não pra café, porque terra pra café tem que ser a terra roxa, que nem Maringá, Londrina, porque aqui terra mista, ele vem muito rápido o café, dá boa produção como nós colhemos bastante, mais depois o café foi produzindo cada vez menos (KONRATH; KONRATH, 2001).



Figura 39 – Safra de café

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Pivetta.

Safra de café em Querência do Norte em 1960.

As geadas constantes e a degradação do solo, que é altamente suscetível à erosão, foram as causas que contribuíram em primeiro grau para a degradação cafeeira no município, posteriormente, vinculadas ao programa de racionalização da cafeicultura.



Figura 40 – Foto do pé de café

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Pivetta.

Café plantado em setembro de 1953 e destruído pela geada de 31 de julho de 1955.

Segundo o IBC (1969), em 1961 houve uma reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social em Nível Ministerial, que estabeleceu a Aliança para o Progresso, e nesse ano foi aprovada uma Recomendação que deveria ser incluída no Convênio Internacional do Café, na qual se deveria promover a limitação do plantio e conseqüentemente da produção cafeeira, aliada à criação de um fundo internacional destinado a financiar os programas de diversificação das culturas e da economia nas regiões produtoras.

Nessa ocasião, a análise da situação cafeeira do Brasil mostrava que a expectativa de sua produção média anual era da ordem de 36 milhões de sacos. A demanda foi estimada em 24 milhões de sacos, 18 milhões para exportação e 6 milhões para o consumo interno. A previsão de excedente médio anual era de 12 milhões de sacos. Os estoques em poder do Governo,

atingiam 43 milhões de sacos, além de 7 milhões de 'expurgo'. Esses excedentes ocupavam área de 100 hectares de armazéns, com despesa anual de 40 milhões de cruzeiros novos por ano em valor atualizado (INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, 1969, p. 1).

Levando em consideração tais fatores, o governo criou uma comissão encarregada de elaborar um programa de erradicação dos cafezais. Nos seus estudos preliminares concluiu-se que deveriam ser erradicados 2 bilhões de cafeeiros, e dessa maneira a produção média anual do País iria ser de 24 milhões de sacos, os quais seria suficientes para atender à demanda. Essa comissão estudou tal proposta e, avaliando sua amplitude, foi de parecer que fosse criado um organismo que, ao invés de liquidar totalmente os cafezais antieconômicos, fosse capaz de racionalizar a cafeicultura. E para atingir seu objetivo a referida comissão sugeriu a criação de um órgão que tivesse a participação de vários setores da administração pública responsáveis pela política agrícola do País.

Foi criado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA, em 26 de outubro de 1961, pelo Decreto nº 79. Em seu Conselho Deliberativo participam representantes dos diversos setores da administração pública, relacionados com sua atividade (INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, 1969, p. 1).

De 1962 a 1967, foi promovida a erradicação de 1,38 bilhão de cafeeiros, que, somados aos 350 milhões de pés eliminados pelos produtores por conta própria, totalizaram 1,73 bilhão, número muito próximo da meta inicial idealizada em 1961.

Em consequência dessa erradicação, da ocorrência de fortes geadas em 1963, 1966 e 1967, no Estado do Paraná e, ainda, de

tratos culturais inadequados a que, de um modo geral, sempre foram submetidas as lavouras cafeeiras, acha-se, atualmente, o potencial médio de produção da cafeicultura brasileira próximo da demanda total. Atingindo o ponto de equilíbrio e considerada a nova situação da cafeicultura, torna-se oportuno e necessário, ativar-se o Programa de Racionalização proposto pelo GERCA, principalmente naqueles aspectos que objetivam o aumento de produtividade e melhoria da qualidade do café, bem como, promover a fixação dos cafezais nas zonas ecológicas e economicamente mais favoráveis, do contrário não se consolidarão os resultados alcançados pela erradicação (INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, 1969, p. 2).

A partir de 1966, a erradicação atingiu o município de Querência do Norte, e durante três anos o agricultor teve que direcionar o plantio para as chamadas culturas brancas, que eram arroz, milho e algodão, como determinava o IBC. A partir da erradicação dos cafezais o algodão passa a ter uma posição de destaque, aliado à soja, (esta em menor quantidade porque não se adaptou ao tipo de solo) e posteriormente ao arroz, o qual deu o título de Capital do Arroz a Querência por vários anos seguidos, chegando a produzir 55% do arroz irrigado do Paraná, conforme depoimentos de moradores do município. Nesse período da erradicação do café, muitos agricultores já começaram a formar pastagens. Não que o boi fosse um bom negócio no princípio, mais era o mais seguro. Com a criação de rebanhos bovinos não haveria tantos riscos de perda, mesmo com geadas, como acontecia com o café.

Depois de ser ocupada rapidamente, a microrregião perdeu substancial contingente humano a partir de 1970, com a decadência da cafeicultura e o empobrecimento do solo. Ganhou espaço a pecuária bovina. Paralelamente à decadência da cafeicultura regional, desde 1962, a população do Noroeste de Paranavaí passou a ter curvas, em contraste com o registro



ascendente da pecuária bovina. O contingente humano atraído pela colonização atingiu a 307.277 moradores em 1960, à época somente inferior ao Norte Novo de Londrina, situou-se em 336.460 em 1970 e decaiu para 287.712 em 1980, permitindo deduzir que cerca de 49 mil habitantes tinha vocação estritamente agrícola, foram incapazes de superar a crise do café e bateram em retirada, a perda da população relaciona-se diretamente a dois agravantes: 1) ausência de uma política oficial voltada para a agroindústria; 2) a adoção de um sistema tributário centralizador, que veio eliminar a autonomia dos municípios e, por extensão, impedir possíveis incentivos mais substanciais a nível regional (SILVA, 1988, p. 69).

A partir de 1970, justamente quando se intensificavam as pastagens no município, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) começou um trabalho de manejo e conservação de solo na região, abrangendo Querência. Tinha como objetivo evitar o manejo extensivo da pecuária, para que os pecuaristas se conscientizassem de que deveria haver: a divisão de pastos com piqueteamento; o isolamento das áreas ribeirinhas; um sistema correto de abastecimento de água para os animais, evitando com isso sérios problemas, como o gado ingerir areia nos riachos, a destruição das matas ciliares, que já era da ordem de 90%, e o problema mais sério que seria o da erosão provocada pelo pisoteio constante do gado. O Sr. Oscar da Silva Reis<sup>23</sup> afirma que:

Foi investido na época, 1970, 35 milhões de cruzeiros na região, onde a gente financiava os pecuaristas pra fazer as divisões de pasto e o esquema de abastecimento de água. Foram furados centenas de poços artesianos. A nossa maior dificuldade foi convencer o pessoal de que havia necessidade de fazer o isolamento dos riachos, deixando dependendo da lar-

---

<sup>23</sup> O Sr. Oscar da Silva Reis foi chefe da regional da Emater em Paranavaí de 1970 a 1976. Atualmente encontra-se na cidade de Curitiba, ainda na Emater, onde nos concedeu a entrevista dia 5-3-2001.

gura de 15 a 20 metros. Aquela consciência de repovoar aquilo com plantios não existia. Foi nossa maior dificuldade tentar inculcar no pessoal a necessidade de um manejo correto, para preservar aquela mata antiga, que era uma riqueza fantástica e que hoje a recuperação custa alguns milhões.

Nos últimos anos do século XX, o município tem desenvolvido as culturas de subsistência, dando destaque para a mandioca, sobressaem, porém as pastagens que tomam conta do município, porque apesar do lucro ser pequeno para os pequenos proprietários pecuaristas, ele é garantido. Segundo estudos:

Mandioca e milho são, atualmente, os principais produtos agrícolas cultivados em Querência do Norte, seguidos de algodão. O café só ganhou representatividade em 1980 e 1985, mas recaiu a partir daí e hoje pouco representa em termos de economia agrícola. O forte da economia local, no entanto, está voltado para a pecuária de corte, tanto que os 67 mil hectares da área agrícola do município, 48.747 hectares são ocupados por pastagens plantadas (40.522 hectares) e naturais (8.225 hectares). Domínio quase que absoluto das pastagens (SERRA, 2000, p. 41).

## 4 OS CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS

“Luta pela terra é a mãe de todas as lutas.”

Pe. Naves – CPT/SP

### 4.1 O LATIFÚNDIO ATRAI E ACONTECEM AS OCUPAÇÕES

Segundo Westphalen (1968), a ocupação das terras no Paraná Moderno, através do povoamento, torna-se forte no início do século XX, quando a procura pelas terras já estava direcionada para a cultura cafeeira. Nas primeiras décadas desse século surgem núcleos urbanos no Estado do Paraná, na região hoje definida como Norte Velho. Desse período em diante as frentes povoadoras vão avançando no sentido Norte Novo e Norte Novíssimo. Nesse processo de ocupação e organização espacial há o papel fundamental da colonização dirigida, feita pelas empresas privadas, e da colonização oficial.

O papel das colonizações, tanto das privadas, como das oficiais, foi importante no sentido de incentivar o povoamento das regiões não colonizadas, como também facilitar que o pequeno agricultor se tornasse proprietário de seu pedaço de terra. Tornando-se proprietário, por um lado, o agricultor tinha a dificuldade do trabalho duro, mas por outro, tinha a compensação de trabalhar naquilo que era seu, e não ser incomodado por questões conflituosas envolvendo a propriedade da terra.

Mais além das terras da Companhia de Terras Norte do Paraná, o governo do Estado, desde a década de 1930, numa acidentada ação contra os grileiros e os intrusos, dividiu o seu imenso patrimônio de terras devolutas, na região do chamado Norte

Novíssimo, promovendo também a colonização pela venda dos lotes agrícolas. A cidade de Paranavaí, a partir de 1944, polarizaria esta região (WESTPHALEN et al., 1968, p. 3)

Conforme a autora, se esta foi uma regra que contribuiu para povoar, densamente, as regiões do Paraná, a exceção foi que em vários momentos as questões da terra envolveram aspectos conflituosos, não faltando especulações nos negócios da terra, engano de trabalhadores rurais. De um lado pequenos agricultores, lutando para possuir seu sítio, e de outro, exploradores também atraídos pelas riquezas das glebas, procuravam facilidades para terem acesso a grandes extensões de terra.

Diante dessa conjuntura, além da colonização particular e da oficial, houve a ocupação de terras devolutas ou que pertenciam a pessoas que raramente se encontravam presentes nas propriedades. Essa ocupação era feita por pequenos lavradores que desprovidos de condições de trabalho e de acesso a terra, ocupavam determinado local para dele tirarem sua sobrevivência e ali permaneciam por longos anos.

Configurou-se, nesse caso, a posse quando muitos colonos estabeleceram-se em terras devolutas ou abandonadas, com cultura efetiva e morada habitual. Em consequência, quando o Estado vendeu as terras, ou desejou ele próprio colonizá-las, muitos lotes, e mesmo glebas inteiras, já se encontravam ocupados pelos posseiros (WESTPHALEN et al., 1968, p. 22).

Nessa época, também procurando beneficiar-se da propriedade das glebas, aparece a figura do intruso, caracterizando o período da intrusagem, que era uma modalidade ilícita de ocupar e possuir a terra, visto que os intrusos se apropriavam mediante falsificação de títulos de registros. Westphalen (1968) afirma que essa

ocupação muitas vezes era caracterizada pela violência, quando os intrusos penetravam e se instalavam à força em terras já alienadas.

A intrusão foi um período em que agiam invasores de terras que faziam essas operações para grupos mais poderosos, que geralmente estavam interessados na formação de grilos.

A grilagem da terra é outro aspecto de fundamental importância em relação ao domínio da terra no Paraná, sendo o grileiro responsável por tirar vantagens sobre o pequeno lavrador:

Entre êstes sobressai, pela perturbação da ordem dos negócios de terras, da efetiva ocupação e reconhecimento dos direitos dos legítimos proprietários, mesmo que simples posseiros, a prática organizada da grilagem de terras, ou seja da formação de grilos, por espertos aventureiros, hábeis no apossamento de terras alheias, com base em títulos falsos de propriedades. Falsificando documentos, como escrituras de transferências de propriedades, recibos e outros, apossavam-se de vastas áreas, gerando não apenas conflitos de ordem jurídica, mas sobretudo a inquietação no meio rural paranaense (WESTPHALEN et al, 1968, p. 25).

O quadro 2 identifica os grandes grilos de terra no Paraná anteriores à década de 30, e a figura 40 indica a sua localização no território paranaense.

| GRANDES GRILOS DE TERRAS NO PARANÁ |                       |                  |
|------------------------------------|-----------------------|------------------|
| Nº                                 | GRILOS                | ALQUEIRES*       |
| 1                                  | Reconquista           | 446.280          |
| 2                                  | Guavirova             | 171.000          |
| 3                                  | São Manuel            | 71.000           |
| 4                                  | Boa Ventura           | 5.000            |
| 5                                  | Laranjeiras           | 38.000           |
| 6                                  | Ubá                   | 100.000          |
| 7                                  | Corumbataí            | 216.300          |
| 8                                  | Bandeirantes          | 403.740          |
| 9                                  | São João do Rio Claro | 30.000           |
| 10                                 | Colônia de Baixo      | 5.887            |
| 11                                 | Boa Esperança         | 255.980          |
| 12                                 | Pirapó                | 369.570          |
| 13                                 | Ribeirão Vermelho     | 45.000           |
| 14                                 | Barra do Tibagi       | 148.290          |
| 15                                 | Tigre                 | 17.660           |
| 16                                 | Barra Bonita          | 16.270           |
| 17                                 | Pontal do Rio Cinzas  | 13.590           |
| 18                                 | São João do Rio Pardo | 38.000           |
| 19                                 | Ipiranguinha          | 21.000           |
| 20                                 | Flores Conceição      | 22.000           |
| <b>Total</b>                       |                       | <b>2.434.567</b> |

Quadro 2 – Grandes grilos de terras no Paraná  
 Fonte: Westphalen et al. (1968, p. 25).

<sup>24</sup> \*1 alqueire corresponde a 2,42 hectares.

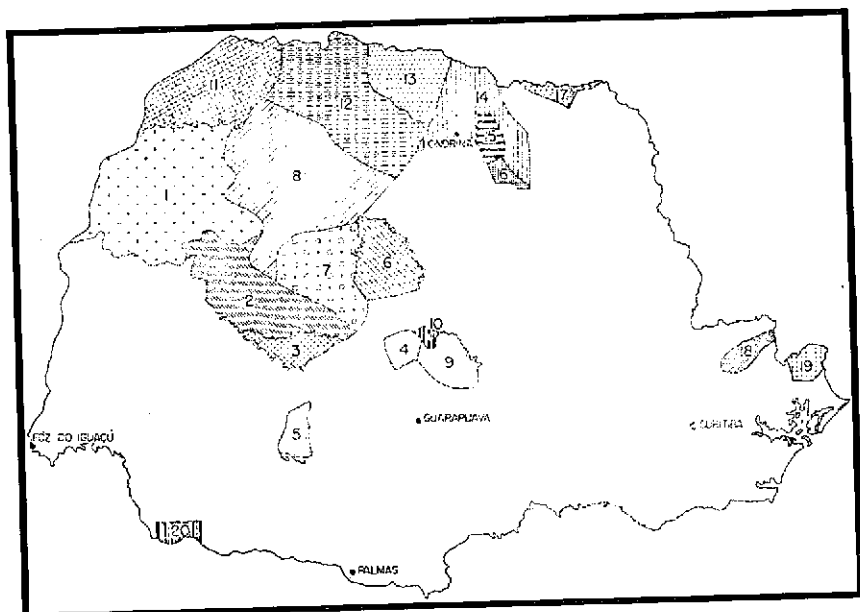


Figura 41 – Grandes grilos de terras no Paraná  
 Fonte: Westphalen et al. (1968, p. 24).

Cabe ressaltar que a maior parte da Região Norte do Paraná<sup>25</sup> eram terras griladas anteriormente a 1930, e que nesse ano ocorreu a desapropriação desses grilos pelo Estado, que passou então a ter uma grande quantidade de terras para (re)trabalhar o processo de ocupação do espaço agrário. Serra (1991) afirma que essa expropriação dos grilos de terras assinada pelo interventor Manoel Tourinho e repassada ao Estado, em que as terras devolutas desse momento em diante só poderiam ser adquiridas a título de compra, representou um duro golpe aos grileiros, mas não se constituiu em um golpe fatal, visto que a categoria continuou agindo após 1930.

Diante dessas diferentes formas de acesso à terra, o município de Querência do Norte passou por todas elas: muito antes de ser município, como a figura 40 demonstra, a região era terra grilada; na década de 50, sofreu influência da colonização privada, e

<sup>25</sup> Sobre a propriedade da terra no Paraná, consultar Serra (1991).

contemporaneamente a esta estava atuando o intruso; o grileiro e o posseiro, que foram a base para os conflitos pela posse da terra, e esta última categoria (posseiros), por ser a mais “fraca”, foi a que sofreu as consequências das lutas pela posse da terra em Querência.

Paralelamente à colonização feita pela Colonizadora Brasil Paraná em Querência do Norte, a posse, como forma de acesso à terra, estava ocorrendo no município, e a terra apossada também passou a ser incorporada ao processo produtivo. Estas duas formas de acesso à terra diferem no tocante à legalidade da sua posse, pois o pioneiro vindo do Rio Grande do Sul e Santa Catarina adquiria seus lotes da empresa colonizadora, tornando-se proprietário, e através da posse, o pequeno produtor, no mais das vezes nordestino à procura de trabalho, não o encontrando, apossava-se de um pequeno lote de terra e ali plantava as culturas básicas para sua subsistência. Aconteceu então as primeiras formas de ocupação da terra no município, e junto com ela ocorrem os primeiros conflitos envolvendo a propriedade da terra.

Essas terras onde os posseiros se instalavam eram grandes latifúndios que pertenciam ao Estado, ou eram de propriedade duvidosa, em grande parte griladas, ou concedidas pelo governo do Estado para outrem.

Segundo depoimentos, quando as famílias iam ocupar determinado local, contavam com a ajuda de Bronquinha<sup>26</sup>, homem que possuía fama de grileiro e que também travava uma luta contra fazendeiros da época, os quais por sua vez não possuíam a legítimi-

---

<sup>26</sup> Em torno desse personagem existem versões contraditórias. Segundo alguns depoimentos Bronquinha dizia-se proprietário de grandes extensões de terra no município, mas ao mesmo tempo ajudava as famílias pobres a apossarem-se de pequenos lotes, em terras improdutivas, sendo considerado um justiceiro. Outra versão diz que essa ajuda era aliada ao grande fazendeiro; isto é, ele recebia uma quantia em dinheiro do fazendeiro, para ajudar o posseiro a fixar-se em determinado local, e plantar sua cultura de arroz, e quando esta estava pronta para colheita, este avisava o fazendeiro, que despejava a família de sua casa e ficava com a colheita.



dade da propriedade de suas terras. Este personagem, por sua conta, loteava pedaços de terra e colocava as famílias para produzir arroz naqueles lotes. Outras famílias apossavam-se de lotes que eram delimitados pelo próprio Estado. A propósito, o Sr. José Bruno da Silva observa:

O Bronquinha, eu num acredito que ele era grilero, era uma pessoa assim que ajudava o pessoal, ele levava, incentivava pô pessoal i trabaiaá, porque ele sabia que esses terreno era uns terreno que num tinha dono, era po povo trabaiaá, mexê com roça, mais os fazendero num queria, queria dá fim ao pessoal que ponhava lá, e como de fato eles perseguia até o Bronquinha (SILVA, 2001).

Sobre a sua experiência para conseguir manter-se e tirar o sustento da terra, o Sr. José Bruno da Silva comenta:

Alí em baixo, tinha uns lote cortado assim, que o Estado cortava, lotizim de 20 arquere, aí o camarada falô pra mim assim: - 'você sobe aqui que tem um lote de 20 arquere, se entra lá e fica lá', - A muié minha começô a chorá, não queria dexá eu i, Eu falei, mais eu vô. Aí eu fui. Aí quando eu tava lá um dia cortano, assim, chegô um fazenderão gordo, com a cintura chea de bala, um tal de Dr. Ciro de Curitiba, dois jagunço junto com ele. Aí eu falei pronto! É agora. Aí ele chegô assim - 'o que tá fazeno aqui'?- eu tô dano uma ajeitada aqui porque parece que nesse lotizim num tem ninguém - 'esse lote aqui é meu, ocê vai lá na frente, tem uns lote desocupado, lá ocê fica'. Alí aí agora eu já fiquei até meio desorientado, descí em casa e falei pa muié, ela começou a chorá. Eu falei, - eu vô dexa ocê lá em Monte Castelo, eu vô voltá e vô ficá lá em cima onde ele mandô eu ficá. Ela falô se ocê fô lá, ele le mata. Ele vai matá memo, mais eu preciso arrumá um pedacinho de terra mode eu morá, o que que eu vô fazê? (SILVA, 2001).

Diante desses problemas envolvendo a propriedade da terra, os pequenos agricultores procuravam manter-se, trabalhando como empregados das fazendas de café, e quando não tinham emprego, ocupavam, plantavam e não colhiam, porque eram despejados. E por serem pobres, “apenas” aceitavam a sua condição nos latifúndios. Esse é o princípio das ocupações no município.

#### 4.2 OS DESPEJOS E A VIOLÊNCIA NO CAMPO

Existem relatos de outras fazendas do município, envolvendo despejo de pequenos agricultores, mas o caso mais conhecido é da Gleba 29, fazenda Pontal do Tigre, onde muitas famílias de pequenos posseiros foram despejadas no início da década de 70, pelo então proprietário Felício Jorge. Em depoimentos, pioneiros afirmaram que essa grande extensão de terras foi repassada a ele através de doação feita pelo Governador Moisés Lupion.

Sobre a violência cometida com os moradores do local, em entrevista comenta uma pioneira<sup>27</sup>.

Bom, inclusive o primeiro despejo que eu sofri, foi na 29. Foi o Dr Jafri, o véio Felício e a Janda que fez esse despejo nosso. Então eles queimaram tudo o que nós tinha, desde um ranchinho que nós morava, daí eles falaram que era despejo. Naquele tempo nós num intindia o que era despejo, aí nós passô a sabê o que era despejo, e daquele tempo que nós vem sofrendo. Foi aqui dento dessa Querência, eu sô fundadora de Querência do Norte, foi onde eu tive meus filho, foi onde eu criei no chão onde é o Centrão<sup>28</sup>, foi o lugar da minha casa,

---

<sup>27</sup> A pioneira veio do Estado de Pernambuco ainda menina para trabalhar nas fazendas. Agora, já numa idade avançada e depois de sofrer vários despejos, está no Movimento Sem Terra, ainda lutando para conseguir seu pedaço de terra. Concedeu-nos a entrevista na sede da Coana no dia 15-6-2001.

<sup>28</sup> Escola central dos assentamentos.

lá na 29. E nós ainda falemo pro fazendero: tenha dó, dá pelo menos um rancho desse pra onde nós te o paradero. Aí eles falaram: nada disso, ceis ficaram aqui dentro da minha fazenda, ocêis num tem direito a nada. E nós num intindia o que era despejo, fiquemo intendeno quando ele queimô tudo o que nós tinha, e nós fiquemo só com os fiinho e com a ropa do corpo.

Reportagem de um jornal do início da década de 70 confirma os depoimentos coletados, e traz como manchete: “Querência do Norte: A Luta (Perdida) dos Lavradores”.

A luta estava perdida porque, mesmo com a resistência de alguns dos lavradores, o despejo iria acontecer. Segundo a reportagem, mais de 40 famílias foram despejadas da Gleba 29, sendo quase 400 pessoas, que por ordem do proprietário, Felício Jorge, deixaram as pequenas áreas de terra que cultivavam. O jornal ouviu as partes interessadas no caso: o proprietário da fazenda, os moradores e o promotor que iria fazer a “justiça” ser cumprida. Tal reportagem inicia afirmando:

Na Gleba 29 a situação está como o barro que liga Loanda ao Pontal do Tigre: escorregadia. Os contrastes dentro da área de 9 mil alqueires são tão visíveis quanto o da residência do proprietário da maior parte das terras (4.500 alqueires), Felício Jorge, e as moradias das quase cem famílias que cultivam (irregularmente) pequenas áreas dentro da latifundiária propriedade (MENEZES, 1973).

Nessa época, em Paranaíba, o repórter afirma que algumas pessoas advertiam sobre uma situação que não existia na Pontal do Tigre, e se existia estava muito bem camuflada, porque ele não percebeu durante o seu trabalho. As pessoas diziam: “Cuidado com os jagunços”. De jagunço ele não notou presença, porque os ares

da fazenda, no ato da reportagem, estavam uma calmaria. Esta, tomada em grandes extensões por banhados, coqueiros, bois e carneiros. Se não fosse o grande interesse dos noticiários regionais e nacionais, qualquer pessoa que passasse por ali, pela estrada que vai a Pontal do Tigre e por toda a extensão da Gleba 29, entre uma encalhada e outra do automóvel, devido ao barro na estrada, não notaria que tão grande problema, envolvendo a questão agrária estaria acontecendo.

O cenário que o repórter descreveu aproximadamente 30 anos atrás foi o mesmo que encontramos durante a investigação da pesquisa de campo, porém com uma diferença: a questão agrária na Pontal foi resolvida quando houve a emissão de posse do projeto de Assentamento Pontal do Tigre. Não se pode esquecer, porém, o fato de que para essa questão chegar a ser resolvida houve uma luta muito grande, em termos de dificuldades, por parte dos acampados, que hoje são assentados. Isto é, o cenário é o mesmo, mas o roteiro da história tomou um outro sentido, que talvez poderíamos considerar um progresso na reforma agrária, embora esse progresso tenha sido acompanhado por muitos despejos e lutas judiciais por parte dos pequenos agricultores.

Segundo a reportagem, em 1969, foram iniciadas na Comarca de Loanda mais de quarenta ações de despejo de famílias que possuíam contratos de parceria agrícola. E de acordo com a lei, mais de cem famílias viviam na Gleba 29 em situação irregular, e foram propostas 42 ações de despejo pelo proprietário, ações estas que foram julgadas procedentes pela justiça dessa Comarca, afirmando que a lei precisava ser cumprida pela justiça, “fosse ela humana ou não”.

E os fatos escorregam pela grande extensão de terra, remendada de pequenos cultivos e tomadas por bois e carneiros na sua maior área. Escorregam como os casos de injustiças alegados pelos lavradores, que Felício Jorge teria praticado ou praticado. Escorregam como as reclamações do proprietário e de

sua família contra os lavradores. Escorregam como o barro de areia branca, numa terra onde o sol é o “rei” na maior parte do ano (MENEZES, 1973).

Em uma pequena sala do fórum de Loanda, a qual já tinha sido palco de diversas manifestações dos lavradores, instalava-se o promotor de justiça, Celso Carneiro do Amaral, que se negou a princípio a dar declarações sobre o assunto, devido às distorções que alguns órgãos da imprensa vinham fazendo dos fatos acontecidos na Gleba 29.

Para o repórter, as distorções do promotor de justiça sobre o caso dos agricultores na Pontal era evidente. Então o promotor disse ao repórter:

O único problema existente é o social. Para onde vão trinta e poucas famílias despejadas? Para evitar estes problemas ofi-  
ciamos a situação ao INCRA, que propôs levar essas famílias para o Amazonas. Apenas três ou quatro delas se dispuseram a ir. A decisão judiciária tem que ser cumprida, pois o município corre o risco de uma intervenção federal, se assim não proceder (MENEZES, 1973).

Depois, reafirmou ao repórter que alguns órgãos da imprensa haviam distorcido certos fatos e que não havia alarma, revolta e rebelião nenhuma por parte dos camponeses. E continuou:

Desde 68 que o Felício quis tirar essas famílias de sua fazenda. Mas elas teimam em ficar, não querem sair de maneira alguma. Em 69 ele deu prazo de três anos para os “parceiros” plantarem e cultivarem, e depois deixarem suas terras. O processo judicial correu normalmente, com todas as notificações aos lavradores. Agora se eles não querem sair, o fazendeiro terá

que requerer força policial. Nós temos que cumprir a lei (MENEZES, 1973).

Segundo o repórter, para o promotor, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que era o representante dos lavradores, omitiu-se durante toda a questão, e era o maior culpado pelo que estava acontecendo. E o promotor confirma:

Por força da Lei 5584 (de 26/6/70) a assistência jurídica aos trabalhadores será prestada pelo Sindicato, nos municípios por ele assistidos e pelo Promotor, nos municípios onde não houver assistência de sindicato. Como Loanda é assistida pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná (FETAEP), nós deixamos a eles esse encargo. Porém ao final tivemos que intervir pelos lavradores (MENEZES, 1973).

Nesses depoimentos do promotor de justiça ao repórter, fica evidente sua posição contrária aos pequenos agricultores: ele afirma que a lei precisa ser cumprida, seja ela humana ou não, isto é, a lei não está preocupada em saber qual lado tem razão, se é o lado dos agricultores ou o do proprietário. E o promotor já tinha a sua posição, que ficou clara com a ação de despejo que favoreceu o proprietário da fazenda.

A reportagem prossegue afirmando que na casa do proprietário havia uma preocupação aliada a certa calma por parte de seus familiares. Segundo esta, de acordo com o Estatuto da Terra, os trabalhadores que seriam despejados da Gleba 29 não eram posseiros e sim parceiros agrícolas. Em 1971, algumas famílias já haviam sido levadas para a Amazônia pelo Incra.

Jandira Costa, que era na época da reportagem a esposa de Felício Jorge, um senhor sírio, naturalizado brasileiro, pai de 15 filhos, sendo destes, 4 com ela, Jandira, expunha sua opinião a

respeito dos trabalhadores:

Eles não vêm até a nossa casa, mas só dão prejuízos. Não querem ir pro Amazonas, não querem deixar a terra do velho, todo mundo explica e eles não entendem. Querem dizer que isso tudo aqui é deles e não do velho. Com eles não tem conversa: ajuntam de 80 a 100 homens e não deixam fazer nada. Tudo o que queremos fazer eles embargam: quando se quer colocar uma cerca, eles não deixam. Só dão prejuízos: são uns vagabundos! (MENEZES, 1973).

O repórter questionou-a sobre possíveis ameaças ao Felício Jorge ou à sua família, por parte dos trabalhadores; ela negou e acrescentou: “Só quando falam em despejo, eles falam que vão matar o velho Felício. Na reunião do Incra um deles levantou e berrou: ‘Pois é, vai acontecer isso mesmo!’” (MENEZES, 1973).

Jandira encontrava-se instalada em uma casa grande, na sede da fazenda, e segundo o repórter o ambiente era cenográfico, comparado ao dos trabalhadores. O local possuía um lago e aglomerados de coqueiros, como demonstra a figura 41.



Figura 42 – Casa de Felício Jorge na fazenda Pontal do Tigre  
Fonte: Menezes (1973).

Essa reunião do Incra à qual se refere a Sr<sup>a</sup> Jandira não teve resultados. Para o Incra, a transferência dessas famílias para a Amazônia evitaria o grave problema social que estava acontecendo. Nesta reunião os delegados dos Institutos, o promotor e o juiz de direito reuniram os trabalhadores para saberem quais famílias se dispunham a cultivar as terras no “inferno verde”; poucas aceitaram, apenas 5, comentaram os lavradores. O restante decidiu ficar e lutar por seus direitos dizendo: “Não arredaremos o pé da terra branca se o turco não pagar indenização” (MENEZES, 1973).

O período dessa corresponde a 1973. Nessa época Querência do Norte possuía 17 mil habitantes, e foi conhecida, nacionalmente, pelo problema relacionado ao despejo das famílias de agricultores, que iria acontecer na Fazenda Pontal do Tigre. O vice-prefeito na época, e prefeito em exercício, Nivio Leonardo Zimmer, afirmou na reportagem:



Não há problemas, está tudo calmo, tudo em ordem. Eu queria que essas famílias permanecessem aqui: quanto mais gente, melhor para o município. Porém não podemos desrespeitar a Lei (MENEZES, 1973).

Num segundo momento, a reportagem refere-se à realidade da Gleba 29, mostrando a luta das famílias para se manterem na terra, e como produziam para sua subsistência. Destaca também o cotidiano daquelas famílias naqueles tempos, e pela riqueza dos detalhes, está aqui transcrita na íntegra.

#### “...É A PARTE QUE TE CABE NESTE LATIFÚNDIO”

São como retalhos de uma colcha verde: áreas limpas para o plantio, ou áreas plantadas (mamona, feijão, arroz, banana) em uma grande extensão de terras dedicadas ao boi: pasto. Ao lado dessas “falhas” na grande área da Gleba 29, estão as casas de barro e sapé dos lavradores. Casas simples e tristes, marcas de pobreza, de luta pela sobrevivência. Em alguns clarões são algumas casas reunidas, em outros são habitações solitárias e cinzentas. Os banhados são constante nesse lado da Gleba, as rãs (em grande quantidade) ensaiam uma sinfonia rouca e melancólica. Nos olhos e nos rostos curtidos dos rudes “homens da terra” atestam-se medo do despejo e valentia na luta pela vida, que prossegue cotidianamente, adiando o pior (que virá, inevitavelmente).

“Sou o habitante mais velho da Gleba 29” – é a primeira informação de Orlando, de 69 anos. Ele, grande, e a sua pequena mulher Alzira, aninham-se e demonstram em seus gestos o medo de deixar aquilo que construíram ao longo de 18 anos. Orlando afirma estar em situação regular: “Em 1955 eu comprei uma Ordem de Procuração. Naquela época 486 lotes foram entregues assim, regularmente. Era o tempo do governador Bento Munhoz da Rocha. Depois o Moisés Lupion assumiu o governo e vendeu a fazenda toda,,

com todos nós dentro, ao “turco”. Daí ele ameaçava um, assustava outro com despejo. E estou aguardando até hoje”. Orlando, sua mulher Alzira e seus 10 filhos são donos de 25 hectares (segundo a Ordem de Procuração) e 30 cabeças de boi, resultado dos “18 anos que estou trabalhando em cima desta terra”. Eles contam várias pressões de Felício Jorge para que deixassem as terras. Alzira desmancha-se em choro mansinho e deixa cair lágrimas de seus miúdos olhos: “Quando vejo falar em despejo, eu choro mesmo. De uma cabrita, nós temos 30 bois. É tudo o que temos, o resto está pior que nós. Ouvi dizer que vão despejar todo mundo, primeiro essas famílias que receberam a ordem do despejo e depois o resto. Nós já vimos muito despejo por aqui: uns que davam dó das meninas, tudo magrelinhas”.

#### MADEIRA E PASTO

Para Orlando, Felício “quer ficar com todas as terras e para isso não tem medido atitudes e injustiças contra todos”. Mesmo contra aqueles que estão na mesma situação sua: com Ordem de procuração para poder cultivar as terras e pagando os impostos normalmente, afirma. E acrescenta que Felício Jorge comprou as áreas de terra vizinhas a da sua e plantou capim. Como Orlando plantasse café e as sementes do capim invadissem sua propriedade, proliferando em meio a plantação, ele foi obrigado a cortar o café e também cultivar o capim. Cortou – segundo ele – a madeira existente em suas terras e levou para vender na cidade. Na serraria, conforme seu depoimento, Felício Jorge o acusou de ter roubado a madeira de suas terras e prendeu todo o carregamento. O que sobrou deu apenas para comprar uma cabrita. Hoje, Orlando e Alzira agradecem à “bita” que lhes deu, à custa de muito trabalho, 30 cabeças de boi.

“Eu não me entrego. Se eu sair eu vou requerer meu “uso campeão”, quero receber tudo o que tenho, para isso trabalhei”.



Figura 43 – Morador da Gleba 29  
Fonte: Menezes (1973).

## BOAS PROMESSAS

Muitas famílias estão na situação de Orlando e Alzira e, segundo elas, todas têm sofrido pressões para abandonar a terra. São cem famílias na Gleba 29, quarenta e duas com despejo a ser cumprido pela Lei. E o resto está à espera do incerto amanhã: Como Pedro Francisco, de 48 anos e seis filhos, que veio do Ceará para “enricar” nas terras do Paraná. A família de Pedro Francisco não está relacionada para o despejo, mas nota-se que Pedro sente na própria carne o ter de abandonar a terra: “Nós somos trabalhadores, lavouristas. Nós damos valor uns aos outros. Somos bem unidos, tá todo mundo sentindo, isto não é de boa vontade, não”.

Para Pedro Francisco, o presidente da FETAEP, José Lázaro Dumont, na reunião do dia 11 junto aos funcionários do INCRA, “deu boas promessas para nós, mas por enquanto, nada. Ele falou para tratar, colher, e vender e pra todo mundo tirar o documento do Sindicato”. O que talvez Pedro não saiba é que o Sindicato se manteve alheio a toda a questão (e se não se manteve, não houve defesas) e que só agora, quando o despejo está decretado, é que a FETAEP como um lutador

previamente derrotado.

### TODOS OS CAMINHOS LEVAM A ELE

De um lado estão Felício Jorge e a Justiça com uma luta ganha, do outro lado, “Chico Três-Quinas” e os lavradores, cientes de sua derrota, mas amantes de seu trabalho, esperando que pelo menos sejam indenizados, ou “só sairemos daqui mortos”.

Chico Três-Quinas é o apelido da figura mais popular do meio pobre da Gleba 29. É o apelido do centro-avante do time da Gleba 29, o mais ferrenho lutador contra Felício Jorge. É um homem pequeno, de pequeno bigode, sem dentes na arcada superior, de mãos trêmulas, que demonstra conhecimento de leis e de todo desenvolvimento de várias questões entre o proprietário e os parceiros da Gleba 29. É o apelido de Francisco Rodrigues da Camara, o homem que defende em Loanda e Curitiba os direitos dos lavradores, com seu palavreado simples e mãos grossas de calo.

“O ideal de nós seria receber uma boa indenização e cada um procurar o seu destino. Mas o “turco” é moxiba e só quer pagar cem, cento e cinquenta cruzeiros por tudo aquilo que nós já fizemos. Tem gente com feijão madurando e um monte de filhos para dar de comer: ele devia deixar a gente colher, primeiro. Os homens do INCRA ofereceram pra levar a gente pro Amazonas. Mas só algumas pessoas foram, a gente viu uma porção de gente que voltou de lá, tudo doente e amarelo”.

“Chico Três-Quinas”, de 29 anos, vai desfiando inúmeras injustiças cometidas por Felício Jorge contra os lavradores e vários deles o rodeiam, confirmando. Os lavradores que estavam trabalhando largaram seus instrumentos e correram para perto de Chico. Ele voltava de Curitiba, onde havia tido uma audiência com José Lazaro Dumont, e de Loanda, onde conversara com o “doutô” Alonso, advogado da FETAEP. Segundo Chico, é velha a briga contra Felício Jorge: em 4 de junho de 1971, Expedito Belo dos Santos foi assassinado por José Rufino (peão da fazenda) por “mexer com as nossas causas”. “Eu coloquei as iniciais na cruz dele e prometi continuar

defendendo a gente. Nós somos trabalhadores e não queremos briga com ninguém, mas todo mundo dá “descaso” pra nós. Então nós mesmos temos que nos virar – diz Francisco Rodrigues da Câmara.

### INJUSTIÇAS SÃO COMUNS

Desde que veio para a Gleba 29, em 1969, Francisco diz ter sido testemunhas de várias injustiças cometidas contra os lavradores. E confessa que “nunca teve papas na língua” para falar com o “turco”. Talvez por isso, no ar parado da Gleba 29, circulem comentários que Felício Jorge contratou uma empreita (por 25 mil cruzeiros) para “apagar” cinco pessoas. A primeira da lista é Francisco Rodrigues da Câmara.

“Ele já me xingou diversas vezes de bandido, de comunista. Mas eu aguento, porque nós precisamos trabalhar para dar de comer para nossos filhos. Tem gente me dizendo que ele quer me matar. Até lá na Fetaep, em Curitiba, me aconselharam a ter cuidado. Aqui todo mundo está com o “turco”. O prefeito de Querência não gostou nada do “seo” Lázaro ter falado em nosso favor na reunião do INCRA. Nós estamos abandonados”.



Figura 44 – Morador da Gleba 29

Fonte: Menezes (1973).

## IAM EM PAZ

Em 1971, Jafo Jorge (filho de Felício) comprou vários lotes dos lavradores por até 12 mil cruzeiros. Seu pai o taxou de comunista, dizendo que o problema era para ser resolvido pelo INCRA e pelos lavradores, para ele não “meter a colher onde não era chamado”, disseram os homens que rodiam “Chico Três-Quinas” e outros agricultores, em frente da venda Gleba 29, feita de barro e coberta de sapê. Tanto francico como o resto dos lavradores sabem que eles serão despejados por força da Lei. Mas nenhum deles está disposto a deixar tudo “de mãos beijadas” para Felício Jorge: “Se ele fizesse igual ao filho dele e comprasse as nossas terras, a gente saia em PAZ; mas ele quer dar cento e vinte cruzeiros para cada e nós não aceitamos”.

Luiz Sabino da Silva tem 47 anos, 7 de Gleba 29. Segundo ele em 1966, sua família (tem 6 filhos) conseguiu colher 20 sacas de arroz. Daí a dias, eles receberam a visita de Felício Jorge que lhes prometeu guardar o arroz em um armazém até a época da venda. Segundo Luiz Sabino da Silva, até hoje Felício Jorge não lhes entregou um tostão.

Ana Eduardo Costa tem 8 filhos pequenos. Nem sabe quando chegou na Gleba 29 para “derrubar a mata bruta”. Mas sabe que não arredará pé de uma decisão: nem ela nem seu marido aceitam ir para o Amazonas.

“Acabamos a nossa mocidade na 29 e nós não vamos pro Amazonas de jeito nenhum. Como se diz, o mundo é grande e nós vamos para qualquer outro lugar. Nós não temos nada, mas não tem problema: só se a gente for amarrado preso, para o Amazonas”.



Figura 45 – Moradora da  
Gleba 29  
Fonte: Menezes (1973).

### PARA ONDE?

Dentro de poucos dias se fará cumprir a Lei, irrevogavelmente: amigavelmente, se os lavradores aceitarem sair sem indenização. E por força policial, se eles não concordarem com o que o Felício Jorge lhes oferecer. O despejo será efetuado, inexoravelmente, para essas famílias (quase quarenta, porque algumas aceitaram ir para o Amazonas) que desprenderão suas raízes fincadas durante anos de trabalho em terras que legalmente não lhes pertencem. Segundo os planos de Felício Jorge, nos seus 4.500 alqueires será plantado capim para o incentivo à pecuária, tangendo o homem para dar lugar ao boi (MENEZES, 1973).

Esta foi também uma forma de ocupação do município de

Querência do Norte, fato que se tornou marcante para sua história, a qual foi tomando rumos conflituosos com o passar dos anos.

Essas questões faziam parte da conjuntura histórica do Estado do Paraná no que se refere à propriedade da terra. Esses conflitos constituíram a herança deixada pela má distribuição das terras no Paraná, e quem a recebeu foram os lavradores, que não só em Querência do Norte, mas em nível estadual e nacional, foram vítimas das violências morais e físicas das classes dominantes, símbolo do poder agrário nacional.

Do ponto de vista social, a existência no Paraná de milhares de posseiros, e a sua luta pelo domínio pleno da terra que ocupavam, com suas roças e ranchos, desde anos, e que lhes era arrebatada por terceiros, geralmente figurões das cidades, constitui o mais dramático aspecto das questões agrárias do Paraná moderno (WESTPHALEN et al., 1968, p. 23). Muitos foram esbulhados em suas posses, em favor de grandes proprietários, outros despejados com violência (WESTPHALEN et al., 1968, p. 33).

#### 4.3 UM BREVE HISTÓRICO DA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ

É sabido que a ocupação do território paranaense, quando desvinculada da colonização oficial ou privada, ocorreu em meio a inúmeros conflitos, que se manifestaram a partir da década de 50, quando se intensificavam as lutas sociais no campo, sendo mais significativas as que aconteceram no Norte e Sudoeste do Estado, como a Guerra de Porecatu, em 1951, e o Levante dos Posseiros em 1957<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Sobre esses dois episódios que marcaram as lutas sangrentas no Paraná, e que envolvem vários assassinatos, consultar Serra (1991).



A vida nos campos rurais do Paraná, nesses períodos conflituosos, resumia-se assim: de um lado, pequenos agricultores sem títulos de terra, que produziam para sua subsistência com força de trabalho familiar, e, de outro, fazendeiros e empresas colonizadoras que visavam à exploração comercial da terra (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1992, p.19).

Cabe ressaltar que no período desses conflitos, no campo, estava no comando do Estado o governador Moisés Lupion, que, com sua política de distribuição de muita terra para poucos, duplas titulações, “esquecimento” do pequeno agricultor, cooperou para a luta armada e derramamento de sangue nos campos rurais do Estado do Paraná.

O resultado dessas lutas, foi uma democratização da propriedade fundiária, com a consolidação da pequena propriedade em partes do território paranaense. Em que pesem vitórias regionalizadas, alcançadas por pequenos produtores, a estrutura fundiária paranaense se caracteriza, ainda na década de 60 por grande número de pequenos estabelecimentos que, de um modo geral, são trabalhados por produtores não proprietários (INSTITUTO PARANAENSE..., 1992, p. 19).

A organização dos trabalhadores rurais, na luta em favor da pequena propriedade persiste, e segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 1992) ocorreram em 1960 e 1961, o 1º e o 2º Congresso de Trabalhadores Rurais, em Londrina e Maringá, respectivamente. As principais reivindicações nesses congressos por parte dos trabalhadores eram: melhores condições de trabalho e salário, garantia de preços mínimos, reconhecimento dos sindicatos rurais e reforma agrária.

Essa organização dos trabalhadores que vinha se consolidando ao longo dos anos simplesmente desapareceu com o golpe de es-

tado de 1964, quando os movimentos sociais, tanto no campo quanto nas cidades, que discutiam a Reforma Agrária, foram severamente reprimidos.

Inicia-se, então, um período de maior interferência do Estado, com grande pressão sobre essa estrutura sindical, no sentido da desarticulação dos movimentos sociais organizados. Ações governamentais deliberadamente desmobilizadoras passam a ser desenvolvidas, promovendo um atrelamento dos sindicatos aos órgãos públicos, que privilegiava o assistencialismo em detrimento de seu caráter reivindicatório (INSTITUTO PARANAENSE..., 1992, p. 20).

Segundo ainda o Iparde (1992), é nesse período que, paralelamente ao término da ocupação do território paranaense, devido ao esgotamento de suas fronteiras legais, iniciam as transformações na estrutura agrária. Estas foram as condições para que ressurgissem os movimentos sociais no meio rural. Essas transformações se intensificam na década de 70, como sendo o resultado da chamada “modernização conservadora”, e dão como resultado uma grande diferenciação social, criando então novas categorias sociais, que também, requerendo seus direitos, desenvolvem novas formas de luta visando à sua sobrevivência. Devido às necessidades sociais, a partir de 1975, surge uma série de movimentos reivindicatórios. São fatos novos, que não ficam somente na luta pela terra, mas sim na luta por melhores preços dos produtos comercializados, melhores condições de trabalho e salário, saúde e também contra a construção de barragens para usinas hidrelétricas.

Esses conflitos que envolveram a luta armada no meio rural paranaense não estavam restritos apenas a este Estado. Sobre este ponto de vista da política agrária nacional Serra (1992, p. 109) comenta que:

De maneira geral, as situações que interferem na questão agrária paranaense extrapolam os limites do espaço geográfico interno para fazer parte de uma política nacional mais ampla, que leva em conta o contexto da macro-estrutura agrária brasileira como um todo. Diante disso, fica difícil estudar a questão do Paraná divorciada da questão do Brasil, tendo em vista os níveis de inter-relacionamento existente entre os dois âmbitos.

Durante o período revolucionário, ao lado de outros setores de produção de bens de capital, o desenvolvimento do setor elétrico tomou nova posição no contexto nacional. A construção de grandes usinas hidrelétricas visava atender à demanda do rápido crescimento urbano-industrial em que se encontrava o País.

No momento de decisão e planejamento da construção das barragens, sobretudo nos anos 70, não havia qualquer avaliação sistemática de seu impacto na sociedade local. O social aparecia como um problema secundário, que seria solucionado posteriormente, após a conclusão da usina. Isso aconteceu em várias barragens, como as de Sobradinho, Itaparica, Itá, Tucuruí e Itaipu (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 22).

É no final da década de 70, com a construção das barragens – que deixou muitos pequenos produtores desalojados, por residirem na área que seria inundada – que se inicia um novo processo de organização dos movimentos sociais no meio rural. A construção da Usina de Salto Santiago faz com que os posseiros e pequenos proprietários, produtores de culturas de subsistência, dos municípios de Laranjeiras do Sul, Chopinzinho e Coronel Vivida tivessem a primeira experiência em desalojamento. Nesse período, os produtores ainda estavam desorganizados para defenderem seus direitos e a Comissão Pastoral da Terra encontrava-se em fase de

estruturação. A direção do movimento que estava lutando pelo melhor preço da terra desapropriada não possuía nenhuma experiência anterior nem se encontrava articulada com outras lideranças de outras regiões. Diante de tantas dificuldades conseguiram que pelo menos 50% dos lavradores alcançassem um preço razoável por suas terras (INSTITUTO PARANAENSE..., 1992, p. 21).

Sobre este assunto Serra discute:

Em relação aos movimentos organizados de trabalhadores rurais, deve ser destacado que importante empurrão, que levou à mobilização camponesa no Paraná, foi dado a partir da construção de usinas hidrelétricas, num primeiro momento a usina de Salto Santiago, no rio Iguaçu e posteriormente a Usina de Itaipu, na foz do rio Iguaçu com o rio Paraná. A Usina Salto Santiago, ao ser concluída em 1979, deixou submersas grandes extensões de terras agrícolas na região Sudoeste, desabrigando 170 famílias de pequenos agricultores. Na época, os movimentos sociais no campo não estavam ainda organizados, o que equivale a dizer que não havia ainda organização social por parte dos desabrigados, no sentido de negociar melhores condições quanto à indenização das terras inundadas. Aproveitando disso a Eletrosul, responsável pelas obras da Usina, jogou para baixo o valor das indenizações (SERRA, 2001, p. 56).

O autor comenta ainda que o caso da Usina de Santiago por um lado foi uma derrota para os agricultores, mas por outro, serviu como alerta para a importância de se organizarem, tendo em vista que novas usinas iriam ser construídas no Paraná, para que não ocorresse a repetição do mesmo processo, isto é, a expulsão dos agricultores das terras inundadas.

Com a construção da Usina de Itaipu, de acordo com o Ipardes (1992), foi alagada uma extensa área fértil e totalmente cultivada, aumentando o problema dos desapropriados. Pessoas que esta-

vam diretamente ligadas à terra ficaram desalojadas: pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros etc.

A partir de 1977-78, quando Itaipu começou a pagar as indenizações, a um preço abaixo do mercado, o conflito começou. Serra (2001) complementa, afirmando que o fato de a empresa Itaipu Binacional, que foi responsável pela construção da Usina de Itaipu, ter demorado para articular as negociações com os agricultores, para eles foi útil, no sentido de terem tempo para aprimorar a organização camponesa. Durante o tempo de mobilização, que foram quase 4 anos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as lideranças sindicais tiveram condições de criar e testar suas estratégias, sobre o que fazer e o que não fazer nos acampamentos; tiveram tempo de descobrir o que o autor chamou de “caminho das pedras” em termos de mobilização camponesa.

Diante dessa conjuntura, em 1980 inicia-se o processo de organização das lideranças do movimento que passou a ser conhecido como “Justiça e Terra”, e obtiveram como resultado concreto desse movimento, além de outros itens, o pagamento, pela Itaipu, das benfeitorias, 50% da indenização aos não-proprietários, aumento do preço por hectare etc. Além desses benefícios conseguiram que 420 famílias fossem assentadas, 400 no município de Arapoti e 20 em Toledo (INSTITUTO PARANAENSE..., 1992, p. 22).

O mais importante desse primeiro movimento é que ele foi um marco para a organização popular, porque a partir daí os trabalhadores “aprenderam” a se organizar para lutar pelos seus direitos referentes à propriedade da terra. Outro fator importante, que merece destaque, foi que a partir do movimento Justiça e Terra, que no início pensava apenas em arregimentar os trabalhadores da área a ser inundada, deparou-se com uma realidade que era praticamente desconhecida, ou seja, a existência de um grande número de produtores sem terra por toda a Região Oeste do Paraná, que se dirigiam aos sindicatos procurando se inscrever para obter um pe-

daço de terra. Então, em decorrência do movimento Justiça e Terra, em 1981 nasce o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro). Sobre esse assunto Fernandes (2000, p. 66) escreve:

Em 1981, ainda haviam em torno de 500 famílias que perderam suas terras, seus empregos, suas casas, atingidos pela construção da Usina de Itaipú. A Comissão Pastoral da Terra organizou estas famílias e começou a cadastrar outras famílias, que, expulsas da terra, estavam interessadas em lutar por terra no Paraná. Em menos de um ano, havia mais de 6 mil famílias cadastradas e passaram a formar o MASTRO. A proposta do governo era transferir as famílias para o Estado de Mato Grosso ou para o Norte do País, onde seriam assentadas em projetos de colonização. Iniciou-se um processo de resistência e os camponeses expropriados passaram a formar movimentos localizados. Assim, nos anos de 1982 e 83, surgiram vários movimentos sociais em diversas regiões do estado: o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (MASTEL).

Dessa forma, segundo Serra (1992), todo o território paranaense estava completo no sentido de organização do movimento camponês, que a partir de então teria duas metas a serem cumpridas: a primeira, seria manter a unidade do movimento no Paraná em volta de um comando central; a segunda seria interligar a mobilização camponesa do Paraná com a mobilização que no mesmo período, e tendo os mesmos motivos, estava eclodindo em nível nacional. Ainda conforme o autor, tendo o movimento esses objetivos, reuniram-se as lideranças dos trabalhadores do Sul do País em Medianeira, Sudoeste do Paraná, em julho de 1982, para trocar

pela primeira vez suas experiências, e em 1983, reuniram-se em Chapecó, Santa Catarina. Esses dois encontros foram a base para ser realizado um terceiro, sendo este o mais importante de todos, o qual foi realizado em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel, Oeste do Paraná. Nesse encontro foi criado o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que tinha como objetivo a luta camponesa no território nacional, e a partir daí foram definidas as estratégias da luta que se constituiria por todo o País.

A fundação do MST deu novos rumos à luta camponesa, tanto no Paraná como em todo o Brasil. A estratégia que o Movimento utiliza, com algumas exceções: ocupar terras ociosas e pressionar pela sua desapropriação e implantação de assentamentos rurais, onde passam a ser alojadas, na condição de trabalhadores rurais, os camponeses expulsos do campo, tanto na época da ocupação pioneira, como nos tempos mais recentes, em função do processo de modernização da agricultura (SERRA, 2001, p. 57).

#### 4.4 O PROCESSO HISTÓRICO DA REFORMA AGRÁRIA EM QUERÊNCIA DO NORTE

A gênese da “fase moderna” da ocupação da terra em Querência do Norte está vinculada a este contexto histórico paranaense de luta pela terra, e no município se inicia a partir de 1986, com a ocupação da fazenda Pontal do Tigre. Parte da população que foi assentada em Querência do Norte era de outros municípios, e essas pessoas já tinham uma longa história de acampamentos pelo Estado do Paraná. Muitos grupos eram excedentes dos assentamentos que ocorreram no Sudoeste do Paraná, outros eram pessoas atingidas pela construção da barragem da Usina de Itaipu, que se deslocaram para o Sudoeste e depois retornaram novamen-

te a Querência. Para complementar esse contexto histórico, Fernandes (2000, p. 66) argumenta:

O MASTRO e o MASTES organizaram ocupações no primeiro semestre de 1984. Um grupo de famílias organizadas no MASTRO ocupou uma área da reserva florestal do INCRA, em São Miguel do Iguaçu, de onde foi despejado. Outro grupo ocupou a Fazenda Mineira, também em São Miguel do Iguaçu e da mesma forma foi despejado, algumas lideranças foram presas e as famílias foram dispersadas em diversos municípios da região. O MASTES ocupou um grande latifúndio, denominado Fazenda Imaribo, no município de Mangueirinha. As famílias pressionaram o governo, organizando um acampamento em frente à sede do Incra em Curitiba. Após muita pressão e negociação, em janeiro de 1985, o governo federal desapropriou 10.000 ha da Fazenda Imaribo para o assentamento dos ocupantes e mais as famílias que haviam ocupado a Reserva do Incra e a Fazenda Mineira. Criou-se assim o assentamento Vitória da União. Essas lutas se constituíram num marco da história do MST e contribuíram efetivamente para a formação do MST no Estado do Paraná.

A história da ocupação da fazenda Pontal do Tigre é contada pelo Sr. Benedito Gomes<sup>30</sup>, que pertence ao Grupo Reserva, e este grupo passou por esse processo histórico assim relatado:

Então falano um pouco da história do acampamento, a gente veio de uma região do Oeste do Paraná. Nisso começou uma discussão na região de São Miguel do Iguaçu, entre

---

<sup>30</sup> O Sr. Benedito Gomes (Scu Dito), como é conhecido, é assentado no Assentamento Pontal do Tigre. Faz parte de um grupo coletivo de 13 famílias que fundaram a Cooperativa de Produção Agrícola Conquista - Copaco. Durante o período da ocupação, em virtude do conflito envolvendo a questão do gado, acabou sendo preso. Concedeu-nos a entrevista no dia 27-5-2001, em sua residência.



Medianeira, que já existia o movimento naquele tempo, o nome dele era Mastes, não era MST. Daí a gente começou a participar, aí eu fui acampá. Ia tê uma festa de inauguração da praia, e agente acampô numa parte dessa praia. Isso foi em final de 84 começando 85 em São Miguel do Iguazu com 1100 famílias mais ou menos. Foi numa época ainda em 85, saiu uma área que era o assentamento Sávio em São Miguel do Iguazu, mais só cabia 56 família, aí o restante ficou ali né, esperando a oportunidade que saísse a terra. Num saía terra e o governo num veio negociá, e ia enrolano, virô uma certa altura você tê uma discrência. Aí a Pastoral da Terra dizia que tinha que se aglomerá mais e fazê uma nova tática de luta, que seria começá mesmo i pra cima das áreas onde se que descobre que tá ilegal. Então foi onde se reuniu primeiro 8 acampamento, e a gente fez uma grande ocupação na Fazenda Padroeira no município de Matelândia com 880 família. Isso deu um grande ridibu no Estado, aí começou saí as arinha, saiu em Ortiguera, saiu pra Cantagalo, foi se espaticano o pessoal por região. Mas sempre sobrava o pessoal, que nem no nosso caso sobrou ainda 270 família, então a gente ficou a peregriná pulando de um lugar para outro, até que nós fumo numa terra que é da União, na Vila 19. Nós tinha esperança de se assentamento nosso, mais é claro que os fazendero já tava trabaiano, e aí acabô passano pos fazendero. E nós vinhemo pa Ponta Grossa onde fica uma fazenda chamada Reserva que o governo desapropiô pa fazê um assentamento. Aí começemo a negociá, porque num tinha água, num dava estrutura suficiente pra tê as pessoa que tava ali que era demais. Aí chegô um certo ponto que o governo Álvaro Dias e os Atalla já tinha uma briga com essa terra aqui. Daí quando chego um certo dia já tinha 47 família aqui e mais 87 que é Adecem e outro grupo de 30 família, mais eles tava segurano o embalo porque eles queria outra coisa que era uma política que tinha no meio, que tinha os grande arrendatário aqui, que prantava arrois né. Aí chegou um certo dia o governo falô assim: Olha não tem área arrumada pra vocês, e a única oportunidade que eu tô veno é Querência do Norte, se tiverem coraje, só que lá tem fazendero, jagunço. Daí a gente falô: nós que já tamo lascado e sofrido qualque coisa serve, desde que nós tenha um aval pra podê i lá. E assim viemo oíá, eu e mais dois cumpanhero, pelo menos

pa vê se tinha água. Aí voltando pra lá a gente comunico o grupo, falô como é que era, pelo menos lá a água é fácil de fazê um poço, é uma água boa e limpa, e eu nunca vi um lugar tão plaino como é Querência do Norte. Só tem uma dificuldade: já tem gente agrupada lá, mais a área é bastante grande, cabe nós e mais um poco. Aí tinha que campιά recurso pra vim, porque eles disse, vocês vão pra lá, mais eu num ajudo com recurso nada, vocês se virem. Aí a gente foi campιά nas entidade recurso, arrumá um dinheiro que dava o ônibus ou caminhão pa podê vim. Daí a gente veio e se instalemo aí, ocupemo a curva aqui na curva da estrada, nesse matinho e fiquemo ali, porque os arrendatário tava cheio de produção, tava cabano de cuiê as lavora. Aí começô a divisão de grupo, aí os Capanema foram na parte de baixo, que é na beira do rio lá em baixo, e nós do Grupo Reserva ficô nesse meio, Castro ficô num outro mais adiante, e Amaporã ficô aqui no começo que entra na área.

Após a retirada das lavouras pelos arrendatários, quando as famílias começaram a ocupar suas áreas para plantar, o “proprietário” da fazenda colocou 4.500 cabeças de gado na fazenda para alegar que era produtiva. Esse gado entrava na plantação provocando um grande estrago; as famílias tentaram negociar. Sem resultado e diante das dificuldades de alimentação, chegaram a uma conclusão, como afirma o Sr. Benedito Gomes: “O pessoal já tava mesmo passano necessidade, o gado vinha pra comê a roça, a turma comia ele tamém, né” (GOMES, 2001).

Diante dessa posição por parte das famílias, o Estado começou a tomar providência algum tempo depois. Nessa conjuntura havia o empregado (capataz) que ainda permanecia na fazenda e que tomava conta do gado. Esse indivíduo começou a alegar que as famílias assentadas estavam vendendo os animais, e segundo o entrevistado, isso não estava acontecendo por parte das famílias que estavam na fazenda. Poderia estar acontecendo, mas por parte de outras pessoas, que se aproveitaram da situação conflituosa para

tirar benefício próprio, vendendo o gado que se encontrava solto. E assim a culpa recairia sobre as famílias acampadas. Por consequência desse episódio, as famílias sofreram ação de despejo, e alguns foram presos, inclusive o Sr. Benedito Gomes, causando um problema que teve na época repercussão na imprensa estadual, como informa a reportagem da figura 46.

## Sem-terra e militares foram libertados depois de 26 horas

No dia 8 de junho, o Município de Querença do Norte, ficou conhecido como 'município Querença do Norte' recebeu mais de 500 policiais, 20 viaturas, 12 ônibus, carros de bombeiros e ambulâncias. Parecia um campo de batalha. Além do grande número de repórteres de diversas Emissoras de Televisão e Jornal Imprensa. Por trás de todo este grande movimento, existia muita tensão de toda população. Pois não sabiam como seria o final deste episódio.

O motivo de toda tensão, é que no dia 8, por volta das 13 horas, foram detidos quatro sem-terras, Maria Júlia da Silva, 42 anos, de Amaporá; Benedito Gomes, 36, de Reserva; Albino Cloth, 34, de Castro. Os três com prisão preventiva decretada. E o quarto foi autuado em flagrante, Avelino Macedo, 33 anos.

Os outros sem-terras aguardavam presos nas 20 cabides oficiais de seus companheiros. Na parte da tarde eles foram informados de que os sem-terras iam conversar com o juiz da Comarca de Loanda, enquanto que na verdade eles estavam sendo removidos para a delegacia do município.

Os sem-terras do acampamento, todos revoltados com a prisão dos quatro companheiros, invadiram a delegacia de Querença do Norte, e tomaram de reféns, um cabo da Polícia Militar, Pedro Hermógenes, 46, Prícles da Silva, 29, e Claudete de Oliveira Marães, 24. Junho com os policiais foram os seus 4 revólveres, uma escopeta e uma carabina.

Os militares ficaram durante a rodada de negociação nas barracas dos sem-terras.

O motivo da prisão preventiva dos sem-terras, foi por desobediência a uma intimação para depor na Delegacia de Polícia local, onde são acusados do roubo de mais de 500 cabeças de gado.

### NEGOCIAÇÃO

A primeira rodada de negociação, foi pelo chefe do escritório regional do ITCF de Paranavai, Sérgio da Silva Pereira, que vinha negociando com os sem-terras desde a uma hora da madrugada do dia 9 de junho. Mas a maioria dos sem-terras, decidiu só saltar os militares após uma garantia, que seus líderes seriam também libertados.

Na manhã deste mesmo dia, o juiz Roberto Ferreira do Valle, e promotor João Péricles Goulart, militares e representantes do ITCF, se reuniram no Fórum de Loanda. Desta reunião resultou que o representante do ITCF, voltaria no acampamento e colocaria a posição dos militares, em resguardar seus homens, nem que isso exigisse o uso da força. Não adiantou a ameaça. Foi então preciso a presença do diretor de Terras do ITCF, Agostinho Zucchi e o líder do Movimento dos Sem-Terras do Paraná, Roberto Baggio. Também marcaram presença no acampamento líderes da Igreja, os Freis Wilmar Santini e Gerli Lima, ambos da Paróquia de Paranavai.

Todas estas autoridades, tentaram uma negociação pacífica junto aos sem-terras. Durou várias horas, mas valeu toda demora, pois teve um final feliz, por volta das 17 horas do dia 9 de junho.

Tudo este esquema forte tinha como objetivo resguardar os militares. Mas os reféns foram libertados antes da chegada da tropa da PM ao acampamento. Também nas mesmas horas da libertação dos militares, aconteceu a libertação dos sem-terras na delegacia de Loanda.

Tudo voltou ao normal. Mas a população querençiana não está tão tranquila e confiante. Pois continuam as incertezas que outros episódios poderão acontecer. Já que a Fazenda está sub-Judice, no Tribunal Federal de Recursos.

QUAL É A VERDADE?

Uma coisa não ficou clara: Por um lado os sem-terras, dizem que não roubaram o gado, que estão registrados nos livros de ocorrências policiais. E por outro lado as "juacas" existem e muitas. Quem é o verdadeiro culpado?

Quanto será que foi gasto pelo Governo, para mandar toda esta tropa? No momento em que estamos passando por uma crise e os governos dizem que não há verbas?

Será que eram necessários tantos carros e tantos homens? Que apenas um bom diálogo resolvesse esta questão? Qual é a verdade? O povo quer saber...

Figura 46 – Reportagem sobre prisão de acampados na fazenda Pontal do Tigre  
Fonte: Histórico de Querença do Norte [1985?].

Durante o período de acampamento, muitas foram as dificuldades enfrentadas por essas famílias, em todos os sentidos: moradia, alimentação, perseguição etc.

A legalização do assentamento Pontal do Tigre saiu no ano de 1995. Contando a partir das primeiras ocupações, no ano de 1987, foram 8 anos de espera por parte das famílias para serem donas legais de seu pedaço de chão.

A Fazenda Pontal do Tigre foi dividida seguindo um critério de agrupamento das pessoas, conforme o grupo de ocupação a que elas pertenciam. Esse grupo, normalmente, levava o nome da localização da região do Paraná de onde vieram. Desta forma, dentro da fazenda existe o assentamento do Grupo Reserva, Grupo Adecom, Grupo Amaporã, Grupo Capanema, Grupo Castro e Grupo União. A grande extensão da propriedade facilitou essa divisão.

Posteriormente à ocupação da Fazenda Pontal do Tigre, no ano de 1994, ocorreu a primeira tentativa de ocupação da Fazenda Porangaba. Essa tentativa não teve êxito, porque era um grupo pequeno de famílias, que não possuía experiência em ocupação. Ocuparam, e no mesmo dia foram retirados do local pela polícia. Em 1995 esse mesmo grupo, agora maior e organizado, com cerca de 400 famílias, ocupou pela segunda vez a área. Os acampamentos foram feitos na sede da fazenda. Segundo Edilsom Aparecido Pereira Peixoto<sup>31</sup>:

Fizemos acampamento na sede, a área já era desapropriada pelo governo federal, já tinha decreto de desapropriação, mas não saía a área, ficamos ali, um amontoado em cima do outro, 400 famílias. Virou uma pequena cidade dentro de outra, porque não tinha recurso nenhum, pra comprá lona, pra comida, não tinha nada de saúde, remédio, e doença de tudo quanto era jeito nas crianças, porque era beira de rio, tinha aquele mosquito da leishmaniose, tinha bastante, começou dá nas

---

<sup>31</sup> Edilsom Aparecido Pereira Peixoto, conhecido por Peixoto, é assentado no assentamento Chico Mendes, antiga Fazenda Porangaba. Concedeu-nos a entrevista dia 2-6-2001, em sua residência.

crianças, foi um problema sério mesmo. Quando nós entramos aqui, essa fazenda já tinha sido desapropriada pelo governo federal por improdutividade, ela ficou abandonada muitos anos, sem ninguém pagar imposto, então nós aqui em Querência, que éramos nascidos aqui, nem sabíamos da história dessa fazenda, lá em Brasília já tinham desapropriado a fazenda, e estava aqui a fazenda usando uma coisa que não era mais dela porque o governo já tinha desapropriado. E depois dessa então, apareceu vários outros fatos que tinham desapropriado em Brasília, mais as autoridades do Estado não chegava com esse decreto aqui pra chamá, vamos dizer assim, pra selecioná as famílias pra assentá. Enquanto não foi feita a ocupação pelo MST, não se foi mostrado a verdade.

Afirma Edilsom que durante o tempo desse acampamento os grupos estiveram envolvidos em outras ocupações, porque 400 famílias não caberiam na área. Por mais bem-dividida que fosse, seriam apenas 60 famílias que ali iriam permanecer. Então dali saíram grupos que foram para a Fazenda Saudade, em Santa Isabel do Ivaí, grupos que foram para a Fazenda Porangaba II, e grupos que se deslocaram para a Fazenda Monte Azul, sendo as duas últimas em Querência do Norte.

Em contrapartida, a proprietária da Fazenda Porangaba, Sr<sup>a</sup> Anastácia Basilícia de Camargo Ferraz, lutava na justiça para que não ocorresse a desapropriação da mesma para fins de reforma agrária, afirmando que a área era produtiva, e que a vistoria que o Incra tinha realizado não passava de um “erro grosseiro”. A reportagem da figura 47, destaca esse episódio de batalha judicial.

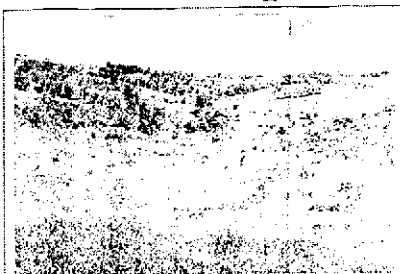
# Dona de fazenda pede nova vistoria

**A Forquilha é uma fazenda produtiva, garante a dona. Ela diz que o laço errou**

Cláudio Nunes

Querência do Norte, 14 de maio de 1995 (Folha de Pernambuco). A fazenda Forquilha, situada pelo governo federal no município de Santa Cruz, em Pernambuco, foi desapropriada em 1969 por meio de uma lei que criou o Parque Nacional de Quererência do Norte. Há 26 anos, a fazenda é produtiva e mantém um bom nível de conservação. No entanto, há alguns meses, a fazenda foi desapropriada novamente, desta vez pelo governo estadual, sob o argumento de que o laço de desapropriação do governo federal errou.

Segundo a dona, a fazenda é produtiva e mantém um bom nível de conservação. Ela diz que o laço de desapropriação do governo federal errou e pede uma nova vistoria. Segundo a dona, a fazenda é produtiva e mantém um bom nível de conservação. Ela diz que o laço de desapropriação do governo federal errou e pede uma nova vistoria.



A área de Forquilha, há cerca de 200 hectares de mata nativa e 130 alqueires de marinha

## Santa Casa apóia fazendeira

Landreia Tel. Sarcinell de Oliveira. No dia 15, a Santa Casa de Lisboa enviou uma comissão ao Município de Alqueire, formada por representantes da Associação de Agricultores de Santa Cruz, para a Fazenda Forquilha, que há cerca de 200 hectares de mata nativa e 130 alqueires de marinha.

que possui uma queda de água que pode ser aproveitada para a produção de energia elétrica. A fazenda é produtiva e mantém um bom nível de conservação. Ela diz que o laço de desapropriação do governo federal errou e pede uma nova vistoria.



Landreia, a filha. A área pertence ao pai da creche

## Creche é da Prefeitura

Querência do Norte. A Associação de Produtores de Pernambuco e Instituto Quererência do Norte, que a dona de Forquilha possui, está em processo de desapropriação. Segundo a dona, a fazenda é produtiva e mantém um bom nível de conservação. Ela diz que o laço de desapropriação do governo federal errou e pede uma nova vistoria.

Figura 47 – Reportagem sobre a desapropriação da fazenda Forquilha. Fonte: Nunes [1995?].

A desapropriação dessas fazendas faz de Reforma Agrária em Querência do Norte só ocorreu depois do seguinte episódio, conforme relata Edilson Aparecido Pereira Peixoto:

Depois de um conflito muito forte que a polícia fez em Santa Isabel do Ivaí, o governo do Estado Jaime Lerner e o secretário Cândido Martins mandou a polícia atirar nuns 50 trabalhadores que estavam acampado na Fazenda Saudade, o próprio secretário de segurança ligou para o comandante, e falou: atira na perna deles. Nós tivemos a oportunidade de acompanhar parte da negociação com o secretário de segurança. Nesse conflito na Fazenda Saudade em Santa Isabel, saíram 17 pessoas feridas a tiro pela polícia militar. Depois que o gover-

no estava com aquele monte de feridos, pessoas que ficaram paralisadas, uns perderam a perna, outros perderam o movimento do braço, porque foi atingido a coluna, o governo do Estado naquela época se obrigou a pressionar o governo federal fazer a reforma agrária em Querência, que até então só tinha uma área assentada em Querência, com emissão de posse, que era a Pontal do Tigre. Isso foi em novembro de 95. Essa Fazenda Saudade foi desapropriada junto com a Porangaba I aqui, na época, e voltou pra mão do fazendeiro. Devido esse conflito, o governo se obrigou a fazer reforma agrária aqui na região, tinha mais ou menos mil famílias aqui (PEIXOTO, 2001).

Segundo o entrevistado, esse conflito, gerou uma polêmica em nível nacional em relação à reforma agrária na região, e infelizmente esse episódio contribuiu para o andamento das negociações, visto que entidades de direitos humanos, inclusive internacionais, condenaram a ação do governo do Estado do Paraná, em ter travado uma batalha de policiais armados contra trabalhadores desarmados.

Desde o período das primeiras ocupações em Querência do Norte o município se tornou conhecido em nível estadual e até nacional, pelos casos de violência contra trabalhadores rurais.

Em entrevista, o Sr. Celso Anghinoni<sup>32</sup> relata os acontecimentos sobre perseguições e violências em oposição aos assentados:

Os fazendeiros e o governo têm se unido pra impedi o avanço da organização do MST, e uma das formas que eles tem colocado em prática pra impedi o avanço do Movimento Sem Terra, o avanço da conquista da terra foi a perseguição nas lideranças, e foi a violência. Por um lado o governo fecha os olhos perante as milícias armadas, que os fazenderos têm criado, e atuado. Tanto é que várias áreas nossas foram despejadas de

---

<sup>32</sup>O Sr Celso Anghinoni é assentado no assentamento Pontal do Tigre, concedu-nos a entrevista no dia 16-3-2002.

forma violenta por homens fortemente armados, por pistoleiros. Isso tem sido denunciado, a própria imprensa teve aqui na região, noticiô isso, e o governo e a justiça não têm tomado nenhuma iniciativa. Nesses últimos anos a justiça, o governo, os fazenderos tem perseguido sistematicamente os trabalhadores. É só analisá o número de companheiros, de lideranças que foram presas nesses últimos anos, dois anos e meio. Aqui na nossa região em torno de 200 pessoas foram presas de forma irregular. Teve companheiros que passou mais de 100 dias preso e sem nenhuma argumentação. Eu fiquei 35 dia preso, depois dos 35 dia que a juíza mandô chamá, e daí eu dei o depoimento lá, as próprias pessoas que o fazendero colocô de testemunha contra nós falô que nem sequer nos conhecia. Então a juíza falô, então você tá solto, depois de 35 dias. Mais a forma mais brutal foi os assassinatos dos companheiros, mataram o Sebastião Camargo Filho lá em Marilena, mataram Sétimo Garibaldi na Fazenda São Francisco, num violento despejo, também mataram o Tiãozinho na Fazenda Água da Prata e também mataram meu irmão, que na verdade era pra ter sido eu. Eu era o perseguido, os fazenderos da UDR e os capangas da UDR já tiveram a minha procura, e também do Pedro Cabral, Delfino. Então tá muito claro pra nós que os assassinatos são ligados um aos outros. Além de toda essa perseguição, dos assassinatos, todos os processos são articulados não no nome dos ocupantes, mais sim em nome das lideranças da organização, mesmo que não esteja nem participando da ocupação de área.

Então nós não temos medo de afirmar que a UDR está por trás das matanças de sem-terra.

De maneira geral, o processo de luta pela terra em Querência do Norte incorpora problemas relacionados à área do município e também problemas de outros municípios vizinhos ou mais distantes. No que se refere a problemas locais, ganham destaque histórico, no processo de luta, as ocupações das fazendas Pontal do Tigre e Porangaba, ocorridas em meados da década de 80 e no ano de 1994, respectivamente. Fora do âmbito local, mas que vão in-



terferir na dinâmica dos conflitos, se destacam ocupações de terra ocorridas no município de Santa Isabel do Ivaí e, principalmente, a questão da desapropriação de terras para a construção do reservatório de Itaipu. A questão de Itaipu, a propósito, tornou-se referencial da luta pela reforma agrária não só de Querência, mas de todo Paraná e boa parte do Brasil, tanto que a própria origem do MST, enquanto movimento organizado, aparece relacionada à problemática dos “excluídos de Itaipu”.

Posteriormente, foram surgindo as novas ocupações e as novas desapropriações, as quais, em relação a Pontal do Tigre, do ato da ocupação até a data de emissão de posse das áreas não demandaram um tempo muito longo de espera. O fato gerou então os novos assentamentos no município, sendo 7 (sete) durante o desenvolvimento dessa pesquisa, os quais, organizados por ordem da data de emissão de posse, são: Pontal do Tigre, Chico Mendes, Che Guevara, Margarida Alves, Luiz Carlos Prestes, Zumbi dos Palmares e Santana.

#### 4.5 OS ASSENTAMENTOS E A NOVA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM QUERÊNCIA DO NORTE

Segundo Bergamasco e Norder (1996), a expressão assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto histórico da Reforma Agrária Venezuelana, em 1960, e posteriormente difundiu-se para outros países. Aqueles autores afirmam:

De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou

com pouca terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 1).

Como o seu significado está relacionado à fixação do trabalhador no campo, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida em comunidade.

Na teoria, a conquista da terra está aliada à infra-estrutura necessária para uma vida digna de um cidadão no meio rural, sendo: na área social, saúde, educação, moradia e transporte; e na área produtiva: terras férteis, assistência técnica, eletrificação rural e apoio a créditos bancários. Mas na prática a realidade dos assentamentos é outra, no que se refere a incentivos para que o trabalhador permaneça no campo, e nas condições de infra-estrutura. Dessa forma, além da luta pela terra, há também a luta pela sobrevivência e para manter-se sobre ela.

Em seu processo de formação e territorialização, o MST constituiu uma estrutura organizativa multidimensionada em setores de atividades. A luta pela terra é uma luta de resistência e no seu desenvolvimento, desde os trabalhos de base até depois da conquista da terra, desdobram-se outras lutas. Os sem-terra não são apenas excluídos da terra, também são excluídos de outros direitos básicos da cidadania. Dessa forma, procuram derrubar outras cercas além das cercas do latifúndio. E para conquistarem seus direitos, dimensionaram a luta pela terra em luta por educação, por moradia, por transporte, por saúde, por política agrícola, enfim por uma vida digna (FERNANDES, 2000, p. 222).

Tentando sanar essas dificuldades, a organização interna dos assentados nos assentamentos em Querência do Norte faz com que o pequeno agricultor consiga trabalhar a terra mesmo despossuído

de capital para investimento.

Segundo depoimento do Sr. Celso Anghinoni<sup>33</sup>, as áreas nos projetos de assentamento, são divididas em núcleos. Como primeiro passo, quando o indivíduo entra na organização do MST em Querência, isto é, é assentado, ele passa a participar de um núcleo. Faz parte de um núcleo de 8 a 15 famílias, e este possui um coordenador. Duas a três vezes por ano, ou quando se faz necessário, os coordenadores dos núcleos reúnem-se para fazerem um planejamento da organização nos núcleos, quando vários, assuntos como novas ocupações, produção dos assentamentos, saúde, educação etc. são discutidos e analisados pelos coordenadores.

Quando o governo libera os recursos, estes são repassados aos núcleos. Se uma família não aplica bem esse recurso, ele não volta mais para aquele núcleo. Então, trabalhar dessa forma faz com que: se alguma família encontrar dificuldade para empregar o seu recurso, esta seja ajudada pelas demais famílias. Dessa maneira o núcleo cresce de forma equilibrada<sup>34</sup>.

No período em que existia uma grande concentração de famílias acampadas no município, segundo o Sr. Celso Anghinoni, havia, por parte da coordenação e das famílias assentadas, uma solidariedade para com estas famílias. Aqueles ajudavam, da maneira como podiam, aqueles que ainda se encontravam sob a lona. Essa solidariedade era repassada às famílias no momento em que eram assentadas e passaram a fazer parte da organização do MST.

---

<sup>33</sup> O Sr. Celso Anghinoni faz parte da coordenação dos assentamentos, e seus relatos sobre a organização interna dos mesmos foram concedidos em entrevista no mês de novembro de 1998. No dia 16-3-2002 o Sr. Celso nos confirmou em nova entrevista que houve algumas mudanças dentro da organização dos assentamentos nesse período. As principais mudanças ocorreram no que se refere à educação na escola dos assentamentos, onde cada vez mais procuram melhorar o ensino-aprendizagem das crianças assentadas, como também a capacitação dos educadores.

<sup>34</sup> Segundo o Sr. Celso Anghinoni, atualmente (2002) o governo está impondo a individualização dos recursos. E há divergências na aceitação da nova proposta dentro dos núcleos. A organização do Movimento Sem Terra é contra, porque em forma de núcleo é mais fácil “salvar” o assentado que tem dificuldade de administrar o seu lote.

Em 1998, o número de famílias à procura de terras no município estava aumentando, e toda semana a organização recebia uma quantia de famílias que os procuravam para cadastrar-se, ou já iam direto acampar. Segundo o entrevistado Sr. Celso Anghinoni.

A organização dos assentamentos tem mais de 1.700 famílias já em cima de uma dessas áreas, e conforme as áreas vão legalizando, nós vamos deixando a quantia que comporta a área, e o restante que sobra, os excedente já vai pra uma outra área (ANGHINONI, 1998).

Toda família que está acampada em determinado local é conscientizada pelo Movimento. Se a área for pequena e não couberem todos, ela terá que seguir caminho acampando. Os critérios para que as famílias que estejam acampadas recebam a terra quando sai a emissão de posse são estabelecidos pela própria organização, por exemplo: tempo de acampamento, participação na luta etc. Também é levado em conta o comportamento da família durante o acampamento. O tamanho dos lotes para cada família também é definido pela organização, conforme depoimento do Sr. Celso Anghinoni:

Essa questão do tamanho do lote, nossos critérios, com os critérios do governo, são diferentes. E aqui nessa região quem manda é a organização, não é o governo que vem implantá as coisas aqui, é nós que definimos e eles tem que aceitá isso, porque nós fazemos as coisas com os pés no chão, umas coisas assim com segurança, nós sabemos o que estamos fazendo, né coisa de gabinete. Se nós pegarmos os assentamentos que o Incra tem feito, o governo do Estado, tomado as iniciativas por eles, nós vamos perceber que só fizeram bobagens. Quando o Incra desapropria uma área de mil hectares, senta 4, 5 técnicos do Incra lá num gabinete, monta todo uns

quadrinhos, chega lá na área, fazem uma seleção. A seleção do Incra é um discarte do povo, eles começam a enchê o cara de pergunta, e depois fazem uma pontuação, e quem recebeu o maior número de pontuação pega terra, quem não recebeu deixa fora, e aqui os coitado num tem veis. Solteiro pelo Incra não pega terra, eles argumentam da seguinte forma: você tem que analisá o seguinte: esse cara é solteiro, ele num pode tomá o lugar de um pai de 10 filhos.

Nós falamos: sim senhor, só que daqui 10 anos como é que fica? As veis quem tá solteiro pode tê 5, 6 filhos e quem tá casado com 10 filhos, daqui 10 anos pode tá sem nenhum, todos casô, e daí como é que vai revertê esse quadro. Então nós não tem distinção entre solteiro e casado. Outra questão que nós levamos muito a sério é a vivência da pessoa na comunidade, da participação.

Nós aqui estabelecemos três pontos, como a gente define o módulo: tipo de solo, região, e proximidade dos grandes centros. Se o solo é bom, um solo forte, o tamanho do lote é um, se o solo é mais fraco é outro, solo mais pobre, lote maior, solos mais forte o lote é menor. Então são critérios que há uma diferença muito grande, entre o Incra fazê uma avaliação de uma pessoa e nós (ANGHINONI, 1998).

Cabe ressaltar que esta é uma organização interna do Movimento, sem interferência do Incra.

Outro fator importante da organização interna dos assentamentos do município é a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda (Coana), que conforme o entrevistado é uma cooperativa diferente das tradicionais; porque quem trabalha para o funcionamento da cooperativa são os próprios assentados que trabalham voluntariamente, e salário só é pago para o corpo técnico que é contratado. Esses voluntários que dispõem de mão-de-obra para a cooperativa, ou para a organização, recebem ajuda de seus núcleos para manter-se.

Detalhe importante para ser destacado é que a organização interna dos assentamentos, como um todo, é dividida em setores. Há

o setor de produção, que é responsável para cuidar da produção; o setor técnico, que é responsável para fazer estudos, projetos e deliberação de recursos; o setor de educação, que se responsabiliza por toda a parte educacional; e por último há o setor chamado frente de massa, que é responsável pela parte considerada “mais arriscada”, que são as ocupações de novas áreas.

Nos assentamentos, há grupos que trabalham coletivamente, mas em menor quantidade. A maioria procura trabalhar individualmente. Mas é importante destacar que implementos para uso agrícola, na sua maioria, devido ao alto valor, são comprados coletivamente através dos núcleos, e dependendo do implemento, se de valor mais alto, só é comprado através da cooperativa.

Os assentamentos produzem as culturas de subsistência, e a pecuária com produção de leite é a maior fonte de renda para quase todos os assentados.

Segundo os depoimentos coletados, no que se refere à educação, sempre foi uma preocupação por parte dos assentados que nenhuma criança ficasse fora da escola. As primeiras escolas foram improvisadas. Então,

Cada grupo construiu uma escola de emergência, sendo que essas escolas todas foram feitas de pau-a-pique e cobertas de sapé. Os bancos eram improvisados também de pau-a-pique. Não tínhamos material pedagógico suficiente. As professoras foram escolhidas entre os grupos, a maioria não tinha magistério ou uma qualificação, trabalhavam de forma voluntária, sem nenhum tipo de remuneração. A partir dessa deficiência, e da necessidade de melhoria na estrutura física e pedagógica, nas reuniões internas de coordenação, o assunto educação tornou-se prioritário. Depois de muita discussão houve um consenso de se construir uma escola centralizada que oferecesse um ensino de qualidade a todos os grupos assentados e as localidades vizinhas (ANGHINONI, 2002).

A partir de 1995, os assentamentos contam com duas escolas centralizadas, uma de educação infantil à 4ª série, denominada Escola Rural Municipal Chico Mendes, e uma da 5ª à 8ª série, denominada Centrão, ambas no mesmo espaço físico. Mas reconhecem que na questão pedagógica ainda existem algumas dificuldades.

Em outro depoimento ocorrido no dia 16-3-2002, o Sr. Celso Anghinoni afirmou que mudanças ocorreram na organização interna dos assentamentos do ano de 1998 para 2002. Sanaram-se muitas dificuldades, principalmente no setor da educação, onde a qualidade do material pedagógico oferecido às crianças melhorou muito, em relação a anos anteriores, como também a capacitação dos profissionais ligados à educação nos assentamentos.

Com isso, procuramos relatar o sistema de organização interna dos assentamentos do município de Querência do Norte.

Essa forma de organização faz com que a produção do assentado seja maior, conseqüentemente a sua renda, porque esta vai influenciar diretamente no comércio da cidade, e também no conceito das pessoas sobre os assentamentos.

A partir da reforma agrária desenvolvida no município e a implantação dos assentamentos, as opiniões da população divergem quanto à chegada do MST. Alguns concordam.

O comércio ganhou muito com os sem-terras, o comércio, não adianta querer dizer que não, porque é uma realidade, o comércio ganhou muito. Porque os sem-terras que são organizados, eles produzem, eles construíram as casas, têm casinhas lindíssimas, com parabólica, com luz elétrica, água, a horta, o jardim e o pomar.

Outros discordam:

A entrada do movimento sem-terra não foi muito bom não, principalmente pra lavoura de arroz, que aqui era a capital do arroz né, então essa 29 que eu falei era toda arrendada pelo povo de Querência do Norte, pelos moradores daqui, então eles tinham arrendamento e plantavam arroz, aqui na época das colheitas de arroz o asfalto aqui era tudo cheio, eles secavam o arroz na rua, no asfalto, e muito dinheiro, nossa, o comércio era uma abundância. No fim os sem-terra vieram, começaram a tomar as terras, invadiram e tirou essas pessoas da terra e muitos foram embora, então foi um atraso para Querência, eu acho que foi um atraso. Querência do Norte já é o fim da etapa, é a última cidade antes do rio Paraná, ela teve um grande atraso econômico com a invasão dos sem-terra, eu achei que não foi bom não. Eles invade as terra, invade as casas dos fazendeiros, isso aí é uma calamidade, eles vem na cidade manda fechar o comércio, fecha a prefeitura, fecha banco, se acampam na praça, ficam alí. Agora faz tempo que eles não faz isso, mas no começo era assim, e o povo então no início começou a dar força pra eles, achavam que eles tinham todo o direito, mas agora eles tão abusando também, tão abusando demais.

Mas independentemente das opiniões, contrárias ou a favor, o Movimento vem construindo sua história e organizando-se espacialmente, através dos assentamentos, não só no município, como em toda a Região Noroeste do Paraná.

Querência do Norte possui 7 assentamentos (durante o período de conclusão da pesquisa), os quais foram utilizados como objetos de investigação.

As figuras seguintes nos dão uma idéia de como é a distribuição dos lotes no interior de cada assentamento, como também a distribuição espacial dos assentamentos no município. Cabe ressaltar que esses croquis são materiais originais do Incra, e que devido a reduções, alguns números que identificam o número de cada lote no interior de alguns desenhos não estão legíveis.

Os projetos de assentamentos são:



- Projeto de Assentamento Pontal do Tigre: localiza-se no Sul do município; partindo da sede municipal em sentido ao Porto Felício, percorrem-se 7 Km para chegar ao imóvel. Foi a primeira área no município a ser ocupada pelo Movimento Sem Terra, na fazenda de mesmo nome. Possui uma área total de 8.096,10 hectares, e desse total 2.048,20 hectares são de exploração coletiva. Possui uma área comunitária de 25,40ha, e como reserva legal, uma área de 758,99ha. O decreto de desapropriação da fazenda saiu em 4-3-1995 e o auto de emissão de posse em 22-10-1995. Possui 336 famílias assentadas.

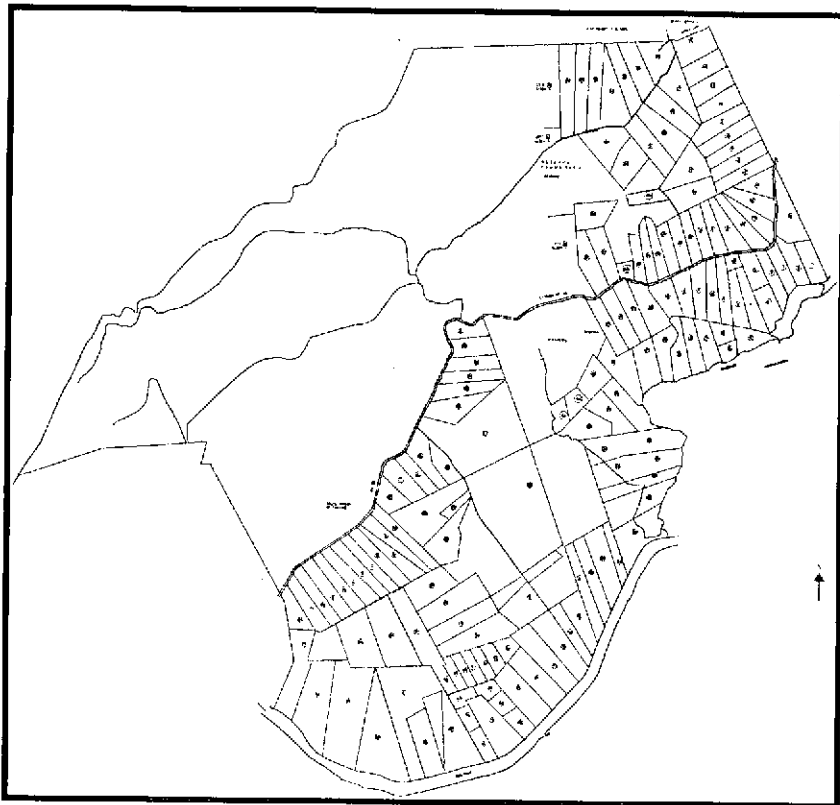


Figura 48 - Croqui do Projeto de Assentamento Pontal do Tigre

Fonte: Inkra (2000).

Organização: HARACENKO, Adélia.

- Projeto de Assentamento Chico Mendes: localiza-se no Norte do município, e partindo da sede da cidade em direção ao Porto Brasília, percorrem-se 10 Km até a sede do assentamento. Foi a segunda área no município a ser ocupada, na antiga fazenda Porangaba. Possui uma área total de 2.296,50 hectares, 10,10ha de área comunitária, e 576,00ha de reserva legal. O decreto de desapropriação da fazenda saiu em 25-3-1995 e o auto de emissão de posse em 14-12-1995. Possui 79 famílias assentadas.

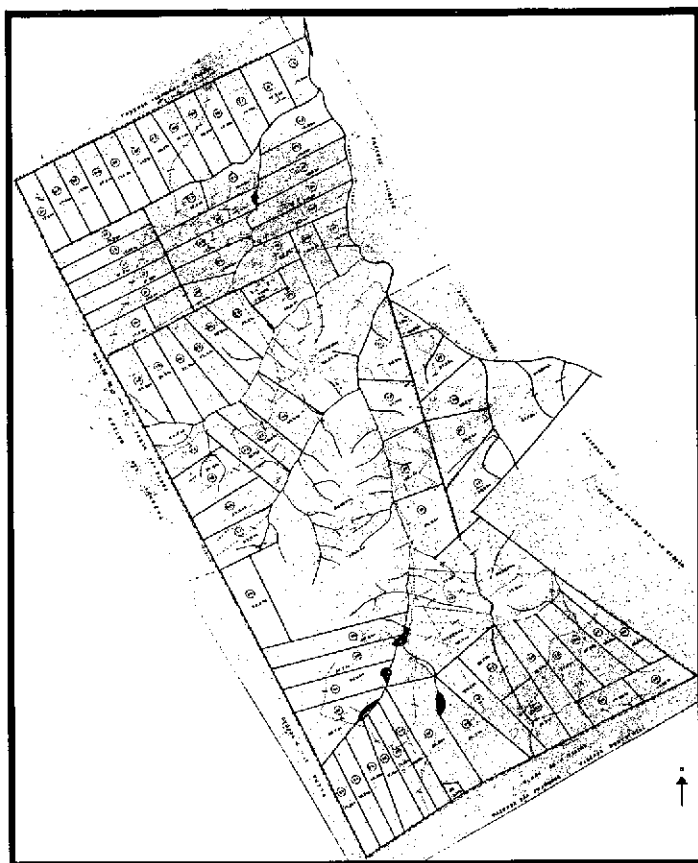


Figura 49 – Croqui do Projeto de Assentamento Chico Mendes  
Fonte: Inkra (1997).  
Organização: HARACENKO, Adélia.

● Projeto de Assentamento Che Guevara: localiza-se no Sul do município, e partindo da cidade de Querência do Norte pela PR 218, no sentido ao Porto Felício, percorrem-se 9 Km, toma-se à esquerda; percorrem-se mais 2 Km para chegar à sede do imóvel. O antigo nome da propriedade era Fazenda Sonho Real. Possui uma área total de 2.453,20 hectares, sendo que desse total 85,70ha são de exploração coletiva. Possui uma área comunitária de 11,10ha e de reserva legal 490,00ha. O decreto de desapropriação saiu em 15-1-1997 e o auto de emissão de posse em 26-6-1997. Possui 70 famílias assentadas.

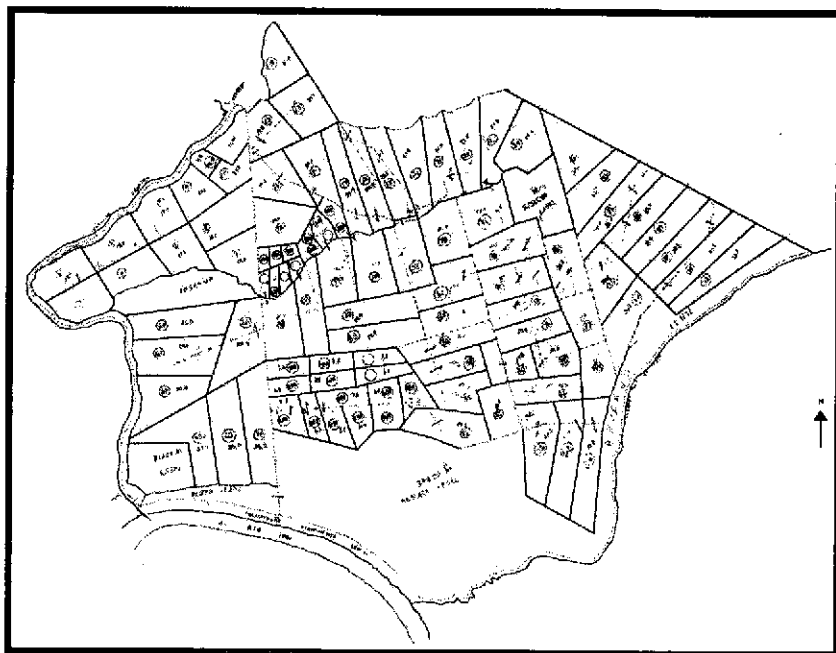


Figura 50 – Croqui do Projeto de Assentamento Che Guevara

Fonte: Incra (1997).

Organização: HARACENKO, Adélia.

- Projeto de Assentamento Margarida Alves (17 de Maio): localiza-se no Leste do município, e partindo da cidade de Querência do Norte, pela PR 218, no sentido ao município de Santa Cruz do Monte Castelo, percorrem-se 15 Km, adentrando-se no imóvel à esquerda. A sede encontra-se a 300 metros do asfalto. O antigo nome da Fazenda era Monte Azul. Possui uma área total de 556,80 hectares, sendo deste total 110,43ha de reserva legal. O decreto de desapropriação ocorreu em 24-3-1995, e o auto de emissão de posse em 24-9-1997. Possui 20 famílias assentadas.

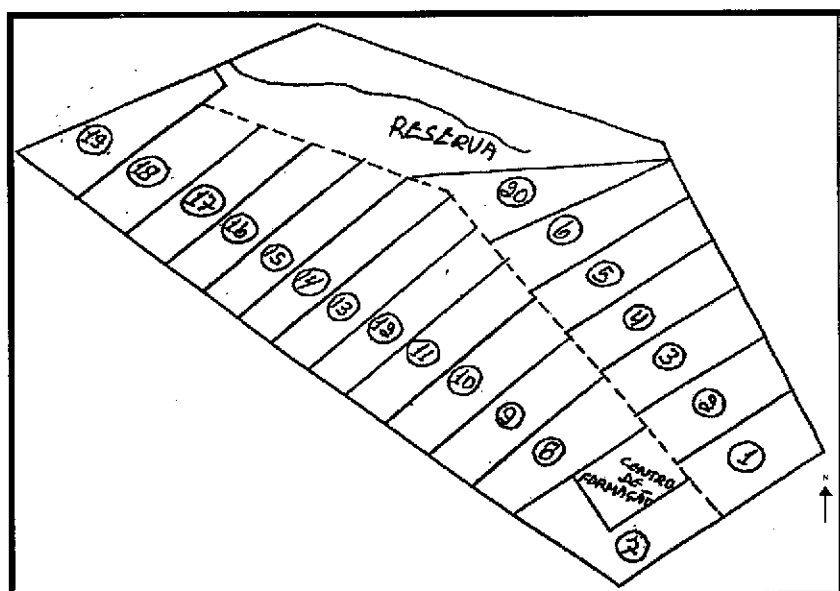


Figura 51 – Croqui do Projeto de Assentamento Margarida Alves

Fonte: Inera [1997?].

Organização: HARACENKO, Adélia.

- Projeto de Assentamento Luiz Carlos Prestes: localiza-se no Leste do município, e partindo da cidade de Querência pela PR 218, no sentido ao município de Santa Cruz do Monte Castelo, percorrem-se 10 Km e adentra-se à esquerda, até a sede do imóvel. Possui uma área total de 1.256,00 hectares, sendo 254,80ha de reserva legal. O decreto de desapropriação ocorreu em 4-11-1998 e o auto de emissão de posse em 11-2-1999. Possui 50 famílias assentadas.

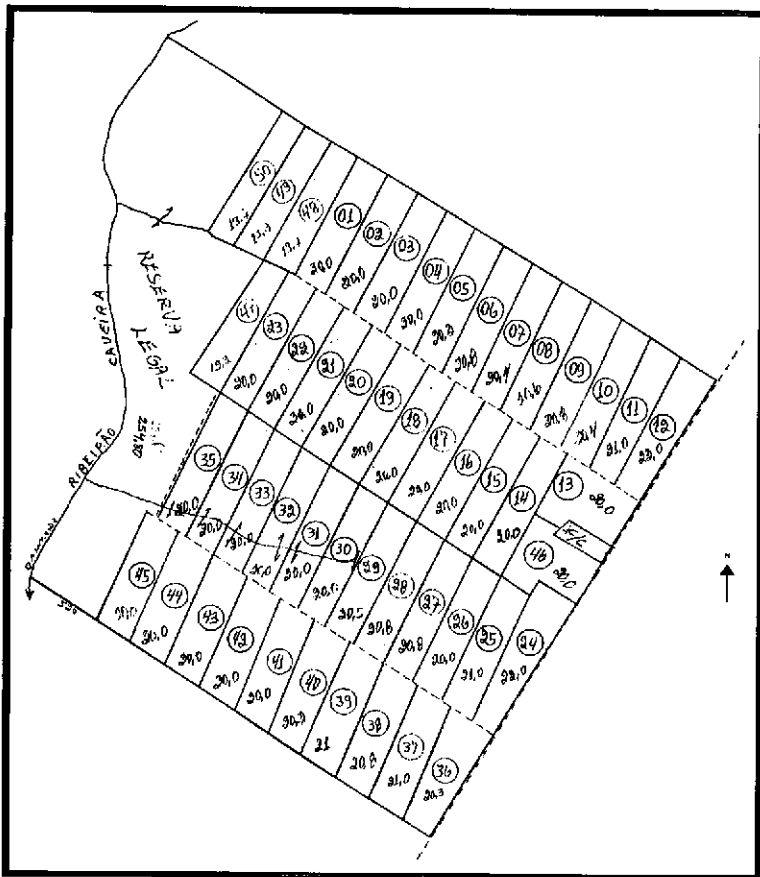


Figura 52 – Croqui do Projeto de Assentamento Luiz Carlos Prestes

Fonte: Inkra [1999?].

Organização: HARACENKO, Adélia.

● Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares: localiza-se no Sul do município, e partindo da sede do município de Querência do Norte pela PR218 sentido ao Porto Caiuá, percorrem-se 33 Km e entra-se à direita, adentrando o imóvel. Possui uma área total de 801,80 hectares, sendo 255,63ha de reserva legal. O decreto de desapropriação ocorreu em 24-1-1998, e a data de emissão de posse não constava nos documentos fornecidos pelo Inbra. Possui 22 famílias assentadas.

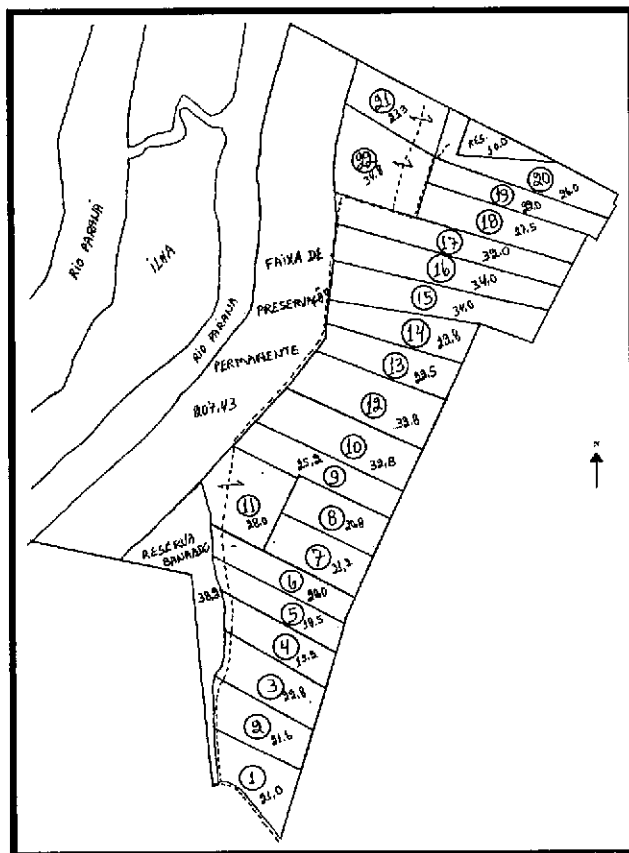


Figura 53 – Croqui do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares

Fonte: Inbra [1998?].

Organização: HARACENKO, Adélia.

- Projeto de Assentamento Fazenda Santana: localiza-se no Norte do município, e partindo da cidade de Querência em direção ao Porto Brasília percorrem-se 21 Km até a sede do assentamento. O nome da antiga Fazenda era Santa Ana. Possui uma área total de 548,82 hectares, sendo 112,60ha de reserva legal. As datas tanto do decreto de desapropriação, como do auto de emissão de posse desse assentamento não constavam no material fornecido pelo Incra. Possui 21 famílias assentadas.

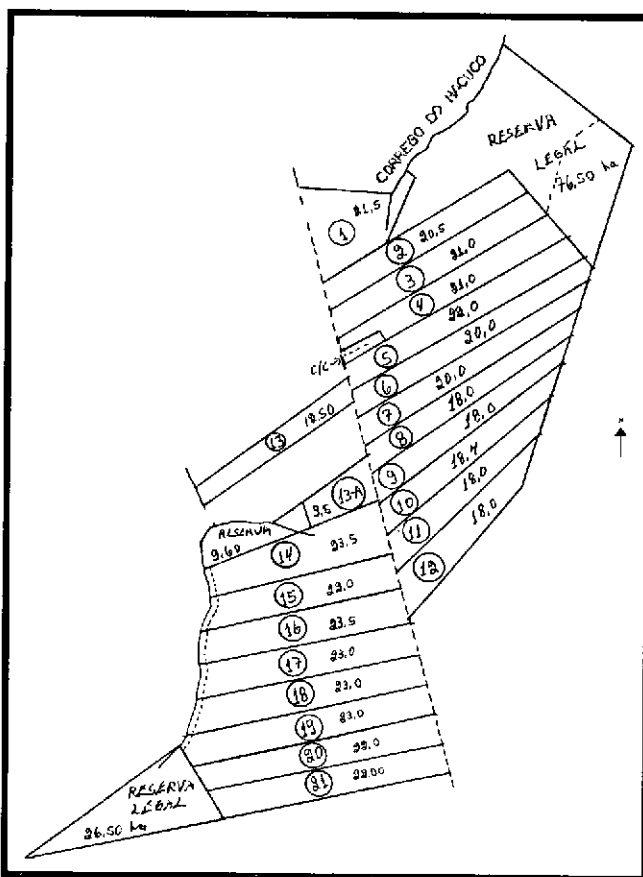


Figura 54 – Croqui do Projeto de Assentamento Santana

Fonte: Incra (2000).

Organização: HARACENKO, Adélia.

O município de Querência do Norte possui 598 famílias assentadas (dados obtidos na época da investigação da pesquisa) e distribuídas por 16.009,22 hectares de terra conforme demonstra o quadro 3, o qual apresenta um resumo dos dados dos projetos de assentamentos rurais no município.

| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ SR(09)<br>UNIDADE AVANÇADA PARANÁ<br>PROJETOS DE ASSENTAMENTO – QUERÊNCIA DO NORTE |                    |                  |            |            |              |               |          |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|------------|------------|--------------|---------------|----------|
| PROJETO DE ASSENTAMENTO                                                                                                | MUNICÍPIO          | ÁREA (ha)        | Nº FAM.    | DECRETO DE | EMIÇÃO POSSE | PORT. CRIAÇÃO | DATA     |
| 17 DE MAIO                                                                                                             | QUERÊNCIA DO NORTE | 556,8000         | 20         | 24.03.95   | 24.09.97     | 44            | 04.12.97 |
| CHE GUEVARA                                                                                                            | QUERÊNCIA DO NORTE | 2.453,2000       | 70         | 15.01.97   | 26.06.97     | 23            | 14.10.97 |
| CHICO MENDES                                                                                                           | QUERÊNCIA DO NORTE | 2.296,5000       | 79         | 25.03.95   | 14.12.95     | 80            | 18.12.95 |
| LUIZ CARLOS PRESTES                                                                                                    | QUERÊNCIA DO NORTE | 1.256,000        | 50         | 04.11.98   | 11.02.99     | 510           | 07.10.98 |
| FONTAL DO TIGRE                                                                                                        | QUERÊNCIA DO NORTE | 8.096,1000       | 336        | 04.03.95   | 22.10.95     | 79            | 19.12.95 |
| ZUMBI DOS PALMARES                                                                                                     | QUERÊNCIA DO NORTE | 801,8000         | 22         | 24.01.98   | EPCV         | 90            | 17.09.98 |
| FAZENDA SANTANA                                                                                                        | QUERÊNCIA DO NORTE | 548,8276         | 21         |            |              | 42            | 07.11.00 |
| <b>TOTAL</b>                                                                                                           |                    | <b>16.009,22</b> | <b>598</b> |            |              |               |          |

Quadro 3 – Projetos de assentamentos rurais de Querência do Norte  
Fonte: Incra [2000?].



Em Querência do Norte os assentamentos encontram-se distribuídos espacialmente conforme demonstra a figura 55.

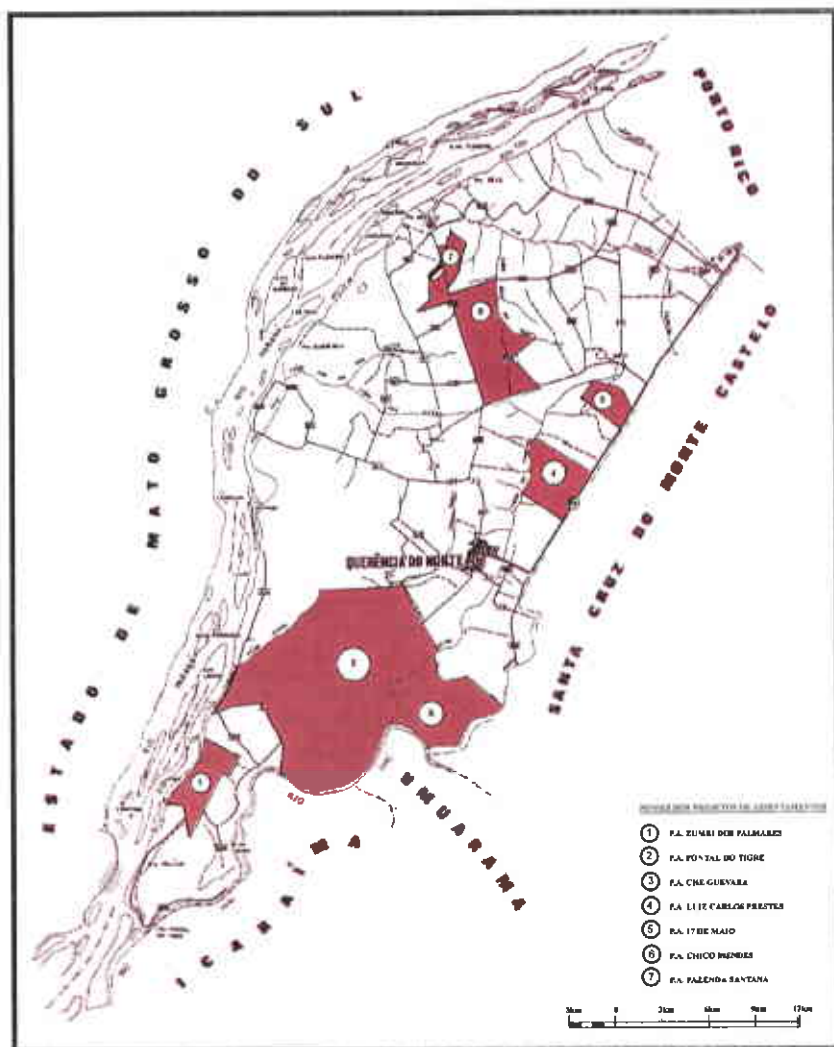


Figura 55 – Mapa do município de Querência do Norte com localização dos assentamentos

Fonte da base cartográfica: Mapa Rodoviário (1981).

Fonte da localização: Inkra [2000?].

Organização: HARACENKO, Adélia.

Dessa forma, com os depoimentos de pessoas ligadas à coordenação do MST e através dos croquis, procuramos demonstrar a organização interna e espacial dos assentamentos de Reforma Agrária dentro dos limites do município de Querência do Norte.

## 5 A HISTÓRIA ATRAVÉS DA ICONOGRAFIA

Procuramos organizar o material iconográfico, de forma que através dessas fotografias o leitor possa acompanhar as mudanças paisagísticas ocorridas no município ao longo de sua história a partir de 1950.

Esse material está organizado de maneira que as imagens mostrem como era o planejamento da empresa colonizadora Brasil Paraná, no seu escritório em Londrina, para colonizar Querência do Norte, como também o seu material de propaganda; e na sequência as imagens destacam as primeiras residências e a agricultura.



Capa de material de propaganda da colonizadora Brasil Paraná no ano de 1954  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Sede da colonizadora Brasil Paraná em Londrina  
Fonte: acervo particular do Sr. Santo Borsatto.



Escritório da colonizadora Brasil Paraná em Londrina  
Fonte: acervo particular do Sr. Santo Borsatto.



Funcionários da colonizadora

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup>. Ursula Brondani Pivetta.



Sala de trabalho da diretoria da colonizadora Brasil Paraná em Londrina

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Sala de recepção da colonizadora Brasil Paraná  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Avião de propriedade da empresa colonizadora que fazia a linha Londrina a Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Vista aérea da cidade de Querência do Norte, destacando o corte das ruas e avenidas  
Fonte: acervo particular do Sr. Santo Borsatto.



Vista aérea parcial de Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Mata que circundava a cidade, aparecendo a abertura de uma nova rua  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Enquanto eram abertas as ruas e avenidas, algumas árvores eram selecionadas para as novas construções  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.





Trator servindo como material de propaganda para a colonizadora

Fonte: acervo particular do Sr. Santo Borsatto.



Fotos utilizadas como material de propaganda pela colonizadora

Fonte: acervo particular da Srª Ursula Brondani Pivetta.



Foto utilizada como material de propaganda pela colonizadora, destacando rua e construções

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Fotos utilizadas como material de propaganda pela colonizadora, destacando o comércio

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Fotos utilizadas como material de propaganda pela colonizadora, destacando construções  
Fonte: acervo particular da Srª Ursula Brondani Pivetta.



Foto utilizada como material de propaganda pela colonizadora, destacando crianças  
na escola  
Fonte: acervo particular da Srª Ursula Brondani Pivetta



Foto utilizada como material de propaganda pela colonizadora, destacando os serviços farmacêuticos e odontológicos

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Foto utilizada como material de propaganda pela colonizadora, destacando máquinas de beneficiamento de alimentos

Fonte: acervo fotográfico da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Foto utilizada como propaganda pela colonizadora, destacando construções  
Fonte: acervo particular da Srª Ursula Brondani Pivetta.



Foto utilizada como material de propaganda pela colonizadora, destacando o comércio  
Fonte: acervo particular da Srª Ursula Brondani Pivetta.



Primeiros moradores de Querência do Norte partindo de Passo Fundo no Rio Grande do Sul em janeiro de 1953  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Destaque do caminhão de mudança de moradores de Passo Fundo com destino a Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



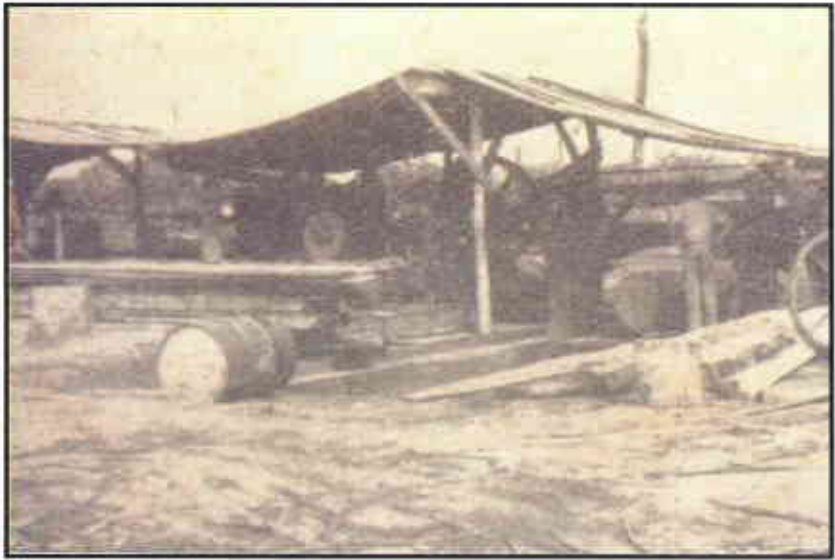
Outro aspecto da mudança de pioneiros com destino a Querência do Norte

Fonte: Acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Outro aspecto da saída dos moradores de Passo Fundo com destino a Querência do Norte

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Uma das 8 serrarias que funcionavam no período da colonização  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Construção de moradia  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.





Construção de novas moradias

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Aspecto dos primeiros moradores da cidade de Querência do Norte

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Aspecto das residências e dos moradores da cidade  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



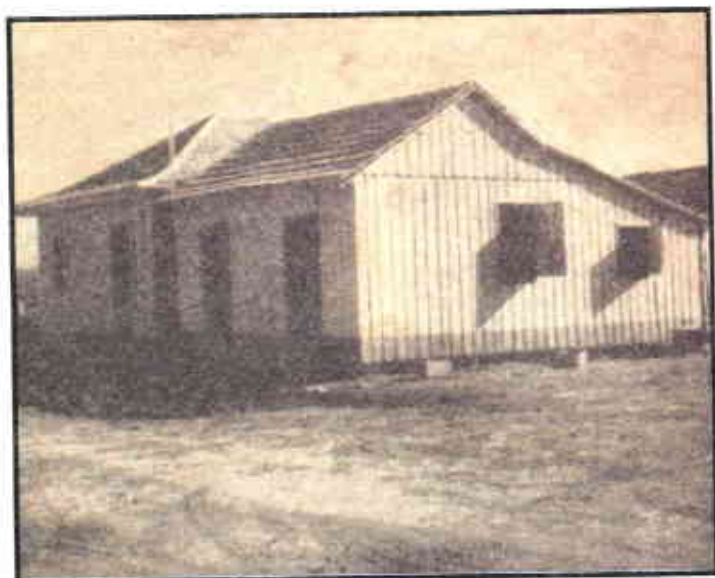
Outro aspecto da primeira igreja católica de Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Primeira rodoviária de Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Srª Neuza Barth.



Residência na cidade de Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Srª Neuza Barth.



Aspecto das primeiras vendas na cidade de Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Vista parcial de uma rua na cidade de Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Residência na cidade de Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Aspecto das primeiras vendas na cidade de Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Aspecto das primeiras residências em Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



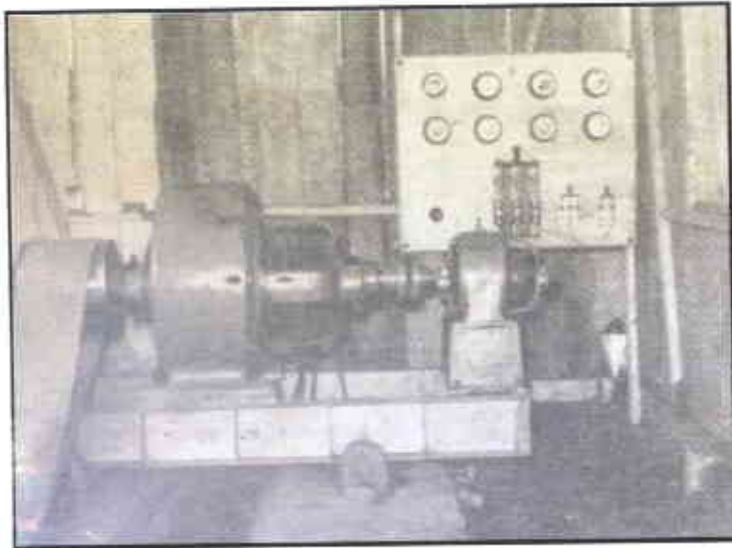
Residência em Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Residência em Quêrência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Escritório da Brasil Paraná em Quêrência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Primeiro gerador de energia elétrica instalado na cidade de Querência do Norte, com capacidade para 150 HP  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Prefeito Paulo Konrath com o governador Paulo Pimentel  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Roni Konrath.





Residência de pioneiros na colônia no ano de 1954  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Rancho de pioneiros na colônia no ano de 1955  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Moradores de Querência do Norte no ano de 1954

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Caminhão ano 1948 adquirido por Henrique Pivetta no ano de 1958

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Sargento Deraldo de Santana, Setembrino Zago, Adail Simões Pires e Noé Brondani.  
Pioneiros de Querência do Norte no ano de 1954

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Trabalhadores na colheita de arroz no ano de 1955

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Trabalhadores na colheita de arroz no ano de 1955

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Pé de café em desenvolvimento

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Morador de Querência do Norte  
destacando o pé de café

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Roni  
Konrath.

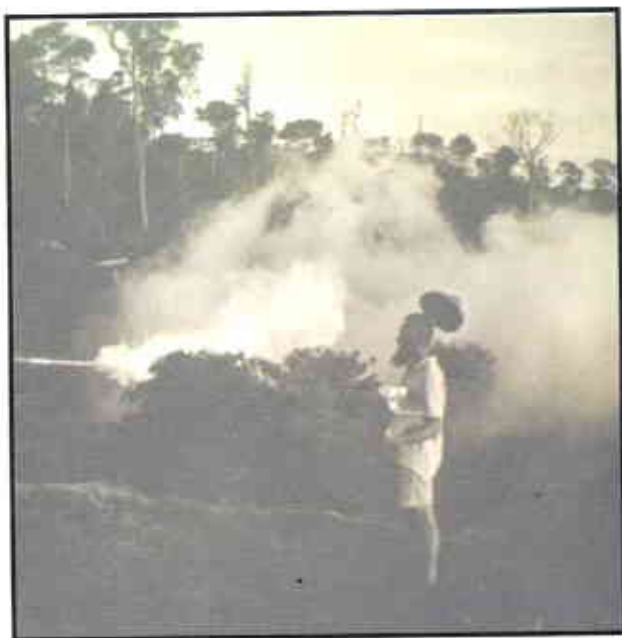


Aspecto dos  
cafezais de  
Querência do  
Norte no ano de  
1958

Fonte: acervo  
particular da Sr<sup>a</sup>  
Ursula Brondani  
Pivetta.



Moradores de Querência do Norte, destacando plantação de café  
Fonte: acervo particular da Srª Roni Konrath.



Pioneiro lutando contra a geada com aparelho de fumaça em 1957  
Fonte: acervo particular da Srª Ursula Brondani Pivetta.



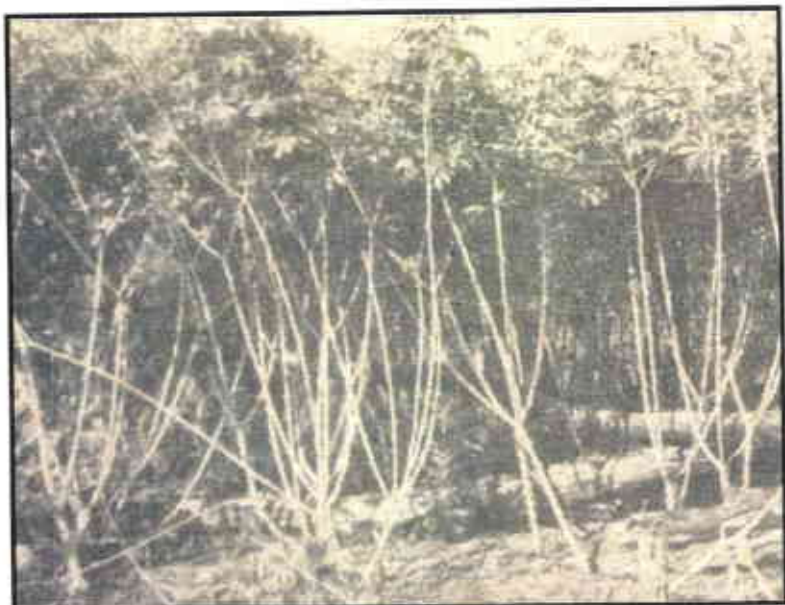
Morador de Querência do Norte destacando a fertilidade da terra através do cacho de banana no ano de 1958

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Trabalhadores na secagem do café no ano de 1959

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Plantação de mandioca

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Neuza Barth.



Morador de Querência do Norte, destacando plantação de mandioca

Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Roni Konrath.





Morador de Querência do Norte destacando uma raiz de mandioca pesando 15 kg no ano de 1964  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.



Tafona de mandioca de propriedade de Henrique Pivetta no ano de 1958  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula Brondani Pivetta.

Morador de Quercênciu do Norte  
destacando plantaço de tomates  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Romi  
Konrath.



Aspecto de pioneiro de Quercênciu do  
Norte no ano de 1957  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Ursula  
Brondani Pivetta.



Plantação de uva em Querência do Norte  
Fonte: acervo particular da Sr<sup>a</sup> Roni Konrath.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estabelecermos objetivos para a realização de um trabalho de pesquisa, não fazemos menção das dificuldades que iremos encontrar, pois somente as descobrimos quando adentramos o âmago da pesquisa. Mas todo esforço é recompensado, porque o pesquisador tem em mente o valor do descobrir e do aprender descobrindo, principalmente porque o seu trabalho é feito em meio a tantas restrições. E tudo isso o leva a um crescimento e amadurecimento intelectual para sua futura caminhada no ramo da pesquisa científica.

Este ensaio foi uma tentativa de discussão sobre temática abrangendo colonização e luta pela terra, um problema social há muito tempo sem solução. O que existe são tentativas de solução que na maioria das vezes esbarram na burocracia, ou em questões financeiras. Assim, não temos a pretensão de chegar a conclusões, pois a sociedade vai mudar de acordo com as novas necessidades, vai criar e recriar problemas e soluções, mudando assim o rumo das discussões temáticas que abordamos.

A sociedade irá mudar, é fato notório, assim como mudou ao longo dos séculos, nas transformações ocorridas na Região Nordeste do Paraná, o que nos fez dar um “pulo” a alguns séculos atrás para mostrar que o espaço estudado foi habitado por indígenas.

Quando resgatamos sinteticamente, nos primeiros capítulos, a história dos primeiros habitantes da região, os povos indígenas, é porque acreditamos que esses povos devem ser lembrados quando o estudo for direcionado à ocupação humana regional. Não fizeram com que a terra fosse incorporada ao processo econômico, mas à sua maneira, transformaram o espaço e construíram sua história, embora tenha tido o final mais trágico que uma história possa ter, ou seja, a dizimação dessa sociedade. Por isso, não podemos cometer o descaso de não nos pronunciarmos.

Numa outra conjuntura, meados do século XX, resgatamos a história regional, agora já havendo envolvimento do processo econômico, e o município de Querência do Norte passa a ser o nosso alvo de investigação. E não poderíamos ter tido alvo mais perfeito, visto que a história municipal é por demais atraente aos olhos dos pesquisadores.

Trabalhar com o pioneiro, viajar com ele ao passado através da sua história de vida, a qual faz parte da história regional, em meio a grileiros, jagunços, posseiros etc., contada através de uma conversa informal, porém rica em detalhes geográficos, é para o geógrafo, assistir a um filme onde só aparece a voz do narrador, e a imagem do espaço fica a critério da mente do ouvinte. Recriar mentalmente esse espaço, com mata primitiva, animais em extinção, tipo de solo, cultura de café, e visualizá-lo através de fotografias antigas, nos faz entender as dificuldades da época e o sonho de cada pioneiro. Uns de comprar e pagar seus lotes e ali “fazer o seu futuro”, outros na simplicidade de apenas conseguir trabalho nas lavouras de café. E aliado a todos esses descobrimentos, o melhor foi o das fontes orais como um importante método de investigação científica.

Mas as histórias de vida não são como nos contos de fada, onde os finais são sempre perfeitos. A falta de poder aquisitivo por parte de alguns pioneiros, que não tinham nenhum vínculo com a companhia colonizadora, e a política de venda de terras feita pelo Estado, na forma de Ordem de Procuração foram fatores primordiais para que ocorressem, no período de mandato do governador Moisés Lupion, despejos de pequenos agricultores que residiam em grandes propriedades de terras, gerando conflitos no campo, fatos ocorridos na década de 1960.

No período das investigações (no ano de 2001) percebemos que a história do município ainda continua conturbada no que se refere à luta pela propriedade da terra, por parte de pequenos agricultores. Meio século de luta pela terra. Não obstante, na atualidade, depois de todo esse tempo, há uma pequena mudança no enre-

do da história. Os agricultores conseguiram ser definitivamente assentados. Isso nos faz refletir sobre o espaço de tempo em que a luta no campo atua sem soluções. Às vezes nos contentamos, afirmando que ao longo do tempo algumas vitórias foram conseguidas. E o foram de fato, visto que a força com que a questão agrária surge hoje no campo dos discursos e das ações, decorre da liberdade de discuti-la e também de lutar por uma reforma agrária com justiça.

Estudos em torno da questão indicam que até a década de 1980 o pequeno agricultor ainda possuía seu sítio de 20, de 15 e de 10 alqueires; e nesse curto período de tempo por uma série de fatores surgiu a necessidade de vender a pequena propriedade. Entre tais fatores podem-se estar, a modernização da agricultura, altas taxas de juros bancários, aumento da família e outros. Enquanto o grande agricultor foi beneficiado pelo sistema, tornando-se cada vez maior, os pequenos foram desaparecendo, se tornando literalmente um sem terra.

Nessa conjuntura está se tornando raridade encontrar um agricultor que tenha 10 alqueires de terra e que tire dela o seu sustento, como se fazia em décadas anteriores. A maioria a “perdeu”, e o restante encontrou as chamadas agriculturas alternativas. A influência das relações capitalistas age no campo como força hegemônica esmagadora, onde o pequeno dificilmente consegue competir.

Mas diante disso, o movimento de luta pela terra vem a cada dia ganhando força, assim como as demais lutas sociais que ao longo da história tiveram sucesso, como a das mulheres, homossexuais, negros etc., mas que ainda têm muito para alcançar; e outras que realmente fracassaram, como a dos povos indígenas, que tentaram em vão resistir à extinção não só física, mas também cultural.

Mas os assentados do município de Querência do Norte lutaram e provaram que a Reforma Agrária é possível e dá certo. E isso é visível em cada lote de cada assentamento que percorremos.

Neste trabalho, procuramos mostrar a história do município de Querência do Norte, nas suas mais variadas facetas. Em nenhum momento tivemos a intenção de analisar o que é certo ou errado, ou de esgotar o assunto. Até aqui chegamos nessa pesquisa, esperando que outros trabalhos com mais riqueza de detalhes e com informações mais precisas possam surgir.

A esse propósito fazemos nossas as palavras de Tomazi (1997, p. 320) “Acredito que outros poderão ampliá-la, aprofundá-la, criticá-la e superá-la”.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, José Carlos. Paranaíba: povoamento, colonização e as bases econômicas. In: \_\_\_\_\_. **Política local: um estudo de caso: Paranaíba 1952-1982**. Maringá: Clichetec, 1987.

ANGHINONI, Celso. [Entrevista concedida em 16 de março de 2002]. 2002.

ANGHINONI, Celso. [Entrevista concedida em novembro de 1998]. 1998.

ASSUMPCÃO, Clóvis Edilberto. **Vocabulário agrário**. Curitiba: Open English House, 1996.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNARDES, Lysia. O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 3, p. 3-52, jul./set. 1953.

BEZERRA, Vitória. Agenda ambiental e qualidade de vida. In: BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Assessoria de Comunicação Social. **Reforma agrária e meio ambiente**. Belo Horizonte, 1999. Trabalho apresentado no seminário interno do Incra/MG- metodologia da questão ambiental no processo de reforma agrária.

BIGARELLA, João José; BECKER Rosemari Dora; SANTOS, Gilberto Friedenreich dos. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. v. 1.



BOFF, Leonardo. **Ecologia grito da terra, grito dos pobres**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

BORSATTO, Santo José. [Entrevista concedida em 19 de abril de 2001]. 2001.

BRANCO, Rosamaria Verney Castelo. **Canção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.

BRASIL. Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária. Divisão de Pesquisa Pedológica. **Carta de levantamento de reconhecimento dos solos do noroeste do Estado do Paraná**. [S. l.], 1971.

BRASIL. Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. In: PARANÁ. **Coletânes de Legislação Ambiental Federal e Estadual**. Curitiba, 1990. p. 40-72.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Escritório de Pesquisas e Experimentação, Equipe Pedológica e Fertilidade do Solo. **Levantamento de reconhecimento dos solos do noroeste do Paraná**. Rio de Janeiro, 1970.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Programa terra que te quero verde: agenda ambiental**. Brasília, DF, 1998.

BRAUN, Giovani. [Entrevista concedida em 14 de junho de 2001]. 2001.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. [Londrina], 1975.

CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Anamaria da Costa. **Apresentação de trabalhos científicos**: guia para alunos de cursos de especialização. Maringá: Dental Press Editora, 2000.

DAVID, Ângelo Francisco da Silva. [Entrevista concedida em 30 de novembro de 2001]. 2001.

DIAS, Neuza Barth. [Entrevista concedida em 19 de abril de 2001]. 2001.

DORFMUND, Luiza Pereira. **Geografia e história do Paraná**. 5. ed. São Paulo: FTD, [1972?].

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília, DF, 1999.

ESPESCHIT, Luci. A questão ambiental e os desafios do Inkra. In: BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Assessoria de Comunicação Social. **Reforma agrária e meio ambiente**. Belo Horizonte, 1999. Trabalho apresentado no seminário interno do Inkra/MG- metodologia da questão ambiental no processo de reforma agrária.

FABRINI, João Edmilsom. Rede e localidade central: o MST no Noroeste do Paraná. **Revista do Departamento de Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 161-166, jul./dez. 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FORTUNA Ângelo; FORTUNA, Terezinha. [Entrevista concedida em 19 de abril de 2001]. 2001.

FRANÇA, Ary. A marcha do café e as frentes pioneiras. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA, 18., 1960, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: UGI-CNG, 1960.

FRANCHELLO, Carlos Antônio. [Entrevista concedida em 17 de julho de 2001]. 2001.

GNACCARINI, José César. As contradições do sistema latifundiário. In: \_\_\_\_\_. **Latifúndio e proletariado**. São Paulo: Polis, 1980.

GOMES, Benedito. [Entrevista concedida em 27 de maio de 2001]. 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Ambientalismo e o conceito de desenvolvimento. In: BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Assessoria de Comunicação social**. Reforma agrária e meio ambiente. Belo Horizonte, 1999. Trabalho apresentado no seminário interno do Incra/MG - metodologia da questão ambiental no processo de reforma agrária.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

GONZÁLES, Manuel de Molina. **História y medio ambiente**. Salamanca: Eudema, 1993.

HISTÓRICO de Querência do Norte. Querência do Norte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, [1985?]. Datilografado.

**IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro, 1959. v. 31.

**INCRA. Projeto de assentamento Che Guevara.** Querência do Norte, 1997. Croqui.

**INCRA. Projeto de assentamento Chico Mendes.** Querência do Norte, 1997. Croqui.

**INCRA. Projeto de assentamento Luiz Carlos Prestes.** Querência do Norte, [1999?]. Croqui.

**INCRA. Projeto de assentamento Margarida Alves.** Querência do Norte, [1997?]. Croqui.

**INCRA. Projeto de assentamento Pontal do Tigre.** Querência do Norte, 2000. Croqui.

**INCRA. Projeto de assentamento Santana.** Querência do Norte, 2000. Croqui.

**INCRA. Projeto de assentamento Zumbi dos Palmares.** Querência do Norte, [1998?]. Croqui.

**INCRA. Projeto fundiário do Paraná.** [Curitiba], 1984.

**INCRA. Projeto lumiar.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/estrut/snda/assent/plumiar.htm> . Acesso em: 30 jan. 2002.

**INCRA. Projetos de assentamentos rurais de Querência do Norte.** Querência do Norte, [2000?].

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. **Cartas climáticas do Estado do Paraná.** Londrina, 1994.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. **Conservação do solo em sistemas de produção nas microbacias hidrográficas do arenito Caiuá, Paraná. Clima, solo, estrutura agrária e perfil da produção agropecuária.** Londrina, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. **Racionalização da cafeicultura brasileira.** Londrina, 1969.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, Curitiba. **Assentamentos rurais no Paraná.** Curitiba, 1992.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. A arte de povoar um território: os governos Lupion e Bento. In: \_\_\_\_\_. **O Paraná reinventando política e governo.** Curitiba, 1989.

KONRATH, Paulo; KONRATH, Roni. [Entrevista concedida em 20 de abril de 2001]. 2001.

LAND, Volmir Volmar. [Entrevista concedida em 27 de maio de 2001]. 2001.

LARANJEIRA, Raymundo. O conceito de colonização. In: \_\_\_\_\_. **Colonização e reforma agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 3-7.

LEROY, Jean Pierre. A construção de uma reforma agrária sustentável. In: BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Assessoria de Comunicação Social. **Reforma agrária e meio ambiente**. Belo Horizonte, 1999. Trabalho apresentado no seminário interno do Incra/MG – metodologia da questão ambiental no processo de reforma agrária.

LUÍS, André. [entrevista concedida em 14 de junho de 2001]. 2001.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 1981.

MAO TSÉ-TUNG. **Sobre a prática e sobre a contradição**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MAPA Rodoviário. Município de Querência do Norte. [Curitiba]: Instituto de Terras e Cartografia. 1981. 1 mapa. Escala 1:150.000.

MAROTTI, Paulo Sérgio; SANTOS, José Eduardo dos. Narrativas orais como subsídio para um programa de educação ambiental direcionado a uma unidade de conservação. In: \_\_\_\_\_. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: Rima, 2001, p. 197-224.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária, questão de terra ou de gente?** 14. ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1987.

MASSOLO, A. **Por amor y coraje**: mujeres en movimientos urbanos de la ciudad de México. México, DF: El Colegio de México, 1992.

MENEZES, Nilson Monteiro. Querência do Norte: a luta (perdida) dos lavradores. **Folha de Londrina**, Londrina, p. 1, 28 abr. 1973.

MOTA, Lúcio Tadeu. Agricultores Guarani na pré-história da região Noroeste do Paraná. In: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA APA FEDERAL DO NOROESTE DO PARANÁ – COMAFEN. **Zoneamento ecológico econômico da APA das ilhas e várzeas do Rio Paraná**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2000.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924)**. Maringá: Eduem, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos Rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. cap. 2, p. 21 – 50.

MULLER, Nice L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 22, p. 55-97, mar. 1956.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. cap. 1, p. 5 – 19.

NUNES, Osmar. Dona de fazenda pede nova vistoria. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 6 ago. [1995?].

PARANÁ. (Estado). Decreto nº 387, de 3 mar. 1999. Institui o SISLEG – Sistema de manutenção, recuperação e proteção da reserva florestal legal e áreas de preservação permanente no estado do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 3 mar. 1999. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/iap/sisleg.html>> . Acesso em: 9 jan. 2002.

PARANÁ. (Estado). Lei nº 253. São criados, no quadro territorial do Estado, os municípios seguintes.... **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 217, p. 42, 2 dez. 1954.

PARANÁ. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. **Atlas do Estado do Paraná**. Curitiba, 1987.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Coordenadoria de Terras, Cartografia e Cadastro. Divisão de Cartografia, Geodésia e Cadastro Técnico Rural. Divisão Territorial do Estado. **Arquivo Gráfico do Estado do Paraná**. Curitiba, 2000.

PARISE, Honório; PARISE, Maria Tonel. [Entrevista concedida em 19 de abril de 2001]. 2001.

PEIXOTO, Edilsom Aparecido Pereira. [Entrevista concedida em 2 de junho de 2001]. 2001.

PIVETTA, Henrique; PIVETTA, Ursula. [Entrevista concedida em 18 de abril de 2001]. 2001.



REIS, Oscar da Silva. [Entrevista concedida em 5 de março de 2001]. 2001.

ROMERO, Juan Ignacio. **Questão agrária**: latifúndio ou agricultura familiar, a produção familiar no mundo globalizado. São Paulo: Ed. Moderna, 1998.

ROSA, Maria Cristina. **Semeando os fios (re)colhendo a trama**: estudo da produção de algodão no assentamento de bóias frias de Querência do Norte, 1983- 1988. 1990. 163 f. Dissertação ( Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1990.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. O processo de colonização agrícola no Brasil contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, São Paulo, v. 2, p. 103-115, jul./dez. 1989.

SANTOS, Manoel Luiz dos et al. (Org.). Degradação ambiental no noroeste do estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 9, n. 1, set. 1991. Publicação especial dedicado ao Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente, 3.

SANTOS, Weliton Militão dos. **Desapropriação, reforma agrária e meio ambiente**: aspectos substanciais e procedimentos reflexos no direito penal. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.

SERRA, Elpídio. A reforma agrária e o movimento camponês no Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** Maringá: [s. n.], 1992. v. 2. p.108-138.

SERRA, Elpídio. Avaliação sócio-econômica dos municípios no setor agrícola: Querência do Norte. In: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA APA FEDERAL DO NOROESTE DO PARANÁ – COMAFEN. **Zoneamento ecológico-econômico da APA das ilhas e várzeas do Rio Paraná**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2000.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 361 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

SERRA, Elpídio. Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 19, n. 1, p. 45-58, 2001.

SILVA, Antônio Ereci da. [Entrevista concedida em 14 de junho de 2001]. 2001.

SILVA, Edvaldo Pereira da. [Entrevista concedida em 2 de junho de 2001]. 2001.

SILVA, José Bruno da. [Entrevista concedida em 14 de junho de 2001]. 2001.

SILVA, José da. [Entrevista concedida em 3 de junho de 2001]. 2001.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SILVA, Paulo Marcelo Soares da. **História de Paranavaí**. Paranavaí: Fundação Cultural de Paranavaí, 1988.

SILVA, Vicente Gomes. Conscientização institucional e mudanças. In: BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Assessoria de Comunicação Social. **Reforma agrária e meio ambiente**. Belo Horizonte, 1999. Trabalho apresentado no seminário interno do Incra/MG – metodologia da questão ambiental no processo de reforma agrária.

SIQUEIRA, Maria Rodrigues. [Entrevista concedida em 15 de junho de 2001]. 2001.

SOARES, Olga Maria Machado. **Bases ecológicas da atividade agrária em Loanda – PR**. 1973. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

SOUZA, Lourdes Maria de. [Entrevista concedida em 20 de abril de 2001]. 2001.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1997.

STRAZZACAPPA, Cristina; MONTANARI, Valdir. **A questão das terras no Brasil das sesmarias ao MST**. São Paulo: Ed. Moderna, 1999.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO SUL. **Projeto Noroeste do Paraná**. 2. ed. Porto Alegre, 1977.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. cap. 3, p. 51 – 85.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná histórias e fantasmagorias**. 1997. 338 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TONA, Nilciney. [Entrevista concedida em 3 de agosto de 2001]. 2001.

VALLEJO, Luiz Renato. Ecodesenvolvimento e o mito do progresso. **Terra livre**, São Paulo, n. 4, p. 77-87, 1988.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 2. ed. Curitiba: Ed. dos Professores, 1968.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

WESTPHALEN, Cecília Maria et al. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 7, p. 50, 1968.

WONS, Iaroslaw. **Geografia do Paraná com fundamentos de geografia geral**. 6. ed. Curitiba: Ensino renovado, 1994.

ZAGO, José. [Entrevista concedida em 4 de abril de 2001]. 2001.



**QUERÊNCIA DO NORTE**  
**Uma experiência de colonização e**  
**reforma agrária no Noroeste**  
**Paranaense**



Através deste título, procuramos desenvolver um trabalho de pesquisa, onde, em primeiro plano, destacamos os aspectos físicos regionais e a ocupação humana a partir do século XVI. Posterior a essa primeira ocupação, e já em meados do século XX, buscamos resgatar o processo histórico-geográfico do município de Querência do Norte, localizado no Noroeste do Paraná, utilizando como procedimento metodológico de investigação as fontes orais. Associadas a esse processo histórico-geográfico de colonização estão as diferentes fases de acesso à propriedade da terra: intrusão, grilagem, posse e a última gerou despejos e conflitos no campo.

Em uma nova conjuntura, a luta dos pequenos agricultores resultou na "reforma agrária" no município, surgindo os projetos de assentamentos rurais.

Adélia Aparecida de Souza Haracenko é Pedagoga e Geógrafa, formada pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Fecilcam, e mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM.

ISBN 85-88905-04



9 788588 905047